

Tradição, civilização e cultura

A RECONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO IMIGRANTE PORTUGUÊS NO BRASIL
ATRAVÉS DE UM ESTUDO DA REVISTA *CONVERGÊNCIA LUSÍADA*
1976-1998.

Flavia Miguel de Souza

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para a obtenção do grau de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Manuela Ramos Sousa e Silva.

Rio de Janeiro, novembro de 2002.

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Tradição, civilização e cultura

A RECONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO IMIGRANTE PORTUGUÊS NO BRASIL
ATRAVÉS DE UM ESTUDO DA REVISTA *CONVERGÊNCIA LUSÍADA*
1976-1998.

Flavia Miguel de Souza

Banca Examinadora

Prof. Dra. Maria Manuela Ramos Sousa e Silva - Orientadora
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Profa. Dr. Manuel Salgado Guimarães
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Gladys Sabina Ribeiro
Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro, 2002.

AGRADECIMENTOS

Por mais solitário que seja o ato de escrever um trabalho acadêmico, os caminhos percorridos até sua finalização nunca são ermos. Durante minha pesquisa e minha vida tive a sorte e o privilégio de encontrar instituições de apoio e pessoas extraordinárias que tornaram esta caminhada mais leve e profícua.

Dentre as Instituições destaco duas, fundamentais para a realização desta dissertação. O CNPq, que me concedeu bolsa de mestrado e o Real Gabinete Português de Leitura.

Meu carinho e admiração pelo Real Gabinete vão muito além de seu acervo. São as pessoas que compõem essa magnífica biblioteca que merecem mais do que tudo meu respeito. Agradeço em especial ao responsável pela Biblioteca, Senhor Pinho, pela atenção dedicada durante toda essa pesquisa. Mas esse trabalho se conclui com uma ausência sentida: a de Francisco Borges da Silveira, responsável pelo Gabinete e professor de História Medieval. Foi em sua companhia que muitas idéias foram gestadas, a base de muitos cafezinhos e boas risadas. Foi ele quem disponibilizou todos os números da revista, mediou contatos para entrevistas, fez-me conhecer cada recanto do Gabinete, cada livro raro. Gostaríamos que ele tivesse tido a oportunidade de ler a dissertação da qual participou tão intensamente, possibilidade negada pelo seu prematuro falecimento. Fica aqui minha saudade, respeito e admiração por este homem digno e de inteligência arguta, cuja lembrança e exemplo levo comigo pela vida inteira.

A Antonio Gomes da Costa, Antonio Basílio, Gilda da Conceição Santos e Cleonice Berardinelli, cujas entrevistas atenciosamente concedidas deram preciosas pistas para este trabalho.

Agradeço aos muitos amigos presentes nesta jornada, que estreitou muitos laços, e construiu outros tantos.

Aos amigos da UFRJ, Professora Doutora Gracilda Alves e Marcelo Rangel, pelo apoio, amizade e dedicação infinitos que sempre me dedicaram.

Aos amigos 24 horas, Jorge Bastos, Paulo Eduardo, Paulo Henrique e Marília Rios pelos muitos cafezinhos e palavras de estímulo.

Ao amigo querido Tiago Gil, pelas sucessivas revisões e noites sem dormir, pelos inúmeros telefones para os entrevistados e por sempre estar por perto, com carinho e dedicação.

Aos amigos da família, Susana Scheimberg, Sergio Makler, Marisa Makler e em especial Martin Makler, companheiro por tantos anos e amigo de todas as horas.

Aos amigos de sempre, Alinnie Moreira, Fernando Rocha, Horacio Jr., Julio Melhem, Marcelo de Assis, Martha Hameister, Rodolfo "Lata", Sooraya Karoan e Willian Martins.

A amiga de uma vida inteira, Gleise Andrade.

Aos meus novos amigos, meus alunos, com quem aprendi muito mais que ensinei, e ao Departamento de América da UFRJ, na figura do Professor Doutor Manolo Florentino, por ter acreditado na capacidade de uma jovem de 24 anos em conduzir turmas na maior universidade federal do país.

A José Augusto Erichsen, companheiro e consultor jurídico, cujas contas de telefone são repletas de muitos dígitos por passar tantas madrugadas ouvindo meus queixumes, sempre com carinho, paciência e palavras de afeto.

A Maria Manuela, orientadora e amiga, cujas palavras de afeto e os puxões de orelha (todos bem merecidos, não restam dúvidas) foi durante oito anos o maior exemplo de honestidade e competência que poderíamos ter. Muitas vezes, erramos por inexperiência e imaturidade. Não raro, sucumbimos ao peso das responsabilidades. Tivemos a honra de ter nessa mulher extraordinária o apoio necessário para subjugar as tormentas que por vezes pareciam tão avassaladoras em nossa vida, e o exemplo de uma coragem e doçura infinitas para iluminar os caminhos tortuosos.

A minha família, descendentes de imigrantes, pelas noites em claro, pelos anos de trabalho dedicados na minha educação, pelos sacrifícios, pelos cafunés e cantigas na hora de dormir, pelos abraços, pelos bolos de aniversário e por me legar a maior de todas as heranças, o caráter, persistência e espírito de luta, de jamais desistir diante da adversidade.

E a duas amigas, irmãs, companheiras e mestras, Daniela Barreto e Juliana Teixeira. Foram elas que me estimularam mais do que ninguém a continuar, que empenharam sua ajuda, seu tempo e sua dedicação na difícil tarefa de me por de pé. Sem elas, este trabalho jamais teria sido concluído.

A elas e a minha família dedico esta dissertação, fruto de muito suor e muito amor. Amor daqueles que me cercam e sem os quais, eu seria menos que um rosto na multidão.

Sumário

1. INTRODUÇÃO: EM BUSCA DE UM LUGAR SOCIAL	
1.1. O Real Gabinete Português de Leitura	09
1.2. Por uma História Sociológica	16
1.3. Estudos sobre imprensa e imigração	22
2. OS ARTESÃOS DA MEMÓRIA	
2.1. A procura da “Árvore das Patacas”	29
2.2. Projetos de vida, projetos de identidade	37
2.3. A dinamização do Real Gabinete	47
3. A CONVERGÊNCIA LUSÍADA	
3.1. Do público	54
3.2. Da estrutura editorial	58
3.3. Dos artigos	66
3.4. Sob os auspícios da Literatura	72
4. NOS INTERSTÍCIOS DO DISCURSO	
4.1. Em prol da neutralidade	79
4.2. A política do silêncio	85
4.3. Entre a retórica e a prática	93
5. CONSTRUINDO UMA IDENTIDADE	
5.1. No Brasil como em Portugal	102
5.2. Tecendo partilhas	106
5.3. Consolidando a “Grei Lusíada”	113
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
BIBLIOGRAFIA	126

Índice das Ilustrações e Anexos

Gráfico 1. Composição dos autores da revista *Convergência Lusíada*.

Gráfico 2. Composição dos artigos da *Convergência Lusíada* por temática.

ANEXOS:

ANEXO 1. ENTREVISTA: GOMES DA COSTA

ANEXO 2. ENTREVISTA: ANTONIO BASILIO

ANEXO 3. ENTREVISTA: GILDA DA CONCEIÇÃO SANTOS

ANEXO 4. ENTREVISTA: CLEONICE BERARDINELLI

Resumo

Fruto do Real Gabinete Português de Leitura, a revista *Convergência Lusíada* vem a reafirmar todos os tradicionais valores portugueses. Através da idéia de cultura e civilização, uma parcela da elite portuguesa no Brasil cria mecanismos para empreender uma nova leitura da imagem do imigrante luso. Este trabalho analisa as estratégias mobilizadas na criação desta imagem, tendo como veículo o sobredito periódico, considerando, sobretudo, a nova roupagem de um velho discurso, o de que o português continua sendo o símbolo da civilização européia no Brasil.

Abstract

Product of the Real Gabinete Português de Leitura, the periodic *Convergência Lusíada* comes to reaffirm all the traditional Portuguese values. Through the idea of culture and civilization, one parcels out of the Portuguese elite in Brazil creates mechanisms to undertake a new reading of the image of the immigrant luso. This work analyzes the strategies mobilized in the creation of this image, having as vehicle this periodic, considering, over all, the new dressing of an old speech, of that the Portuguese continues being the symbol of the european civilization in Brazil.

*"Or l'essence d'une nation est que
tous les individus aient beaucoup de
choses en commun, et aussi que
tous aient oublié bien des choses."*

Ernest Renan

1.1. O REAL GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA

O estudo do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro e de suas implicações sócio–culturais no interior da comunidade portuguesa residente no Rio de Janeiro no período que compreende os anos de 1837 (data de fundação desta instituição) a 1887 (data de inauguração de sua sede definitiva, na Rua Luís de Camões) foi o tema de nossa monografia de fim de curso, apresentada no Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro em Dezembro de 1998. A dissertação que ora apresentamos foi elaborada a partir de nossa experiência de pesquisa sobre esta instituição e pela impressão latente de que muito ainda havia por dizer. Desta sensação de que ainda existem grandes lacunas no estudo das comunidades portuguesas nasceu este trabalho.

O Real Gabinete Português de Leitura é uma instituição fundada por imigrantes portugueses residentes no Rio de Janeiro. Sua origem remonta ao ano de 1837 e sua atual sede, em estilo manuelino, foi inaugurada em 1887, constituindo-se em um dos mais belos prédios do centro desta cidade, localizado na Rua Luís de Camões sem número. Seu acervo possui inúmeras obras raras,

dentre as quais a primeira edição de “*Os Lusíadas*” de Luís de Camões. Inspirado nas *boutiques à lire* francesas, tornou-se centro de confluência de vários intelectuais – portugueses e brasileiros – do século XIX, tendo mesmo sediado por algum tempo a Academia Brasileira de Letras.

Os membros do Real Gabinete constituem uma elite, que compreende o grupo intelectual e economicamente privilegiado dentro da comunidade portuguesa do Rio de Janeiro. Tais indivíduos possuem não só o capital financeiro (comerciantes, profissionais liberais), mas também capital intelectual, pois detém, na maioria das vezes, uma formação de nível superior.

Mas por que chamarmos este grupo específico de portugueses de elite? No decorrer de nossa pesquisa monográfica sobre o Real Gabinete pudemos perceber que os membros desta instituição não faziam parte do perfil do imigrante “tradicional” ou, ainda, que não desejavam fazê-lo. Esse grupo não pertence à grande maioria imigrante, oriunda de famílias pobres e que vem “fazer o Brasil”. Mesmo aqueles que têm aí sua raiz tentam escamoteá-la sob novas designações, como intelectual e filantropo. Esses indivíduos são profissionais liberais, professores universitários, grandes comerciantes. Eles próprios traçam uma clara distinção entre a instituição que freqüentam (o Gabinete) e as demais instituições portuguesas no Brasil (como os ranchos folclóricos). O Gabinete é o *locus* de construção e irradiação do saber e da cultura portuguesa, enquanto os ranchos folclóricos são considerados “associações puramente festivas” que, portanto, não parecem ter um maior compromisso com a geração de conhecimento.

No final da década de 1960, esse compromisso foi evidenciado com a criação do Centro de Estudos do Real Gabinete Português.

Dentre as atribuições deste Centro de Estudos estava também prevista a criação de uma revista que versasse sobre temas de interesse da cultura portuguesa. Esta publicação seria responsável pela difusão das atividades realizadas pelo Centro de Estudos e pelo Real Gabinete, bem como pela divulgação de artigos referentes a temas portugueses. A revista, no início, foi intitulada *Convergência* e mais tarde passou a ser chamada de *Convergência Lusíada*¹. Segundo seus fundadores, ela teria como objetivo fundamental:

“[...] aproximar os homens e reativar, em todos os portugueses e nos meios intelectuais e estudantis brasileiros, os valores realmente edificantes do tão decantado como incompreendido espírito comunitário lusíada, fazendo-o convergir, não para metas pré-estabelecidas ou laboratorizadas segundo momentâneos oportunismos, mas para a linha do horizonte, com um espírito aberto e uma mente arejada, livre de preconceitualismo e numa atitude de permanente procura.”²

Creemos poder perceber nesta “justificativa” elaborada pelo então Presidente do Centro de Estudos, Joaquim Costa Pereira Pinto, o desejo de formular um projeto editorial cujo cerne fosse a valorização do trabalho intelectual, em especial, daquele ligado ao meio acadêmico. Mas ao delimitar seu público alvo, os produtores da revista acabam por mobilizar estratégias no sentido de elaborar uma imagem genérica do imigrante português onde este possa ser percebido como indivíduo letrado, posto que é destinado a todos os portugueses e apenas

¹ A mudança de nome da revista deveu-se à existência de um outro periódico com este mesmo título, fazendo com que este tivesse que ser alterado.

² PINTO, Joaquim Costa Pereira. *Convergência* Ano 1, nº 1 – Julho a dezembro. Rio de Janeiro; 1976, p.07

contempla segmentos da sociedade brasileira, constituída por professores e estudantes.

Estudar a revista *Convergência* é contribuir para a compreensão da construção de uma dada imagem da elite portuguesa no Rio de Janeiro. A *Convergência* surge como um instrumento veiculador do discurso defendido por um grupo econômica e intelectualmente privilegiado dentro da comunidade portuguesa. Tal grupo define estratégias no sentido de urdir uma tecitura de sua própria imagem vinculando-a à representação do conjunto da comunidade portuguesa no Rio de Janeiro. Uma das estratégias mobilizadas por essa elite foi a consagração de um meio de comunicação – a revista – para a divulgação de estudos e artigos que versassem sobre a cultura portuguesa.

Entretanto, ao nos aprofundarmos no estudo do material desta publicação, um vasto universo de possibilidades veio à tona. Entristece-nos admitir que não pudemos dar a todos estas novas perspectivas a dedicação que sem dúvida merecem, sob o risco de perder-nos em um mar de conjecturas. Sendo assim, buscamos concentrar nossos esforços de pesquisa no que cremos ser o cerne não só da revista, mas do próprio Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro: a busca pela formação e conformação de uma identidade lusitana em terras brasileiras.

Através do estudo deste periódico propomos observar a construção de uma nova imagem do imigrante português. A presença portuguesa no Brasil adquiriu muitas facetas ao longo de 500 anos de convívio e permanência. Se nos primórdios do processo colonizador o português era encarado como o branco, civilizador e europeu, tal característica foi se perdendo enquanto o Brasil

constituiu-se como nação, buscando sua identidade própria. Neste processo surgem inúmeras resistências ao antigo colonizador, como mostram os crescentes sentimentos de anti-lusitanismo, observados em especial no período posterior à Proclamação da República.

De elemento civilizador, este português passa a ser encarado como “burro sem rabo”, identificado com o atraso e responsável por todas as mazelas legadas pelo processo colonizador. Entretanto, a própria fundação do Real Gabinete procura mostrar que para o Brasil não imigraram apenas os portugueses pobres e sem instrução, que trabalhavam noite e dia em busca de melhores condições de vida para si e suas famílias. Aqueles “bem postos na vida” também aportaram em terras brasileiras, e foram estes que fundaram o Real Gabinete.

Podemos identificar a presença desta elite no periódico *Diário Português* que procura situá-la como o segmento mais “nobre” da sociedade brasileira. Em um de seus artigos, escrito em 1933, quando o Brasil vivencia ainda os efeitos político e sociais da Revolução de 1930, vemos a percepção de nacionalismo de determinados grupos ser acirrada:

“Contudo, nós possuímos no Brasil as nossas “elites”. Engenheiros, médicos, advogados, professores, jornalistas, homens de letras, industriais, banqueiros, artistas em todos os campos estéticos, comerciantes de espírito progressivo, segundo a orientação moderna da ciência de comerciar, Portugal tem deles em todo o Brasil um grupo numeroso e brilhante, que honra o nome da pátria. Não existe no Brasil, de norte a sul, uma modalidade de trabalho onde não se encontre um nome português, impondo-se pelo seu saber, pela sua cultura, pela sua honestidade. Atendendo à densidade demográfica do português no território brasileiro, o grupo

dos vencedores atinge uma porcentagem que justifica perfeitamente o valor da nossa raça. Muitas das mais belas e grandiosas obras de desenvolvimento material e moral neste admirável país saíram do cérebro, do coração e das mãos portuguesas, já não só na sua metrópole grandiosa e bela, mas em toda esta nação, onde em tantos pontos afastados o português vai realizando tranqüilamente um trabalho fecundante, longe do “tantan” do reclame fácil, no que o Brasil encontra impulsos sinceros para o seu vertiginoso progresso. Obras de alto vulto se poderiam apontar no Brasil no decorrer dum século que são filhas legítimas de almas portuguesas, mas a sua lista levar-nos-ia longe.³

É neste quadro que a revista se insere, pois a partir da confecção da *Convergência*, também o Real Gabinete deseja assegurar seu prestígio perante a sociedade brasileira, procurando mostrar-se participativo, presente na vida intelectual tanto de portugueses quanto de brasileiros, enfim, ser parte do mundo do conhecimento.

Posto isso, temos que o objetivo deste trabalho é justamente analisar as estratégias mobilizadas por esta elite formadora do Real Gabinete, através da revista *Convergência*, no sentido de valorizar a herança européia e letrada do português em detrimento do estigma de trabalhador braçal e inculto, construindo uma imagem deste imigrante português percebendo-o como intelectual e ainda civilizador.

O discurso da elite que transparece não só nas páginas da *Convergência*, mas em todo o projeto de criação e manutenção do Real Gabinete Português de

³ *Diário Português* (Rio de Janeiro), Ano I, nº 165, Sábado, 15 de Julho de 1933, pp.01. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Documentos para a História da imigração portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro; Federação das Associações Portuguesas e luso-brasileiras, Ed. Nórdica, 1992

Leitura, pretende reunir em torno de uma determinada imagem por ela tecida - a do português intelectualizado – toda a comunidade portuguesa. O que implica em dizer que esta minoria prestigiada e dominante no interior deste grupo enxerga-se como a legítima representante da comunidade portuguesa pois adquiriu *status* e legitimidade através do lugar de enunciação por ela engendrado e mantido: o Real Gabinete.

A concepção da *Convergência* enquanto instrumento cristalizador de um discurso, compreende um pacto tácito entre o grupo que profere este discurso – a elite - e os interlocutores aos quais este se refere – a comunidade portuguesa como um todo.

O estabelecimento deste pacto tácito compreende as características mais profundas da imigração e o caráter intrínseco do povo português. Os portugueses carregam como utensilagem mental todo um passado de glórias e conquistas de sua nação, pioneira na Expansão Ibérica, bem como também trazem em si todo o peso de viver em um Portugal empobrecido, considerado na modernidade como a periferia da Europa. Não é por acaso que apenas no idioma português encontramos a palavra “saudade”, como nos lembra Eduardo Lourenço em seu belo trabalho “*Mitologia da saudade*”.

Saudade de um passado conquistador, corajoso e desbravador cantado por Camões, de uma história não vivida, em contraste com a conhecida miséria do campo português. Assim, esta comunidade, ainda que pobre e não letrada, enxerga-se nas instituições portuguesas como o Real Gabinete, de construção imponente e guardião de milhares de livros que preservam a cultura e o

conhecimento acumulados em séculos de História. É neste Portugal camoniano e manuelino que o imigrante quer ver-se inserido e representado.

Pretendemos empreender uma análise do objeto em questão considerando em especial um conjunto de fontes: os números da própria revista, seus artigos e sessões temáticas, entrevistas realizadas com aqueles que de alguma forma foram responsáveis por esta publicação, quer redigindo os artigos, quer selecionando-os. Procuramos identificar também a formação do Centro de Estudos, que consideramos fundamental para a compreensão da nova fase de “modernidade” que vive o Real Gabinete e da dinamização a que este se propõe, buscando inserir-se nos meios intelectuais brasileiros. Desta forma, traçamos uma análise não só dos discursos proferidos por um determinado grupo visando um público alvo pré-determinado, mas também a retórica que ganha voz nas páginas da *Convergência*.

O marco cronológico que delimitamos começa em 1976, quando o primeiro número é publicado e termina em 1998, data do último número a que tivemos acesso até a elaboração do projeto que resultou nesta dissertação.⁴ Por outro lado, estabelecer marcos tão recentes tem como objetivo observar através desta publicação uma continuidade do projeto original que norteou a criação do próprio Real Gabinete (1837) que situava os imigrantes portugueses em um lugar social de *status* e prestígio no interior da sociedade em que se estabeleceram.

⁴ Ressaltamos que a Revista continua a ser produzida pelo Real Gabinete, tendo sido os números de 2000 e 2001 edições comemorativas dos 500 anos do descobrimento do Brasil, editadas com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian.

1.2. POR UMA HISTÓRIA SOCIOLÓGICA

Ao começar este trabalho, muitas questões referentes à abordagem que iríamos empreender se impuseram logo a princípio. Os caminhos percorridos acabaram por levar-nos à realização de um trabalho que se situa, de certa forma, entre a História e as Ciências Sociais, já que a maioria dos conceitos operatórios utilizados advém da sociologia.

Por se tratar de um conceito bastante caro às ciências humanas, optamos por tratar com mais acuidade o termo “elite”, travando um diálogo com demais teóricos que se debruçaram sobre esta questão, como Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Norberto Bobbio. Para este último, a teoria das elites é entendida como a teoria *“Segundo a qual, em toda a sociedade, existe, sempre e apenas, uma minoria que, por várias formas, é detentora de poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada.”*⁵.

Gaetano Mosca, por sua vez, elaborou a chamada teoria clássica das elites, considerando para isso a idéia de elite política, grupo que existiria em função da oposição entre governantes e governados, comum a todos os tipos de sociedade. Influenciado pelo trabalho de Mosca, Pareto elabora a noção de “classe superior” para referir-se à elite ou aristocracia, grupo detentor do poder político e econômico na sociedade.

⁵ BOBBIO, Norberto. Teoria das Elites. In: Dicionário de Política / Norberto Bobbio, Nicola Matteuci e Gianfranco Pasquino. Brasília: Edunb, 1997. p . 385

No nosso caso, o conceito de elite que buscamos operacionalizar procura dar conta de um objeto absolutamente singular. O que aqui entendemos como elite é o grupo que faz parte do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro – quer na qualidade de membro ou parte do quadro gestor – e que ocupa determinado lugar social dentro desta instituição e da própria comunidade portuguesa no Rio de Janeiro. Para essa comunidade, o fator determinante não é tão somente a acumulação de capital financeiro, mas especialmente um acúmulo de capital cultural. Portanto, o que distingue essa parcela da comunidade não são apenas suas posses materiais, mas também, e principalmente, o seu cabedal intelectual.

Desses conceitos oriundos da sociologia utilizamos a noção de poder simbólico estabelecida por Pierre Bourdieu, que o define como “*esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.*”⁶ Consideramos a percepção desse poder imprescindível para a compreensão das relações estabelecidas entre a elite portuguesa e o restante desta comunidade, que aceita que a primeira atue como sua representante dentro da sociedade brasileira.

A contribuição de Pierre Bourdieu para a elaboração deste trabalho não se limita à utilização de seu conceito de poder simbólico, mas também de suas reflexões acerca da formação de um campo de poder e de modos de reprodução. Trazendo essas reflexões para este trabalho, vemos que a reprodução do capital cultural – entendido aqui como a cultura portuguesa – combinada à estrutura do

⁶ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa; Difel, 1989 p. 18.

espaço social – o Real Gabinete Português de Leitura - definem o modo de reprodução. Pensar em modo de reprodução implica em refletir sobre suas estratégias que, segundo Bourdieu, *“buscam perpetuar o ser social com seus poderes e privilégios.”*⁷.

A *Convergência* se situaria então como servindo à reprodução de um campo do saber. Sendo assim, os seres que se dão a conhecer, quer se trate de indivíduos quer de grupos, existem e subsistem na e pela diferença. Diferença que podemos perceber ser marcada não só entre portugueses e brasileiros, como também entre portugueses letrados e iletrados -, isto é, enquanto ocupam *posições relativas* em um espaço que norteia seus comportamentos e suas ações dentro de um determinado campo.

Dessa forma, a revista acaba por explicitar uma diferenciação social – que é dada, por exemplo, na delimitação de seu público alvo –, gerando antagonismos individuais e às vezes enfrentamentos coletivos entre os agentes situados em posições diferentes do espaço social. Mesmo escamoteados, podemos notar os embates culturais travados dentro de um campo de lutas no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou transformação de sua estrutura.

Assim, também desejamos observar as condições sociais que possibilitaram a criação deste campo – caracterizado pelo Real Gabinete - e identificar os limites deste espaço. Citando Bourdieu:

⁷ BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: Sobre a Teoria da Ação*. Campinas: Papyrus Editora, 1997 p.35.

“A teoria da ação que proponho (com a noção de habitus) implica em dizer que a maior parte das ações humanas tem por base algo diferente da intenção, isto é, disposições adquiridas que fazem com que a ação possa e deva ser interpretada como orientada em direção a tal ou qual fim, sem que se possa, entretanto, dizer que ela tenha por princípio a busca consciente desse objetivo.”⁸

Essa teoria da ação aplicada a esta elite portuguesa demonstra que é através da retórica que tal objetivo – imprimir ao imigrante português uma nova categoria - ainda que inconsciente, é atingido no discurso encontrado na *Convergência*. Portanto, a chave para o entendimento desta relação encontra-se justamente na elaboração de um discurso que englobe não só uma elite, mas a comunidade portuguesa como um todo, inserindo-a nos meios intelectuais brasileiros. Utilizamo-nos, pois, das noções de Chaim Perelman e Olbrechts-Tyteca para melhor compreendermos tal utilização, pois para eles toda retórica é produzida no intuito de convencer.

O trabalho de Perelman e Olbrechts-Tyteca permite-nos traçar uma análise sobre o que os autores chamam de *“recursos discursivos para se obter a adesão dos espíritos.”*⁹ A revista, fruto do Centro de Estudos, vale-se de um discurso que vêm sendo utilizado desde os primeiros anos desta instituição por aqueles que a fundaram e que permanece como uma espécie de herança retórica: o discurso da

⁸BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: Sobre a Teoria da Ação*. Op. Cit. p. 164

⁹ PERELMAN, C & OUBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da Argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes; 1996. p. 08

irmandade. Segundo Perelman, “... quando se trata de obter a adesão, nada mais seguro do que a experiência externa ou interna, e o cálculo conforme as regras previamente aceitas.”¹⁰

Dessa forma, ao recorrer a termos como “irmandade”, “passado” e “colonização” o discurso mobilizado pela elite através das páginas da *Convergência* recupera a existência de um passado comum entre Brasil e Portugal a fim de estabelecer os alicerces da chamada comunidade de afeto.

Concentramos nossa atenção no “lugar de enunciação” a partir do qual este material está sendo produzido. Buscamos na obra de Michel de Certeau as ferramentas necessárias para analisar esta questão. Sendo assim, considerando que os métodos se instauram a partir do lugar social do produtor, o discurso obedece a regras próprias, o que não o impede de articular-se sobre o não dito. É impossível analisar o discurso independente da instituição em função da qual ele é organizado em silêncio.

Ao pensarmos o impresso sendo produzido por uma ordem específica, detentora de suas próprias regras, convenções e hierarquias, o vemos adquirir densidade, circulando pelo mundo social. É através dos esquemas mentais que constituem a cultura que podemos pensar a construção de um vínculo social entre produtor e autor da publicação em questão. Os artigos que compõem a *Convergência* ganham inteligibilidade dentro do projeto elaborado pelos produtores deste material.

Nosso objetivo com relação à metodologia é empreender uma análise dos textos em questão, decifrando suas pretensões, sua estrutura e seu objetivo

¹⁰ Idem. Ibidem.

dentro de um projeto maior, cujo cerne é dado pelos membros do Real Gabinete Português de Leitura que são responsáveis por esta publicação.

A revista é encarada por nós como fruto de um discurso que está presente na instituição que a fomenta desde sua fundação em 1837, onde a elite lusitana seria o agente civilizador de um Brasil que ainda detém, nesta fala, o *status* de “colônia”. Este discurso foi adaptando-se às realidades sociais que se iam impondo à medida que a legitimidade de tal instituição não poderia se manter baseada apenas em uma construção feita no passado. Igualmente afirmamos que a publicação desta revista pretende desfazer a imagem de um Portugal inculto, buscando redefinir essa visão depreciativa, inserindo a cultura portuguesa nos meios acadêmicos.

Determo-nos sobre um objeto cuja temporalidade refere-se ao mundo contemporâneo fez surgir a possibilidade de utilização de um tipo de fonte bastante rica: a entrevista. Confessamos, entretanto, que ao nos propormos a utilizar esse tipo de fonte, não tínhamos ainda a dimensão de quão complexa seria sua elaboração e materialização.

A chave para o entendimento sobre este método e sobre a forma de utilizar e sistematizar as fontes recolhidas foi dada pelo trabalho de Paul Thompson, *A voz do passado*. Nele, o autor afirma que:

“O desafio da história oral relaciona-se, em parte, com essa finalidade social essencial da história. Essa é uma importante razão

por que ela tem excitado tanto alguns historiadores e amedrontado tanto outros.”¹¹

Para Thompson é fundamental que o entrevistador extraia do informante tudo o que este tem a dizer, sem dar lugar a inúmeras divagações. As entrevistas são realizadas para cumprir um objetivo proposto de antemão pelo pesquisador e após a produção do documento oral, estas tem que ser postas a dialogar entre si, permitindo trazer à tona as diferentes possibilidades de entendimento sobre um mesmo objeto.

1.3. ESTUDOS SOBRE IMPRENSA E MIGRAÇÃO

Para compreender a criação e legitimação da *Convergência*, torna-se indispensável voltar nosso olhar para a história da imprensa no Brasil, posto que se trata de uma publicação que, embora se queira acadêmica, não perde sua característica de periódico.

Neste sentido, temos o trabalho de Nelson Werneck Sodré sobre a *História da imprensa no Brasil* onde o autor traça um panorama da imprensa brasileira desde sua progênie até sua consolidação, acentuando os aspectos sociais imanentes a esse processo. Uma das colocações deste autor que destacamos é a imprensa como uma necessidade social. Neste sentido, podemos traçar um

¹¹ THOMPSON, John B. *A voz do passado*. São Paulo: Paz e Terra, 1992. p. 21

paralelo com a criação da revista, pois no dizer de seus produtores, era uma necessidade social sua edição.

Entendemos essa “necessidade social” como uma estratégia mobilizada pelos produtores deste impresso no sentido de trazer para o convívio do Gabinete um público seletivo, que perpetue uma produção de conhecimento, quer seja sobre a cultura portuguesa, quer seja sobre a própria instituição.

Além de Werneck Sodré, destacamos o trabalho de Maria Helena R. Capelato *Imprensa e História do Brasil*, onde a autora, ao refletir sobre as implicações sociais da imprensa, destaca que “A imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social.”¹²

No caso da revista *Convergência Lusítada* temos que esta se remete a um projeto que é anterior à sua própria criação, e remonta aos objetivos da fundação do Real Gabinete, que é situar a cultura portuguesa no interior de uma cultura letrada e européia. A revista cristaliza este discurso ampliando-o na medida em que insere tal cultura no mundo acadêmico.

De fato, é no belo trabalho de Lucien Febvre e Henri-Jean Martin, *O Aparecimento do Livro*, que a importância do impresso para a sociedade é colocada de maneira mais incisiva. Os autores relacionam a história do livro, desde seu aparecimento até sua popularização, com as mudanças ocorridas a nível cultural nas sociedades.

O livro se torna então não só um objeto de luxo, mas uma fonte de conhecimento extremamente valorizada. Se pensarmos no caso específico de

¹² CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988. p. 21

Portugal, temos que em um país historicamente empobrecido, e que até a primeira metade do século XX mais de 30% de sua população era iletrada, ler, conhecer, torna-se um signo de diferenciação social.

No que toca à história da imigração, não poderíamos deixar de mencionar o trabalho de Abdelmalek Sayad, *A Imigração, ou Os paradoxos da alteridade*, onde o autor observa a imigração argelina na França. Na verdade, ao nos debruçarmos sobre esta obra, buscávamos uma compreensão mais ampla dos próprios processos migratórios. De fato, o que desejávamos esclarecer era a dinâmica desse fenômeno e, para tanto, a localização geográfica era o que menos importava. Já no excelente prefácio de Bourdieu para esta obra ele chama a atenção para a complexidade dos estudos sobre imigração. Segundo Bourdieu,

“Como Sócrates, o imigrante é átopos, sem lugar, deslocado, inclassificável. Aproximação essa que não está aqui para enobrecer, pela virtude da referência. Nem cidadão nem estrangeiro, nem totalmente do lado do Mesmo, nem totalmente do lado do Outro, o “imigrante” situa-se nesse lugar social “bastardo” de que Platão também fala, a fronteira entre o ser e o não ser social. Deslocado, no sentido de incongruente e importuno, ele suscita o embaraço, e a dificuldade que se experimenta em pensá-lo – até na ciência, que muitas vezes adota, sem sabê-lo, os pressupostos ou as omissões da visão oficial – apenas reproduz o embaraço que sua inexistência incômoda cria.”¹³

¹³ BOURDIEU, Pierre. In: SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração, ou Os paradoxos da alteridade*. SP: EDUSP, 1998. p. 11.

Tal observação nos obriga a pensar sobre qual o lugar do imigrante nas sociedades contemporâneas e de que maneira este objeto é encarado pelas ciências humanas.

Optamos também por analisar como o processo de imigração portuguesa é encarado por cientistas sociais e historiadores.

Em primeiro lugar, surpreendeu-nos a “escassez” de trabalhos sobre o tema. Muitas pesquisas seguem seu curso desvelando a cada dia uma nova faceta dos grupos imigrantes nas diferentes regiões do Brasil. São exemplos São Paulo e a imigração italiana e oriental, o sul do Brasil, produzindo trabalhos sobre as comunidades européias, Santa Catarina e as heranças dos imigrantes açorianos. Mas, qual o lugar dos portugueses nessa historiografia? Considerando sua grande influência nos hábitos e costumes da sociedade brasileira, muito pouco é produzido sobre os portugueses no Brasil.

Entretanto, a imigração portuguesa – talvez por ter sido de certa forma encarada durante muito tempo como “natural” e por isso perdendo o seu caráter de “movimento migratório” – é, de certa forma, deixada de lado, nos trabalhos científicos que são produzidos na Academia Brasileira, guardando algumas exceções como o trabalho de José Verdasca¹⁴ *Raízes da Nação brasileira; os portugueses no Brasil*. Entretanto, o objetivo deste autor não é fazer uma análise propriamente dita da imigração portuguesa no Brasil, mas observar através de dados oficiais do IBGE – como, por exemplo, o número de imigrantes portugueses

¹⁴ VERDASCA, José. *Raízes da Nação brasileira; os portugueses no Brasil*. SP: Ibrasa, 1997.

residentes no Brasil durante o século XX – indicadores da presença portuguesa em terras brasileiras.

Consideramos também o estudo de Gladys Sabina Ribeiro¹⁵ “*Mata galegos : os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*” onde a autora analisa os problemas gerados pelo processo imigratório no mundo do trabalho. Este é um dos poucos trabalhos existentes sobre este tema, cuja visão se detém mais especificamente nos imigrantes portugueses que exerciam serviços braçais.

No período pós-Independência têm-se registro de que aproximadamente dois milhões de portugueses viviam em terras brasileiras sendo que dois terços deste número na cidade do Rio de Janeiro. De fato, tais números permitam ao historiador Malheiro Dias afirmar que:

“... a comunidade portuguesa do Brasil, cuja importância numérica corresponde a um décimo da população da metrópole, e cujo maior aglomerado – o do Rio de Janeiro – está em terceiro lugar, logo depois de Lisboa e Porto, na relação de cidades de população portuguesa, dispõe de aptidões e dos recursos intelectuais suficientes para o pleno exercício das suas atividades e para a manutenção, gerência e desenvolvimento das instituições criadas pelas gerações anteriores.”¹⁶

¹⁵ RIBEIRO, Gladys Sabina. *Mata galegos : os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha* São Paulo: Brasiliense, 1990

¹⁶ Discurso pronunciado por Carlos Malheiro Dias na cerimônia de lançamento da pedra fundamental do novo edifício e comemoração do 65º aniversário do Liceu Literário Português em 10 de setembro de 1933 apud SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Documentos para a História da imigração portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Federação das Associações Portuguesas e luso-brasileiras, Ed. Nórdica, 1992 pp 131-132

Interpretamos essa quase ausência dos portugueses na produção historiográfica brasileira como uma dificuldade em enxergar o português como o “outro”. Isso se deve – cremos – em um esforço da própria historiografia em assimilar o discurso das três raças (branco, negro e índio). O compartilhamento de um passado, a inegável contribuição lusa para a formação sócio-cultural do Brasil e o uso da mesma língua obscureceram a perspectiva de que aquele grupo não era o mesmo, e sim um “outro” com anseios, raízes, costumes, enfim, *habitus* - no sentido sociológico do termo - diferentes.

Cremos que os trabalhos mais profícuos no que diz respeito à análise da imigração portuguesa no Brasil são as teses de mestrado e doutorado que, mesmo sendo em número reduzido, são trabalhos realizados com uma cuidadosa pesquisa e onde se percebe o olhar atento, quer do historiador quer do cientista social.

Dentre estes trabalhos destacamos a tese de doutorado de Maria Manuela Ramos Sousa e Silva¹⁷, “Ambição e horror à farda” ou A saga dos imigrantes portugueses no Brasil segundo a “Gazeta Luzitana” (1883-1889), em especial no que tange à sua reflexão acerca das razões da diáspora do povo português. Neste trabalho a autora chama atenção para as motivações para a imigração tais como o empobrecimento de Portugal, a evasão da obrigatoriedade do serviço militar e as possibilidades de ascender socialmente e melhorar de vida no Brasil.

¹⁷ SILVA, Maria Manuela Ramos Sousa e. “Ambição e horror à farda ou A saga dos imigrantes portugueses no Brasil segundo a Gazeta Luzitana (1883-1889)”. SP: USP/Departamento de História, 1991

Além dessas motivações que perduraram até o século XX, temos acrescida às perseguições políticas por ocasião da ditadura salazarista, que torna ainda mais heterogênea a distinção sócio-econômica dos indivíduos que compõem esta comunidade portuguesa. Se por um lado temos, de fato, uma maioria de despossuídos que vem tentar a sorte no Brasil, por outro também imigram aqueles que se tornarão homens de letras, sendo justamente estes que darão origem a esta dita elite dentro da comunidade portuguesa.

Também merece atenção a dissertação de mestrado de Vanessa Tavares Dias¹⁸, *Memórias da Casa, um estudo sobre mulheres imigrantes portuguesas no Rio de Janeiro*, onde a autora busca construir uma noção do que é o espaço doméstico para essas mulheres imigrantes, tendo como base para seu estudo a realização de diversas entrevistas com as mesmas.

É interessante o modo como esses indivíduos falam sobre si mesmos e sua experiência como imigrantes, partilhando também memórias comuns no que diz respeito a vida no Brasil. Da mesma forma, ao realizarmos as entrevistas podemos notar essa noção de vivência em comum sendo ressaltada pelos informantes de origem portuguesa.

O objetivo deste trabalho é lançar uma pequena réstia de luz sobre este universo ainda tão obscuro: o da construção de uma memória e de uma identidade cultural portuguesa no Brasil.

¹⁸ DIAS, Vanessa Tavares. *Memórias da casa, um estudo sobre mulheres imigrantes portuguesas no Rio de Janeiro*. RJ: UFRJ/Departamento de Antropologia, 1998.

2.1. A PROCURA DA “ÁRVORE DAS PATACAS”

O processo de imigração portuguesa no Rio de Janeiro confunde-se com o desenvolvimento da metrópole carioca. Imigra-se desde o descobrimento e esse movimento, que conheceu oscilações no correr dos séculos, mantém-se até a década de 1960, quando a história presenciou o último grande movimento migratório oriundo de Portugal.

A constante presença portuguesa desde o “descobrimento” do Brasil recebeu diversos rótulos no decorrer do processo de construção de uma memória nacional. Foram os senhores de engenho, fidalgos, traficantes de escravos e grandes comerciantes; da mesma maneira que foram os “burros sem rabo” e perseguidos aos gritos de “mata marinheiro”. Já foram associados à civilização europeia e a riqueza cultural secular do Velho Mundo, como também já foram considerados responsáveis por todas as mazelas oriundas de um processo colonial explorador e desigual.

Dentre todas essas designações, talvez tenha sido a de civilizador a mais condizente com os anseios dos imigrantes. Por mais que estes ocupassem cargos

subalternos ou que requeressem intenso trabalho braçal, a herança européia era acalentada e compartilhada, de modo diverso, tanto pelos despossuídos quanto pelos privilegiados. Entretanto, os despossuídos não possuem voz ou poder de influência que a elite portuguesa adquire, quer através de relações políticas e econômicas, quer através de suas instituições culturais.

Neste sentido, tal elite resgata aquele que seria seu maior legado à imberbe nação brasileira: a cultura, legitimando sua presença através de suas construções, suas realizações e sua produção intelectual.

A cultura portuguesa evidenciada pelo Real Gabinete, particularmente na revista *Convergência*, traduz os anseios desta elite. Seu projeto de construção de uma identidade entrelaça-se com as trajetórias pessoais dos produtores da revista. São as suas memórias e experiências vividas que ganham materialidade neste impresso. Afinal, os tempos dos “burros sem rabo” que puxavam carroças pelas ruas da cidade, se foram. Tornaram-se homens bem sucedidos, acumularam cabedal e tornaram-se distintos membros da sociedade carioca. São os intelectuais por herança, recebida do vasto espólio deixado por Camões, Camilo Castelo Branco e tantos outros.

Mas quem são esses indivíduos considerados “intelectuais” pelo Gabinete e que, como tal, poderiam participar da elaboração de seu projeto “divulgador” - a revista? Podemos citar muitos nomes que fizeram parte dessa história, mas nos concentramos em alguns que gentilmente se dispuseram a falar-nos sobre sua experiência na criação e elaboração deste impresso através de entrevistas: são eles Antonio Gomes da Costa, Gilda da Conceição Santos, Cleonice Berardinelli e

António Basílio. Cada um a seu modo, todos constituem uma faceta do que é considerado elite dentro da perspectiva de bens simbólicos proposta por Bourdieu.

Torna-se necessário, pois, dá-los a conhecer.

Antonio Gomes da Costa foi escolhido para entrevistarmos não só por presidir esta instituição, mas também por colocar-se como intelectual e principal fomentador do projeto de constituição de uma revista do Real Gabinete que versasse sobre temas de interesse da cultura portuguesa.

No tocante a sua experiência como imigrante, ele lembra dos motivos que o fizeram optar pela sua vinda para o Brasil na década de 1950. Sua trajetória já o distingue da grande maioria dos imigrantes portugueses que vêm para o Brasil a procura de emprego. O objetivo dele, antes de tudo, era terminar seus estudos e a partir daí constituir carreira.

Nascido em Terroso, uma aldeia localizada no interior de Portugal, na região de Póvoa do Varzim – que ele lembra com orgulho ser a mesma onde nasceu Eça de Queirós –, Gomes da Costa veio para o Brasil aos dezoito anos, ao concluir seu curso complementar de comércio. Sua preocupação era antes de tudo ingressar em uma instituição de nível superior. Ao deixar Portugal, este desejo já fazia parte de sua bagagem.

Nos anos 50, a escassez de postos de trabalho em Portugal era intensa. Mesmo para aqueles que conseguiam completar seus estudos profissionalizantes, era cada vez mais difícil conseguir um emprego neste país assolado por uma crise que os anos seguintes de regime salazarista só viriam a agravar. O Brasil mantinha-se como terra da promessa, abundante em empregos e oportunidades de enriquecimento.

Estes imigrantes por mais que deixassem Portugal individualmente, raramente permaneciam sós. A presença portuguesa no Brasil, depois de décadas de imigração massiva havia tecido inúmeras redes de relações, que acolhiam os novos imigrantes, formando uma imensa comunidade, caracterizada pelo estabelecimento de laços de sociabilidade e cooperação.

Gomes da Costa aponta para a existência dessa comunidade, da qual comumente faziam parte familiares próximos, colocando-a como fundamental para determinar a direção do próprio fluxo migratório. Segundo ele:

“É claro que o destino da imigração sempre foi determinado pelos vínculos familiares, ou por conhecidos que tinham imigrado anteriormente e chamavam para junto de si outros compatriotas. Daí a dispersão dos núcleos portugueses por todo o país, de Manaus ao Rio Grande.”¹⁹

Neste caso, a figura de proa a estimular sua vinda para o Brasil, foi o tio, dono de uma das mais conceituadas casas comerciais da cidade do Rio de Janeiro, a “Casa Garcia” especializada em artigos masculinos e cuja *“clientela era composta por ministros, diplomatas, políticos e a alta burguesia da capital da República.”²⁰*

E dentre todas as cidades brasileiras foi o Rio de Janeiro, cartão postal e vitrine da nação, que mais atraiu estes imigrantes. Ele assinala que : *“[...] para além de tudo a Cidade Maravilhosa estava no imaginário dos jovens portugueses*

¹⁹ Tal declaração foi-nos concedida em entrevista cuja transcrição encontra-se no anexo 01

²⁰ Idem.

*do meu tempo: era Copacabana, o Cristo do Corcovado, a Pão de açúcar, a magia das praias e a sedução dos morros, o futebol e o carnaval.*²¹

E a terra da promessa não o desapontou. Tendo cumprido seu objetivo primeiro de completar seus estudos, formou-se em Ciências Econômicas na Universidade Estadual do Rio de Janeiro e Direito na Universidade Cândido Mendes. António Gomes da Costa não corresponde ao perfil tradicional do que normalmente é entendido como intelectual, vinculado a uma instituição universitária ou de pesquisa, literato ou ligado às artes.

Além do cargo de Presidente do Real Gabinete – o que garante que cada número da revista traga um artigo ou comentário oriundo de sua pena –, Gomes da Costa alçou-se ao *status* de intelectual, tendo livros publicados e realizando pesquisas em conjunto com professores universitários, como foi o caso de Helena Varella, atualmente professora de filosofia da Universidade de Coimbra e que nas décadas de 80 e 90 realizou vários trabalhos em conjunto com ele.

O Rio de Janeiro também foi o destino de António Basílio, professor de Literatura Portuguesa na Faculdade de Letras da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Nascido em Portugal, veio para o Brasil ainda menino, na década de 50. Conhece o Real Gabinete em 1954, como leitor, categoria afetiva que ele gosta de manter independente de ocupar o cargo de Diretor da Biblioteca e ter assumido a direção do Centro de Estudos, em 1987.

Nascido em Arcos de Valdevez, região do Minho, a motivação de António Basílio para migrar foi diferente da de Gomes da Costa. Em primeiro lugar, este

²¹ Idem.

vem para o Brasil bem mais jovem, aos onze anos de idade, devido às perseguições salazaristas que foram empreendidas contra sua família, que na visão dele “não era muito tranqüila”. Seu padrinho havia feito campanha por um opositor a Salazar. Como neste período seu pai já vivia no Brasil, ele veio ao seu encontro. Em sua análise:

“Então eu vim para o Brasil, até porque naquele tempo já tinham alguns portugueses, e o português, de um modo geral, em 25 de abril provou que é muito politizado. É claro que não se expressavam muito, que a própria situação política não deixava e havia muita, chamada, Guarda Republicana Nacional que tinha, tipo guerra, tinha ouvidos através das paredes.”²²

Podemos diferenciar até aqui dois tipos distintos de imigrantes: aqueles que imigram para tentar a sorte no Brasil, fugindo do desemprego e da crise portuguesa, e aqueles que imigram devido a pressões políticas, quer sejam elas sobre si, quer sejam sobre sua família.

Basílio procura dar seguimento aos seus estudos, terminando o curso fundamental no Colégio Pedro II, e mais tarde concluindo seu curso superior em Letras na então Universidade do Brasil, hoje, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Intelectual por excelência, professor aposentado de Literatura e Cultura Portuguesa da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, tendo inclusive inaugurado a cadeira de Cultura Portuguesa no Rio de Janeiro pela UERJ, Antonio

²² Tal declaração foi-nos concedida em entrevista cuja transcrição encontra-se no anexo 02.

Basílio corresponde ao estereótipo que se deseja valorizar nas páginas da *Convergência* - português, letrado e acadêmico.

Perfil semelhante possui Gilda da Conceição Santos. Portuguesa de nascimento, oriunda de Carraceda de Anciães, região de Trás-os-Montes, interior de Portugal.

Tendo completado todos os seus estudos no Brasil, por ter vindo ainda criança, Gilda se considera uma luso brasileira “muito mais brasileira do que luso”. A despeito de sua “brasilidade”, dedicou sua vida profissional aos estudos sobre a Literatura Portuguesa, em especial a Jorge de Sena, e dá continuidade à sua carreira organizando cursos e seminários sobre a cultura portuguesa, além de participar de instituições lusitanas no Brasil.

Ela é professora da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro e fez pós-doutorado na University of California, sobre Jorge de Sena. É atualmente membro da diretoria do Real Gabinete, dirige o Centro de Estudos e é organizadora da revista.

Diferente dos outros entrevistados, Cleonice Berardinelli, é brasileira. Sua fala revela o contato com essa cultura portuguesa, e a localiza no interior deste lugar de memória.

Nascida em São Paulo, é professora emérita da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, doutor *honoris causa* da Universidade de Lisboa e Professora Titular de Literatura Portuguesa da PUC-Rio de Janeiro.

Sua aproximação do Real Gabinete ocorre quando da realização de sua tese de livre-docência que versava sobre Fernando Pessoa. A prova para livre docência da então Universidade do Brasil consistia em uma avaliação escrita de

seis horas de duração sobre qualquer tema de literatura portuguesa. Ela recorda que:

“Foi preciso ler muito, autores que eu não tinha, nem nunca lido. Onde encontrar estes livros que ninguém possuía? No Gabinete Português de Leitura. Eu passava lá dias inteiros, inclusive sábados, quando ia para lá de manhã e saía ao fecharem a porta. Levava um lanche, comia lá mesmo, e repartia o café que me ofereciam os funcionários, sempre muito simpáticos, cordiais e prestativos. Alguns daquele tempo já se aposentaram, já morreram até, mas o ambiente continua a ser muito acolhedor. Sentia-me – e sinto-me ainda – muito bem naquele sossego, naquele silêncio total. Devo muito ao Gabinete.”²³

Ela foi professora de Gilda da Conceição Santos e António Basílio quando estes ocupavam os bancos universitários.

Escreveu livros, artigos e participa da revista não só por corresponder ao ideal de intelectual, mas também por trabalhar com temas referentes à cultura portuguesa, no caso, a literatura portuguesa, sendo seu trabalho reconhecido tanto no Brasil quanto em Portugal.

Até a entrada da professora Gilda como responsável pela a revista esta havia sido coordenada por Joaquim Costa Pereira Pinto, advogado e que não possui nenhum vínculo acadêmico institucional. Português de nascimento, ainda é membro do Real Gabinete e faz parte do grupo de imigrantes que encontrou no

²³ Tal declaração foi-nos concedida em entrevista cuja transcrição encontra-se no anexo 04.

Brasil sua “árvore das patacas”,²⁴ tornando-se dono de uma Casa de Câmbio no centro do Rio de Janeiro. Entretanto, fazia parte dos altos quadros do Real Gabinete e foi o primeiro diretor do Centro de Estudos quando de sua criação em 1969. Foi ele, junto com o professor Luiz Francisco Borges da Silveira, ex-professor de História Medieval da Universidade Santa Úrsula, pioneiro na elaboração da então chamada *Convergência*. Esta configuração mantém-se até a entrada do professor António Basílio.

Infelizmente o professor Francisco Borges não se dispôs a falar-nos em entrevista, embora sua ajuda tenha sido fundamental para a realização deste trabalho, alegando encontrar-se ainda bastante comprometido com o Real Gabinete, pois tinha a função de Diretor Geral desta instituição. Também Joaquim Pereira Pinto declinou do convite sob a justificativa de que isso havia sido feito “há muito tempo” e ele nada mais tinha a ver com o projeto. Francisco Borges apenas afirmou que agora o periódico estava a cargo da professora Gilda e que todas as informações deveriam ser oriundas dela própria.

Apesar de não nos terem concedido as entrevistas, ambos, juntamente com os entrevistados, foram responsáveis pela produção e seleção de artigos que reforçam a idéia de que a cultura portuguesa legou à sociedade brasileira os alicerces de sua identidade cultural, construindo um espaço social de convivência entre essas duas culturas.

²⁴ Alusão ao mito bastante difundido nos séculos XVIII e XIX da “árvore das patacas” no qual os imigrantes portugueses encontrariam fortuna no Brasil, simbolizado como uma árvore que ao invés de frutos dava patacas de ouro.

2.2. PROJETOS DE VIDA, PROJETOS DE IDENTIDADE

Nossos entrevistados de origem portuguesa jamais fizeram parte da grande maioria dos imigrantes oriundos de Portugal. Não deixaram as terras lusas expostos à incerteza, nem tampouco deixaram-se levar ao sabor do vento. Todos realizaram no Brasil alguma parte de seus estudos, todos, de uma forma ou de outra, inseriram-se no mundo das letras. Entretanto, como essas pessoas podem identificar e estabelecer suas relações sociais dentro da comunidade portuguesa? Quem são seus pares? Certamente não são os donos de secos e molhados ou os pequenos comerciantes.

Neste sentido, o projeto com o qual esta gente mais se identifica é, sem dúvida, o representado pelo Real Gabinete: cultura, literatura, imponência e tradição.

É atendendo aos apelos da tradição que Gomes da Costa chega às instituições portuguesas e ao Gabinete. Advogado e economista, até sua aposentadoria, ele ocupava um cargo de diretoria no Banco Itaú.

Segundo ele, nos seus primeiros anos no Brasil, seu contato com a comunidade portuguesa era escasso, pois seu tempo estava dividido entre o trabalho e os estudos, embora seu tio o tivesse direcionado a associar-se a instituições portuguesas como o Gabinete, a Casa de Portugal e a Casa do Minho desde sua chegada. O fortalecimento de seus laços com essa colônia portuguesa ocorre nos anos 60, como ele próprio lembra:

“No início dos anos 60, entretanto, comecei a “aparecer” na comunidade graças aos artigos que publicava nos jornais quase sempre rebatendo as críticas que se faziam a Portugal, à sua ação ultramarina, aos legados do passado colonial. Foi uma época em que por força da política externa de Jânio Quadros e do ensino da História numa perspectiva marxista estava muito em moda “atacar” Portugal, E eu, com uma certa inocência, saía a liça contra alguns dos detratores. Isso fez com que a “cúpula” da colônia me procurasse para saber quem era – e logo depois comecei a militar nas entidades de raiz portuguesa.”²⁵

Ao que tudo indica, sua defesa dos ideais portugueses e ao seu legado rendeu bons frutos, pois Gomes da Costa ocupa e ocupou cargos de destaque em várias entidades luso-brasileiras.

Entre tais entidades estavam a Federação das Associações Portuguesas e Luso-brasileiras, que agrega mais de cento e cinquenta instituições de origem portuguesa em todo o Brasil, dentre os quais se destacam o Clube Ginástico Português, o Liceu Literário Português e o Real Gabinete, das quais ocupou a presidência, tendo sido também diretor da Câmara do Comércio e membro de outras agremiações.

Imigrante, com dois cursos superiores completos, espírito empreendedor, Gomes da Costa correspondia ao perfil que a “cúpula” da colônia desejava para dirigir suas instituições de maior vulto.

Entidades a princípio fechadas à participação de brasileiros em cargos diretivos, estas pouco a pouco tiveram que ampliar cada vez mais a participação de brasileiros em seus quadros, devido a diminuição do fluxo migratório a partir de

²⁵ Tal declaração foi-nos concedida em entrevista cuja transcrição encontra-se no anexo 04.

1950 até o seu quase total estancamento em 1980, para não desaparecer. É certo que os anos de regime salazarista provocaram um surto migratório, arrefecido pela redemocratização de Portugal em 1974. Em contra partida, partidários de Salazar e indivíduos descontentes com o novo estado implantado pela Revolução dos Cravos, imigraram entre meados de 70 e início da década de 80, mas em número nada comparável àqueles encontrados nas primeiras décadas do século XX.

Embora a abertura à participação cada vez maior de brasileiros fosse inevitável e até benéfica, já que implicava na continuidade das realizações portuguesas, priorizava-se a presença de portugueses nos mais altos cargos destas instituições, sendo Gomes da Costa um exemplo desta política.

Quanto aos brasileiros, alguns também ocuparam cargos de vulto em tais associações. Mas, se os atributos exigidos para que um português ocupasse tais posições eram rigorosos, as exigências no que se referiam aos brasileiros eram ainda mais rígidas. Dentre os brasileiros de ascendência portuguesa que cumpriram tais exigências encontra-se Antonio Ermínio de Moraes, um dos mais poderosos industriais da América Latina e dono de uma das maiores fortunas do Brasil, que ocupou a presidência da Associação das Beneficências Portuguesas de São Paulo.

À medida em que Gomes da Costa afirmava sua ascensão como intelectual, escrevendo para periódicos de grande circulação como o Jornal do Brasil, sempre em defesa dos mais arraigados valores da tradição portuguesa – civilização, cultura – ele passa a se tornar um membro cada vez mais ativo do Gabinete, vindo a ocupar cargos diretivos como vice-presidente administrativo e

diretor do Centro de Estudos até ser eleito presidente da instituição. Cabe ressaltar que segundo os estatutos do Gabinete o mandato é válido por um período de dois a três anos, sendo o presidente eleito por voto direto dos membros, prevendo a possibilidade de reeleição, o que possibilitou que Gomes da Costa ocupasse este cargo deste os anos 80.

Sobre a importância do Real Gabinete para a sociedade brasileira, Gomes da Costa entende que sua permanência e sobrevivência só pode ser possível exatamente através dos brasileiros a quem o legado desta instituição é transmitido.

“O que se investe na instituição, como por exemplo, informatizando a biblioteca, editando a revista, abrindo centros de multimídia etc não é pensando no velho imigrante lusitano, mas sim nos jovens brasileiros, no futuro e não no passado.”²⁶

Já que a falência da imigração não permite a renovação dos quadros compostos por portugueses, espera-se que os brasileiros mantenham esta que é considerada uma das maiores realizações portuguesas fora de Portugal. Ainda na visão de Gomes da Costa:

“O Real Gabinete é, indiscutivelmente, a grande matriz difusora da cultura portuguesa no Brasil. Como biblioteca pública desde o ano de 1900 até hoje nunca fechou as suas portas a qualquer um do povo. Tem um acervo bibliográfico admirável. Tem prestígio nos meios intelectuais d’aquém e d’além-mar. É o “ex-

²⁶ Tal declaração foi-nos concedida em entrevista cuja transcrição encontra-se no anexo 01.

libris” da presença portuguesa neste país. E em nenhuma outra parte do mundo um núcleo de imigrantes realizou obra que se compare a do Real Gabinete.”²⁷

A biblioteca ocupa sempre o papel de destaque nas falas dos entrevistados. Não é para menos. É um dos cinco maiores acervos bibliográficos da América Latina e depósito legal de Portugal. Isso assume proporções ainda mais relevantes se considerarmos que a maior parte deste acervo é dedicado a temas portugueses, valorizando sua cultura, sua história e seus grandes pensadores. Esse papel de relicário da cultura portuguesa é também ressaltado nas palavras de Antonio Basílio.

“Em primeiro lugar, é uma presença portuguesa no Rio de Janeiro, e presença pela cultura (...) É uma biblioteca imensa, que está hoje informatizada, e portanto, tudo sobre cultura portuguesa, você pode encontrar aqui. (...) O Real Gabinete representa também uma presença, ainda que ampliada, o português está mais deixado de lado, porque afinal, o português de hoje mudou, porque está quase em extinção, porque uns são velhos e outros já estão em profissões liberais e tudo o mais.”²⁸

Entretanto, ao que tudo indica, os herdeiros desta cultura não valorizam seu legado como deviam. Isto se deve à própria concepção do livro hoje, bem como da educação e da cultura. A dinamização das comunicações, os novos suportes educacionais, televisão, internet, colocam o livro num papel cada vez mais

²⁷ Tal declaração foi-nos concedida em entrevista cuja transcrição encontra-se no anexo 01.

²⁸ Tal declaração foi-nos concedida em entrevista cuja transcrição encontra-se no anexo 02.

peculiar. Por um lado, o livro ainda guarda seu status de fonte legítima de conhecimento, mas por outro, torna-se cada vez menos utilizado, na medida em que é substituído por recursos mais atraentes e de fácil assimilação.

As políticas públicas não se mantêm alheias a este fato. Buscam instituir programas de incentivo à leitura, estimulando a formação de novos leitores. Ainda assim, levará muito tempo para que estes programas surtam efeito. Em um país onde a maioria da população é ainda analfabeta ou semi-letrada, onde os grandes ícones da pós-modernidade estão longe do mundo das letras, é bastante improvável que o livro e a leitura recuperem seu lugar no mundo social fora do âmbito acadêmico.

Por outro lado, mesmo nas universidades é árduo o esforço dos professores no sentido de incutir a importância da leitura em seus alunos. Acostumados a digerir informações rápidas, obrigados a ingressar no mundo do trabalho cada vez mais cedo, reféns da escassez de tempo e dos ditames econômicos, poucos são os graduandos que param diante de um livro para lê-lo atentamente, ou que buscam os arquivos e as bibliotecas para realizar seus trabalhos. Tal deficiência é apontada com pesar por Antonio Basílio, que lembra:

“Eu quando dava aula na faculdade, às vezes, mandava eles pesquisarem aqui [referindo-se ao Real Gabinete]. ‘Qual a livraria que a gente compra esse livro?’ Se bem que livro não se compra mais hoje, se faz cópia. Mas, vão ao Real Gabinete. ‘Ah, tem que ir ao Gabinete!’ E eu fazia isso um pouco também, primeiro que era bom que eles pesquisassem, segundo lugar para movimentar também, para eles terem contato, que hoje em dia ninguém, quer abrir dicionário para ver uma palavra, ninguém quer ler um livro. Se

“você manda ler um livro ‘Qual capítulo?’ Não querem nem ler o livro, querem um capítulo. E se você fala: Bom, mas você tem que ler o livro todo. ‘Ah, mas não tem na xérox não, para a gente chegar lá e tirar xérox?’ Há um pouco essa preguiça.”²⁹

A experiência pessoal de Basílio torna-o ainda mais ressentido com o pouco caso observado em seus alunos – e na maioria dos graduandos de um modo geral. Seu primeiro contato com o Gabinete, ainda na juventude, nos seus anos de Colégio Pedro II, foi o de leitor, como ele sempre ressalta, evidenciando ainda que mesmo que deixe os cargos diretivos da Instituição, esse vínculo com a literatura e a cultura que o Gabinete proporciona haverão de ser mantidos.

Além de leitor, Basílio escreveu inúmeros artigos para a revista, tendo coordenado um de seus números, o oitavo exemplar da *Convergência*, editado em comemoração aos 150 anos do Real Gabinete Português de Leitura, em que divide a responsabilidade da coordenação com o então vice-presidente executivo Antonio Gomes da Costa. Também ocupou o cargo de bibliotecário, de diretor da secretaria e atualmente é o diretor da biblioteca.

Diferente da trajetória de Basílio, Gilda Santos chegou ao Conselho Diretivo do Gabinete por convite de um de seus presidentes, António Rodrigues Tavares. Segundo ela : “Acho que quando aquele senhor ali (apontando para o quadro de António Rodrigues Tavares) foi assinar a minha ficha de sócia e viu que eu era portuguesa, lembrou-se de me convidar.”³⁰

²⁹ Tal declaração foi-nos concedida em entrevista cuja transcrição encontra-se no anexo 02.

³⁰ Tal declaração foi-nos concedida em entrevista cuja transcrição encontra-se no anexo 03.

Entretanto, embora tenha ocupado seu primeiro cargo no Conselho por convite, Gilda Santos não era estranha àquela instituição, posto que costumava enviar cartas ao Gabinete com sugestões. Depois de pertencer ao Conselho, passou a ocupar um cargo na Diretoria da Biblioteca e posteriormente, na diretoria do Centro de Estudos, assumindo a direção da revista.

Questionada sobre o que levou o então presidente do Gabinete a convidá-la a participar do Conselho, a professora afirma que o fator determinante para este convite foi especialmente o fato dela ser portuguesa. Nas suas palavras:

“Acho que no tempo em que fui convidada só os portugueses natos poderiam ser membros da diretoria. Eu já era uma ‘avis rara’...Você sabe que a imigração fechou nos anos 60 e eu vim em 58; portanto sou mesmo da última geração de imigrantes portugueses. Eu mantenho a nacionalidade, diga-se de passagem.”³¹

Fazer parte do Conselho Diretivo e posteriormente da Diretoria de uma instituição como o Real Gabinete vem reforçar o estatuto de intelectual desta professora. Gilda Santos personifica a imagem de portuguesa letrada e que dissemina sua cultura mater nas terras brasileiras, valorizando o que é por ela entendido como o papel do Gabinete: *“elemento congregador dos portugueses com um pouco mais de, digamos, desejo de cultura. Por vezes não eram pessoas até que tinham cultura, mas que, enfim, consideravam a cultura algo importante.”³²*

³¹ Idem.

³² Tal declaração foi-nos concedida em entrevista cuja transcrição encontra-se no anexo 03.

A fala da professora aponta para um entendimento do Real Gabinete muito mais como instituição voltada para a comunidade portuguesa do que propriamente para os brasileiros, a despeito dos discursos como o de Gomes da Costa, que visam estabelecer uma irmandade entre portugueses e brasileiros. Neste sentido, seria primordialmente a revista o veículo responsável por estabelecer um diálogo entre a instituição e os segmentos letrados do Brasil.

Interessante notar que a visão da professora é profundamente segregadora e elitista, traçando uma linha divisória entre os portugueses pouco cultos e os seus pares, estes verdadeiramente cultos.

Neste sentido, Gilda Santos estabelece distinções entre as associações lusas em terras brasileiras. De um lado estariam aquelas voltadas às agremiações que valorizavam especificamente as atividades recreativas e de sociabilidades, como a Casa das Beiras ou a Casa do Minho; de outro aquelas voltadas para a cultura erudita como o Liceu Literário e o Real Gabinete, embora reconheça que em seus primórdios também esta última estava movida por um espírito agremiativo.

*“É claro que essas entidades (as casas regionais) propiciavam muito mais a socialização que o Real Gabinete. O Real Gabinete realmente é um pólo de cultura. Mas, para efeitos de namoros, casamentos, bailes, amizades, jogos, churrascos ou sardinhas, são realmente essas casas as vocacionadas para isso. Então, na medida em que foram se expandindo – hoje são numerosas – me parece que também foram tirando do Real Gabinete esse espírito de agremiação.”*³³

³³ Idem.

Sendo assim, vemos exposta nesta fala o que já foi apontado na introdução: que o Gabinete valoriza um segmento específico da cultura portuguesa. Logo, seu alcance dentro da colônia acaba sendo limitado, por mais que em outros discursos ele se queira abrangente e dizendo respeito a todos os portugueses.

A rigor, seu projeto não abarca o imigrante “típico” e sim uma parcela muito bem delineada desses imigrantes: os intelectuais, letrados, ou aqueles que enriqueceram e valorizam a prática do mecenato.

As limitações deste projeto procuram ser vencidas através da publicação de um impresso que atravesse as paredes da instituição. Este suporte é a *Convergência*, produzida numa tentativa de fazer com que a cultura valorizada pelo Gabinete chegue ao mundo acadêmico brasileiro, bem como, aos portugueses de “bom nível intelectual”. Segundo Cleonice Berardineli:

“O Real Gabinete agora está, eu acho, tirando um pouco um certo mofo, um certo bolor que havia, e se está tornando mais jovem, mais para a frente. Acho que em parte foi o Gomes da Costa quem começou a trazer isto, porque é bem mais moço que os presidentes anteriores, mais empreendedor, mais arrojado.”³⁴

A informatização da Biblioteca e a publicação da revista são estratégias mobilizadas no sentido de capitalizar novos leitores, novos interessados, e por que não, novos admiradores deste empreendimento lusitano. Mas mesmo ao ampliar

³⁴ Tal declaração foi-nos concedida em entrevista cuja transcrição encontra-se no anexo 04.

seu alcance, mais uma vez esbarra-se em um obstáculo cultivado à priori, o público alvo deste projeto. Ainda que aumente seu raio de ação, a revista continua a ser voltada para um grupo específico de leitor. Se agora não é mais o português culto do século XIX, que sentia falta dos saraus e *boutiques a lire* da Europa, é o acadêmico brasileiro que freqüentaria esta instituição, agora com uma nova roupagem.

2.3. A DINAMIZAÇÃO DO REAL GABINETE

O Centro de Estudos foi efetivado na década de 60. Embora seu projeto remontasse à década de 40, ele só se concretizaria de fato em 1969, quando a presidência da instituição era ocupada por Antonio Saldanha de Vasconcellos. Ele atribuiu a António Pedro Rodrigues Martins a tarefa de viabilizar o Centro de Estudos, justificando a necessidade de sua criação da seguinte forma:

*"...assim sendo, crê-se que o Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, por tudo que ele representa de tradição, de prestígio, de dignidade e, ainda, de possibilidades materiais, tem capacidade, como nenhuma outra instituição, para exercer neste país uma acção do mais alto interesse nacional."*³⁵

Constituíam-se como objetivos do Centro de Estudos o incentivo à pesquisa sobre temas portugueses, a cooperação nas iniciativas culturais brasileiras

³⁵ TAVARES, António Rodrigues (org.) *Fundamentos E Actualidades Do Real Gabinete Português De Leitura*. - Edição Comemorativa dos 170 anos do Real Gabinete. pp. 141-142.

relacionadas com Portugal, a realização de exposições de artes plásticas, a promoção de leituras dramatizadas, jograis e cursos de extensão, apresentações de música com artistas portugueses, corais e sessões de música erudita e popular, assim como a promoção e celebração de convênios culturais. Buscava-se o que foi qualificado como uma dinamização da cultura, uma maneira de integrar a comunidade portuguesa à intelectualidade carioca, haja vista os professores e estudantes serem os únicos segmentos brasileiros convidados a participar em eventos promovidos pela instituição.

Gomes da Costa ressalta a importância do Professor Francisco da Gama Lima que organizou uma série de cursos sobre a cultura portuguesa no Real Gabinete, atraindo estudantes e professores de várias universidades, em especial da área de literatura.

Os cursos eram realizados para um público cativo: os estudantes e professores do curso de Letras da universidade federal, que na época funcionava próximo ao Gabinete na Avenida Chile.

Nos primeiros anos da década de 70 o Centro de Estudos realizava anualmente quase uma dezena de cursos sobre diferentes temas ligados à cultura portuguesa, além de seminários e conferências. A professora Gilda Santos lembra que começou a freqüentar o Gabinete através desses cursos, quando ainda era aluna da Faculdade de Letras da universidade federal.

“Eu entrei para lá [Faculdade de Letras] em 71, quando comecei a freqüentar o Real Gabinete, assistindo a muitos desses cursos que eram promovidos no fim da tarde por vários professores de lá. Meus ex-professores, e hoje colegas, organizaram vários cursos aqui,

*abertos ao público. Eu, aos poucos, de aluna passei a professora e organizadora desses curso.*³⁶

O papel do centro de Estudos era justamente este: granjear novos frequentadores qualificados. A revista surgiria posteriormente (mesmo que sua criação tenha sido prevista quando da implementação do próprio Centro) divulgando a produção acadêmica dos colaboradores deste Centro. Segundo Antonio Basílio “O Centro de Estudos, na verdade, seria o grande convergente e a revista seria depositário, ou divulgador, o veiculador dessa convergência.”³⁷

De fato, o projeto de fazer parte do mundo da cultura e do conhecimento perpassa o Real Gabinete desde sua fundação. A escolha do terreno na Rua Luís de Camões para a construção da sede definitiva demonstra a materialização deste projeto. Esta região do centro do Rio de Janeiro constitui-se como corredor cultural da cidade desde os tempos do Império. Cercado por teatros, próximo a outras Bibliotecas, constitui-se como o lugar ideal para a instituição emergente.

Ao recuperar o momento de criação do Real Gabinete, Gilda Santos faz questão de frisar: “Não se esqueça que eram ‘áureos’ tempos em que não havia cinema, não havia televisão, não havia vídeo. E o livro era realmente um elemento de cultura muito valorizado, muito importante. Era o grande escape do mundo.”³⁸

No entanto, com a crescente desvalorização do centro da cidade, esse corredor cultural ficou esvaziado. O aumento da violência urbana, a queda no poder aquisitivo da população, verificado nas últimas décadas do século XX, a

³⁶ Tal declaração foi-nos concedida em entrevista cuja transcrição encontra-se no anexo 03.

³⁷ Tal declaração foi-nos concedida em entrevista cuja transcrição encontra-se no anexo 02.

³⁸ Tal declaração foi-nos concedida em entrevista cuja transcrição encontra-se no anexo 03.

mudança nos hábitos estudantis, que procuram os arquivos e bibliotecas numa escala muito menor e a proliferação do uso da internet como fonte de pesquisa, o Gabinete perde seu lugar de pólo cultural. Some-se a isso a mudança da Faculdade de Letras para a cidade universitária.

Gilda Santos lembra do período em que o Centro de Estudos estava no auge de suas atividades:

“Praticamente todo o mês havia ciclos comemorativos, centenários de morte ou de nascimento de algum escritor, cinquentenário de uma obra... mas, veja bem, havia um público alvo imediato que vinha da Faculdade de Letras e um pouco do IFCS [Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal]”³⁹

A transferência do curso de Letras para o campus da Ilha do Fundão provocou um esvaziamento dos cursos, tornando-os cada vez mais escassos.

Essa escassez faz com que na visão de Gilda Santos, o Centro de Estudos esteja sendo sub aproveitado. Os cursos seguem sendo realizados, em uma média de um ou dois por ano. Não são mais os cursos de extensão ou aperfeiçoamento ministrados em outros tempos. Atualmente, abre-se o espaço do Gabinete para eventos de maior porte, estabelecidos em convênios firmados com a Prefeitura do Rio de Janeiro e outras associações como o Instituto Camões e a Fundação Calouste Gulbenkian.

Algumas solenidades oficiais também são comemoradas com grande pompa, divulgadas também pelo Centro de Estudos. Datas importantes para a

³⁹ Tal declaração foi-nos concedida em entrevista cuja transcrição encontra-se no anexo 03.

comunidade portuguesa como o “10 de junho” entre outras ainda provocam grandes mobilizações.

A *Convergência* surge em um momento de grande efervescência do Centro de Estudos. Este impresso é formulado no sentido de consolidar a inserção do Gabinete no meio acadêmico, já que os cursos promovidos por este Centro deram o primeiro passo nesta direção. Gomes da Costa salienta que: “A revista ‘*Convergência Lusíada*’ tinha como escopo não só divulgar trabalhos de grandes figuras da intelectualidade luso-brasileira, mas também ser mais um instrumento para a difusão da cultura portuguesa no Brasil.”⁴⁰

A preocupação da revista segundo a ótica de Gomes da Costa seria a possibilidade de manter viva as realizações portuguesas no Brasil. Já que não seria possível aos portugueses natos a manutenção destas instituições, devido à decadência do fluxo imigratório, era preciso angariar novas e qualificadas contribuições, imprimindo ao Gabinete o estatuto de patrimônio cultural luso-brasileiro, e não somente luso. Dessa forma, Gomes da Costa coloca que:

*“Tudo o que fazemos hoje é voltado para o Brasil – e as apostas são sempre direcionadas para as próximas gerações. Em breve, não teremos senão alguns poucos milhares de portugueses de origem no Brasil. Não é neles que pensamos – mas sim nos brasileiros que compartilham de valores comuns, que reconhecem os legados de uma presença, que sabem o quanto foi importante na construção deste grande país a contribuição dos portugueses.”*⁴¹

⁴⁰ Tal declaração foi-nos concedida em entrevista cuja transcrição encontra-se no anexo 01.

⁴¹ Idem.

Entretanto, inculzir este apego às contribuições portuguesas na formação da cultura brasileira implica transpor as limitações impostas pela própria estrutura do Gabinete. Freqüentar sua Biblioteca ou o Centro de Estudos demandaria necessariamente a fixação de residência no Rio de Janeiro, onde estes estão localizados, bem como tempo livre disponível para realizar as pesquisas e assistir aos cursos, requisitos que nem todos os que compõem o público alvo da instituição possuem. Assim, a impressão de uma revista permite chegar a esse público, que anteriormente estava impossibilitado de estabelecer contato com o Gabinete. Este continua sendo o mesmo segmento letrado cujo perfil já havia sido traçado pelos fomentadores deste projeto. Por isso, a revista é enviada para os membros do Gabinete, intelectuais, universidades, liceus e outras instituições culturais.

Esta estratégia conduziu a criação do Centro de Estudos, pois segundo Gomes da Gosta *“Todas as instituições de natureza cultural precisam, a cada passo, de serem enriquecidas com novas dinâmicas, de atrair novos públicos, de oxigenar as suas programações.”*⁴². A criação da revista mantém este mesmo espírito, reforçando o caráter dinamizador pretendido. Antonio Basílio aponta que:

“Ainda que o Gabinete seja uma instituição importante, a cultura portuguesa, através dos artigos da revista, excede, ultrapassa o próprio Real Gabinete. (...) O Gabinete é como se fosse o grande mantenedor. Mantenedor em termos de quê? De publicar a revista, de juntar os articulistas, de divulgar. Mas na verdade, o Real Gabinete é como se fosse aquela instituição que fica por trás da

⁴² Tal declaração foi-nos concedida em entrevista cuja transcrição encontra-se no anexo 01.

*revista. A revista voa. O Gabinete é horizontal, a revista é vertical.
Portanto a revista vai além do Gabinete.”⁴³*

Esse “ir além” é justamente a tentativa de vencer as limitações impostas pela natureza deste projeto cultural. Pode-se notar também que o termo “divulgar” estará sempre presente na fala dos entrevistados. Este vocábulo implica na idéia de que a cultura portuguesa está dada à *priori*, independente das construções e usos que dela possam ser feitos. Neste sentido, os articulistas recorrem à memória do pioneirismo português imprimindo-lhe novas abordagens, via de regra de cunho acadêmico – buscando fazê-la circular no meio social ao qual este projeto está destinado: o meio acadêmico.

⁴³ Tal declaração foi-nos concedida em entrevista cuja transcrição encontra-se no anexo 02.

3.1. DO PÚBLICO

Foi durante nossa pesquisa monográfica que tomamos conhecimento da publicação que o Real Gabinete Português de Leitura mantinha. O primeiro dado a nos chamar atenção foi o título, que por si só mereceu um segundo olhar. Ao intitular-se *Convergência*, este periódico busca criar uma idéia de unidade entre os portugueses da colônia. No entanto, como já dissemos anteriormente, tinha por objetivo atingir não só estes portugueses, mas também o segmento “letrado” da população brasileira, com o qual procura travar um diálogo de igual para igual.

Ao estabelecer tal título, busca-se conciliar o inconciliável, pois sob este discurso de unidade são escamoteadas as diversas clivagens existentes entre portugueses e brasileiros, como também entre os próprios imigrantes portugueses, que acabaram por ser genericamente alçados ao estatuto de letrado, o que, no mínimo, não corresponde à realidade, dado que muitos deles jamais compartilharam desse universo.

No tocante à escolha do título, Antonio Basílio aponta que:

“Eu já diria que a coisa em vez de ser do particular para o geral, foi do geral para o particular, ou seja, tudo tem que convergir

para a cultura portuguesa e é claro que o ponto, vamos dizer, a pedra filosofal da revista era a cultura portuguesa de um modo geral. (...) Então a coisa foi no sentido que tudo convergisse para a cultura portuguesa, convergir para depois até invergir no sentido de ampliar.”⁴⁴

Como já apontamos anteriormente, na década de 1960, o Brasil foi refúgio de muitos exilados do governo Salazarista. Mas as gentes não eram as mesmas e tampouco compartilhavam o mesmo perfil. Não eram mais os pobres camponeses – a maioria vinda do norte empobrecido de Portugal. Eram intelectuais reconhecidos que deixavam um país do qual havia sido tirado o seu bem mais precioso: a liberdade de expressão.

Mas há um inegável ponto de confluência entre campônios e intelectuais: a saudade de seu lugar de origem e o desejo de voltar a ver as paisagens lusas, havendo aqui um apego às tradições. É nesse ponto de confluência que o Real Gabinete encontra espaço para existir.

E é também neste interstício, que a *Convergência* ganha forma. Antes de ser a voz do imigrante, é a fala do letrado, do novo imigrante.

A revista *Convergência* começa a ser publicada em 1976, embora segundo as atas de reunião do Centro de Estudos, seu projeto seja anterior a esta data, remetendo-o à década de 60. A princípio, sua periodicidade era semestral, mas a partir de 1979 passa a ser anual. Em 1992, o Centro de Estudos pretende fazer com que a periodicidade anterior seja reativada, tentativa que não obteve sucesso.

⁴⁴ Tal declaração foi-nos concedida em entrevista cuja transcrição encontra-se no anexo 02.

Um dos dados curiosos desta publicação é que ela parou de ser editada em 1981, sendo retomada somente em 1992. O editorial de 1992 atribui essa interrupção ao incidente diplomático ocorrido em 1982 entre Brasil e Portugal, que fez com que estes países tivessem um estremecimento diplomático.

Na apresentação do primeiro número vemos que o artigo finda com um apelo para que o periódico não assuma um caráter elitista, e que tenha “(...) a capacidade de sensibilizar os humildes e os doutos, além de atrair para o salutar convívio deste Real Gabinete à arredia colônia portuguesa.”⁴⁵ mesmo que essa “elitização” seja, segundo as categorias de Michel de Certeau, um “não dito”, já que o discurso da revista e da instituição apontam para a existência de uma harmonia e cooperação entre os portugueses e brasileiros, independente da classe social a que estes pertenceriam.

Entretanto, as falas dos entrevistados, que delimitam o público alvo acabam por indicar a existência dessa elite, a quem seria destinada a produção publicada na *Convergência*, as atividades do Centro de Estudos e o espaço do Real Gabinete.

Segundo Bourdieu, essa necessidade de estipular um perfil constitui-se como característica específica dos bens simbólicos - neste caso, a cultura portuguesa cristalizada sob a forma de uma revista. Mas seu consumo restringe-se aos que possuem o código necessário para decifrá-los, ou seja, os que detêm as categorias de percepção e apreciação adquiridas pela familiaridade com o que é produzido segundo tais categorias.

⁴⁵ CONVERGÊNCIA. Rio de Janeiro: Centro de Estudos do Real Gabinete Português de Leitura, v.3, nº 3, julh./dez. 1977. p.8

Entretanto, o discurso da *Convergência* parte do princípio de que esta instituição é um patrimônio cultural e que, como tal, pertence a todos, não sendo possível concebê-lo como um privilégio de uma minoria. Princípio que não corresponde à prática, pois esta está sempre se remetendo a um público letrado. No dizer da professora Gilda Santos:

“Eu, particularmente, só vejo uma certa possibilidade de permanência dessa revista se ela estiver num patamar de qualidade com o reconhecimento acadêmico. Eu não vejo outra instância de reconhecimento para ela.”⁴⁶

A professora Cleonice Berardinelli parece comungar dessa visão. Possivelmente por ser brasileira e não compartilhar determinados códigos próprios ao processo de imigração, ela acaba por ter uma posição menos comprometida com a perspectiva de “abarcamento” cultural pressuposta pelo Real Gabinete. Sendo assim, afirma que a revista buscaria atingir *“A comunidade portuguesa de bom nível intelectual, não é, porque os outros não interessa.”⁴⁷*

Ora, vemos aqui todo o projeto da instituição e da revista montado em torno da idéia de comunidade, de partilha e de pertença que, de fato, não se sustenta em sua materialidade. A tentativa de redimir então o português de seu estatuto de trabalhador braçal acaba por tornar-se um discurso vazio que definitivamente não o abarca. A própria linguagem utilizada nos artigos pertence a chavões restritos ao mundo acadêmico com seus rebuscamentos característicos.

⁴⁶ Tal declaração foi-nos concedida em entrevista cuja transcrição encontra-se no anexo 03

⁴⁷ Tal declaração foi-nos concedida em entrevista cuja transcrição encontra-se no anexo 04.

Quem seriam então os “humildes e os doutos”? Parece-nos que a elite do Gabinete quer fazer crer que os “doutos” são todos os portugueses e os “humildes”, os nacionais, ou, como diria Todorov, o “outro”. Tem-se então a tecitura de uma imagem que deixa de lado a própria raiz do imigrante português, pois o identifica sob o *status* de intelectual. Quer seja ele comerciante da Beira, quer seja sapateiro do Minho, nessa perspectiva torna-se civilizador, detentor dos códigos de apreciação do mais sofisticado discurso acadêmico. Ele se torna, nesta visão de mundo “O Português”, herdeiro de toda uma história conquistadora e camoniana.

Neste sentido, reinventa-se a própria história da imigração no Brasil, esquecendo-se todos os seus embates e conflitos.

Sem dúvida, a inserção deste periódico no mundo acadêmico parece-nos ser o objetivo primeiro deste projeto. O intento desta revista não é de forma alguma captar recursos materiais para esta instituição, visto que ela é doada e não vendida, mas sim captar leitores qualificados que corroborem suas estratégias editoriais. No entender de Gilda Santos:

“Repare: essa não é uma revista feita para ser vendida nas bancas de jornal. Uma vez que não é uma revista de grande circulação, tem que ter um público-alvo. Eu não vejo outra possibilidade para que ela se firme, para que tenha um reconhecimento, senão tendo um público-alvo acadêmico.(...) Para ser uma espécie de ‘jornal da colônia’ em forma de revista já há organismos que suprem esta necessidade. Há aí publicações semanais e as publicações de algumas casas regionais...então as pequenas necessidades dessa vida, diga-os, agremiativa,

*associativa, socializante, já estão sendo supridas pelas casas da chamada 'comunidade portuguesa do Rio'. Então, me parece que o diferencial é este que temos na revista.*⁴⁸

Ao optar-se pela distribuição gratuita do periódico e não pela sua venda podemos visualizar o leitor que os produtores desta revista almejam. Um leitor altamente qualificado, já que a revista é enviada sobretudo para diversas universidades do país, legitimando a inserção deste veículo no meio acadêmico. Considerando que ela também é enviada a cada membro da instituição, este é colocado no mesmo nível do universitário ou do pesquisador.

Segundo Antonio Basílio, *"A revista tem recebedores naturais, sem contar outras instituições, até de outros estados, até de outras partes além do Brasil.*⁴⁹ Com efeito, a *Convergência* pode ser encontrada por exemplo nas bibliotecas da UFF, UFRJ, USP, Unicamp, PUC/RJ, IHGB, Gabinete Português de Leitura de Salvador, Universidade de Coimbra e o Instituto Camões, entre outros.

Gomes da Costa amplia e personaliza ainda mais este público ao afirmar que: *"A revista é distribuída para universidades, instituições culturais, bibliotecas, professores, intelectuais etc. de vários países."*⁵⁰

Devido a forma como a *Convergência* é distribuída, infelizmente, são bastante reduzidas as nossas possibilidades de mapear o chamado "leitor real", visto que não há nenhuma assinatura ou qualquer outra coisa deste tipo.

⁴⁸ Tal declaração foi-nos concedida em entrevista cuja transcrição encontra-se no anexo 03

⁴⁹ Tal declaração foi-nos concedida em entrevista cuja transcrição encontra-se no anexo 02.

⁵⁰ Tal declaração foi-nos concedida em entrevista cuja transcrição encontra-se no anexo 01.

O que cremos poder visualizar é o leitor ideal, aquele que identificamos como público alvo de cada artigo. Fizemos isto recuperando o *mailing* de envio desta publicação. Pudemos observar então que os receptores deste impresso são – além dos membros do Real Gabinete – instituições acadêmicas e culturais tanto no Brasil quanto em Portugal, o que naturalmente vai ao encontro dos objetivos da revista, já apontados anteriormente.

3.2. DA ESTRUTURA EDITORIAL

A estrutura desta publicação compreende, em seu primeiro número, a seção “*Ensaio & Pesquisa*”, “[...] reservada para investigações de reconhecido valor, em nível universitário ou de pós-graduação”.⁵¹ As seções restantes são divididas em “*Artigos*”, dedicadas a textos diversos, em especial de literatura e sobre a cultura portuguesa; “*Efemérides*”, comentários sobre datas comemorativas ou personalidades; “*Atualidade*”, apreciação sobre algum tema contemporâneo. Neste caso, o tema turismo aparece, possivelmente acrescentado por influência de Joaquim Costa Pereira Pinto, diretor do Centro de Estudos e proprietário de uma loja de câmbio.

Também constam neste número as seções de “*Informação*”, que busca apresentar o Real Gabinete, seu acervo e a atuação do Centro de Estudos; “*Noticiário*”, espécie de “classificados” culturais visando a divulgação de autores,

⁵¹ PINTO, Joaquim Costa Pereira. *Convergência* Ano 1, nº 1 – Julho a dezembro. Rio de Janeiro; 1976, p.07.

livros e projetos; e, por fim, “*Quem é Quem na Cultura Portuguesa, Hoje*”, dedicada a escritores portugueses que se destacassem no momento recomendando a leitura de nomes como Adolfo Casais Monteiro, Augusto Abelaira, Bernardo Santareno, Eduardo Lourenço, Jaime Salazar Sampaio, entre outros escritores modernos. Não será demais dizer que a escolha do material do qual estas seções são compostas daria preferência aos temas de cultura portuguesa, a partir da seleção dos textos enviados e da análise dos editores.

A partir de sua estrutura podemos perceber o projeto intelectual desta elite, que busca através de determinadas estratégias – como o intercâmbio cultural entre Portugal e Brasil - a sua aceitação no meio intelectual e universitário brasileiro como instrumento de fala legítimo. Sua periodicidade e as seções na qual encontra-se dividida, em especial a seção “*Ensaio & Pesquisa*”, voltada exclusivamente para o meio universitário, trazendo trabalhos “reconhecidos” de alunos e professores, torna possível situar esta publicação dentro do campo em que é produzida, pois todos os seus aspectos seguem os moldes dos periódicos acadêmico-científicos.

O saber acadêmico constituir-se-á como um instrumento de legitimação desta revista, visto que apenas as pesquisas de “reconhecido valor” teriam lugar em suas páginas. Entretanto, a estrutura desta publicação vai se tornando bastante flexível nos números seguintes, não contando estes, na maioria das vezes, com todas aquelas seções. O número inicial versa todo ele sobre assuntos da cultura portuguesa, seguindo o que é explicitado no editorial como proposta da publicação; todavia, o mesmo não se mostra verdadeiro nos outros números, que trazem artigos dos mais variados assuntos. O que se mantém imutável é a origem

desses artigos e de seus autores, que possuem ou haviam possuído vínculo acadêmico ou pertenciam aos altos quadros do Real Gabinete.

Isto implica em dizer que estarão presentes nos números da *Convergência* tanto artigos escritos por Antonio Gomes da Costa – que, embora ligado essencialmente ao mercado financeiro, é visto por seus pares como um intelectual por estar engajado em instituições culturais e ter livre acesso às páginas de jornais de significativa circulação, como O Globo e o Jornal do Brasil, entre outros, quanto pelo professor universitário Lincoln Penna de Abreu, intelectual e brasileiro. O que os põe em pé de igualdade e os faz pertencerem a um grupo que é então chamado de elite é o fato de ambos serem reconhecidos como intelectuais.

A partir do número nove, a direção da revista passa a cargo da professora Gilda Santos, que até então participava do Conselho da Biblioteca. Em suas palavras: *“Eu estava na biblioteca e sempre achei que estava no lugar errado”*.⁵²

A entrada da professora Gilda Santos no conselho editorial da *Convergência* a partir do número 09, publicado no ano de 1992, reforça as estratégias urdidas por este grupo no sentido de inserir a revista no meio letrado, posto que acentuou o perfil acadêmico na revista, o que é confirmado não só por ela própria mas também por nossos entrevistados.

Segundo eles, os números iniciais da revista não corresponderam exatamente ao perfil desejado, o que acaba por motivar algumas críticas à gestão de Joaquim Pinto e Francisco Borges à frente do periódico. Para Gilda Santos: *“Nos primeiros números, ao contrário, há muito texto que eu costumo chamar de*

⁵² Tal declaração foi-nos concedida em entrevista cuja transcrição encontra-se no anexo 03.

*'farfalhudos' diz, diz, diz, faz um pouquinho de barulho como papel celofane, mas não tem assim muita substância...São textos meio 'balofos'...*⁵³

Para a professora Gilda Santos, a revista trazia muitos textos dos membros do Gabinete que nada tinham de acadêmico. A própria professora Gilda Santos acaba por legitimar seu trabalho à frente da revista depreciando de certa forma os números anteriores. Ela crê que a revista assumiu o “caminho certo” ao tornar-se um impresso mais acadêmico, afirmando que os outros números encontravam-se repletos de textos dos que ela chama de “senhores comendadores”.

*“Senhores comendadores” só entre aspas. São os beletristas, pessoas que têm muita disponibilidade de tempo, que gostam de ler e de fazer pesquisas exaustivas sobre detalhes. Devem ser excelentes pessoas, que acham que estão fazendo um grande bem à humanidade escrevendo esses textos. E é claro que não estão fazendo mal algum à humanidade. Mas, enfim, são pessoas que têm visões menos objetivas do estudo... Então, ultimamente, se você reparar, é sobretudo o meio acadêmico que está com espaço na revista, e sobretudo as áreas de Letras e História.*⁵⁴

Estes seriam os portugueses detentores do capital financeiro (geralmente oriundos do comércio) e que por possuir este capital adquiriram o “direito” de pertencer a esta instituição.

Embora a atuação de Gilda Santos seja extremamente elogiada e o presidente do Gabinete, Gomes da Costa afirme que “A ‘Convergência Lusíada’ é

⁵³ Idem.

⁵⁴ Tal declaração foi-nos concedida em entrevista cuja transcrição encontra-se no anexo 03.

*dirigida atualmente pela Profa. Gilda Santos, nossa Diretora e cuja competência é por todos reconhecida.*⁵⁵, isso não impediu uma certa insatisfação por parte de alguns membros com relação à linha editorial adotada por ela. Segundo Cleonice Beradinelli *“no começo houve uma certa resistência da própria diretoria...”*⁵⁶.

Apesar de enfrentar alguma resistência, o projeto de transformar a *Convergência* em um impresso acadêmico seguiu seu curso, tendo Gilda Santos, entre outras atribuições dentro da revista, a tarefa de realizar a triagem dentre os artigos que eram enviados e aqueles que efetivamente eram publicados. Segundo ela:

*“Na organização dos primeiros números, logo me deparei com algumas pilhas de trabalhos que tinham sido enviados com pedido de publicação. Mas o Dr. Gomes da Costa me deu ‘carta branca’ para fazer uma seleção. Nem recusei todos, nem aceitei todos. (...) Assim, senti-me obrigada a publicar certos textos que em princípio eu não publicaria. Mas paulatinamente eu os venho descartando, e essas pessoas também se apercebem que esse espaço não é mais para elas, e cada vez estão mandando menos.”*⁵⁷

Esta diretriz acabava por excluir alguns dos membros e colaboradores mais antigos do Real Gabinete, que pouco a pouco deixavam de mandar suas contribuições em forma de artigos para a revista.

⁵⁵ Tal declaração foi-nos concedida em entrevista cuja transcrição encontra-se no anexo 01.

⁵⁶ Tal declaração foi-nos concedida em entrevista cuja transcrição encontra-se no anexo 04.

⁵⁷ Tal declaração foi-nos concedida em entrevista cuja transcrição encontra-se no anexo 03.

Segundo o estatuto do Real Gabinete Português de Leitura, os membros associados, chamados de acionistas por contribuírem anualmente com uma quantia para sua manutenção, tinham que ser cidadãos portugueses, bem morigerados e de ocupação honesta; os subscritores podiam ser de qualquer nacionalidade mas, como os acionistas, tinham também que ser bem morigerados e de ocupação honesta⁵⁸. Seus membros, “[...] *pertencentes às classes mais ativas e laboriosas da industria e do comércio.*”⁵⁹, também contribuem para neste espaço engendrar a construção de uma dada imagem de nação portuguesa como berço de uma cultura dita civilizada. Entretanto, por não deter credenciais acadêmicas, acabam por construir textos menores, que não pertencem ao mundo do conhecimento “científico” *stricto sensu*.

Da mesma forma, Cleonice Berardinelli questiona a falta de uniformidade dos primeiros números da publicação.

*“A revista era muito desigual, muito heterogênea em termos de qualidade de colaboradores, extensão e interesse dos textos. Depois que a Gilda assumiu a sua direção, realmente é uma revista séria, muito bem feita, com colaboradores portugueses e brasileiros da melhor categoria.”*⁶⁰

Na busca pelo perfil de intelectual vemos que se misturam portugueses e brasileiros, no cumprimento de um dos objetivos da publicação, declarada em

⁵⁸ SALDANHA, Augusto Camossa. *Convergência* Ano 1, n^o 1 – Julho a dezembro. Rio de Janeiro; 1976. p.13

⁵⁹ A gazeta de notícias. Publicação carioca diária de 10 de outubro de 1887

⁶⁰ Tal declaração foi-nos concedida em entrevista cuja transcrição encontra-se no anexo 04.

seus primeiros números, o intercâmbio entre intelectuais brasileiros e portugueses. Mas como podemos observar – especialmente se considerarmos as figuras de António Gomes da Costa e Joaquim Costa Pereira Pinto – o Centro de Estudos acaba por “fabricar” intelectuais, imprimindo este estatuto mesmo àqueles que de fato, não o deteriam, mas por serem membros do Gabinete, estariam inseridos nesta ordem.

Apesar do esforço da professora Gilda em diminuir o número de contribuições que não são oriundas do mundo acadêmico, estas continuam a ser publicadas de forma mais sazonal, já que este veto não poderia ser total, pois entraria em choque com os membros mais tradicionais do Gabinete, que a despeito de sua formação, se consideram também “intelectuais” na medida em que pertencem à nação portuguesa e trariam em si o signo da civilização europeia. Eles recuperam seu estatuto de europeu como meio legítimo de encontrar espaço nesta revista. Mesmo não tendo estudos superiores, são ainda os disseminadores da cultura do Velho Mundo no Brasil.

Neste sentido, o que faz com que estes sejam considerados como “intelectuais” não é necessariamente sua contribuição para o mundo acadêmico (ao menos, no caso das contribuições dos membros), mas suas relações dentro da comunidade portuguesa e da própria instituição, além de serem notoriamente imigrantes que “deram certo”, adquirindo fortuna e estabilidade em terras brasileiras. Gilda Santos evidencia isso quando afirma que:

“(…) nos primeiros números que organizei, há um pouco de tudo, uma espécie de vitrine de amostras. A partir do número 13,

*me parece, fui procurando fixar certos dossiês, certas seções, o que me permitiu fazer mais convites. Contudo, não pude recusar – isso é mais ou menos inevitável em qualquer lugar – os textos de determinadas pessoas com um certo nome, uma certa projeção, ou até com relações de amizade tradicional com o Real Gabinete.*⁶¹

Entretanto, se eram aceitos textos de membros do Gabinete que não eram “intelectuais” por excelência, o mesmo não se pode dizer sobre os brasileiros que colaboravam para este periódico. Estes eram dados a publicar por um reconhecimento *a priori* de seu *status* de intelectual. No dizer de Antonio Basílio, “É sabido que as melhores teses de autores portugueses modernos de literatura portuguesa eram daqui do Brasil e quase sempre do Rio de Janeiro.”⁶² Eram os autores destes trabalhos, acadêmicos brasileiros – quer professores, quer pesquisadores – que são dados a conhecer pela revista, e com quem esta elite busca compartilhar conhecimento.

Não é apenas no conteúdo ou no tipo de leitor ideal da *Convergência* que podemos notar as estratégias de inserção desta no meio acadêmico. Mesmo em sua formatação isso se torna bastante claro. O sumário do que sugerimos como a primeira fase, que compreende o período que vai do exemplar 01 ao exemplar 07, publicados entre os anos de 1976 e 1980, sob os cuidados de Joaquim Pinto e Francisco Borges, traz em destaque o nome do autor e não o seu artigo, como seria o esperado. A partir do número 11, que entendemos como segunda fase da *Convergência*, ao assumir definitivamente a direção desta revista a professora

⁶¹ Tal declaração foi-nos concedida em entrevista cuja transcrição encontra-se no anexo 03.

⁶² Tal declaração foi-nos concedida em entrevista cuja transcrição encontra-se no anexo 02.

Gilda Santos, essa tendência inverte-se, adotando os moldes das revistas publicadas por centros de pesquisa.

Destacar o título dos artigos e não seus autores significa valorizar o que é escrito – a qualidade e conteúdo do texto –, em detrimento da projeção pessoal de quem escreve.

3.3. DOS ARTIGOS

Entretanto, não basta compartilhar o mesmo espaço social, a revista, é preciso que os artigos sejam referentes à cultura portuguesa. Portanto, encontramos muitos trabalhos sobre Camões, Eça de Queirós, os autores clássicos, e, é claro, sobre a própria língua portuguesa sendo pouco discutida a nova geração de autores lusos, que podem até ter suas publicações citadas, mas raramente merecendo um artigo, reforçando os vínculos da *Convergência* com uma tradição conservadora.

Mesmo a mudança na direção, que passou das mãos dos senhores Joaquim Costa Pereira Pinto e Francisco Borges da Silveira para as da professora Gilda Santos, não afeta a diretriz inicial que procura privilegiar temas portugueses.

Joaquim Costa Pereira Pinto, então vice-presidente do Centro de Estudos, explicita o papel da revista em seu primeiro número da seguinte maneira:

“Que esta Revista cultural seja o arauto de uma idade nova, em que mestres e estudantes, de todos os campos do saber e das mais variadas tendências, possam expressar o seu pensamento,

*com uma base científica que transcenda o facciosismo apaixonado e os polemismos estéreis.*⁶³

Nesta apresentação é evidenciado o objetivo de reativar em todos os portugueses e nos meios intelectuais e estudantis brasileiros os valores do que é, por este autor, então qualificado como “espírito comunitário lusíada”.

Dos vinte e dois artigos do primeiro número, escritos por quinze autores diferentes, dez possuem vínculo com alguma universidade, três fazem parte do corpo diretivo do Gabinete, e os dois restantes pertencem a algum tipo de instituição. Com a entrada de Gilda Santos, quando se busca a renovação e diversificação dos colaboradores da revista, é no âmbito acadêmico que esses elementos são procurados.

Esse tipo de composição tornar-se-á marca registrada da revista, que vai trazer em suas páginas uma maioria de autores que possuem vínculo acadêmico institucional, como nos mostra o gráfico a seguir, obtido a partir do exame do conjunto dos artigos publicados nos dezesseis números da revista que compõem nosso recorte temporal (1976-1998).

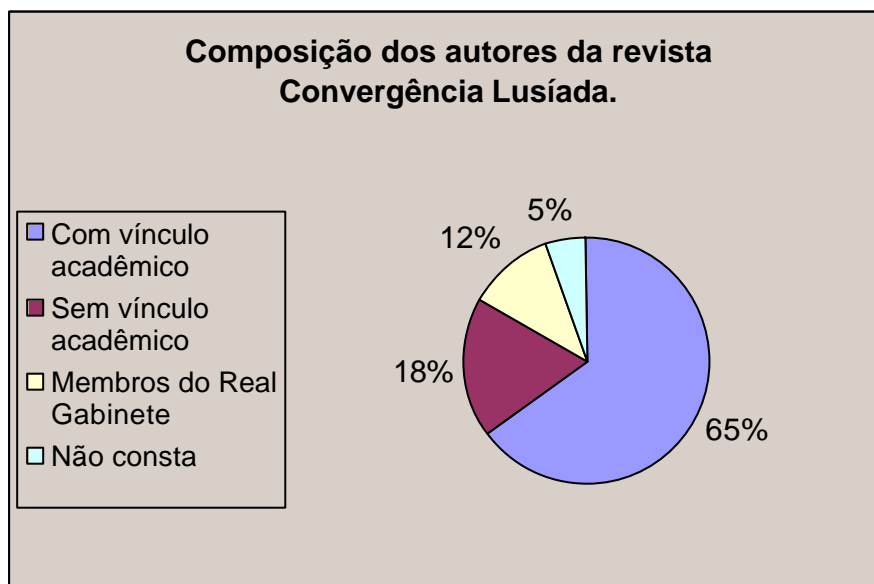
Apesar da *Convergência* comumente trazer a referência sobre a procedência do autor, em alguns momentos tivemos que recuperar esta referência, como no caso do oitavo número, que não oferece nenhum tipo de informação sobre os autores. Entretanto, como a maior parte deles já havia escrito

⁶³ CONVERGÊNCIA. Rio de Janeiro: Centro Estudos do Real Gabinete Português de Leitura, v. 1, nº 1, julh./dez. 1976. P. 07

anteriormente para o periódico, pudemos verificar o lugar de fala daqueles indivíduos.

Confeccionamos o gráfico abaixo a partir de tais informações fornecidas pela revista, apreendendo, em função do universo dos artigos, trezentos e dez ao todo, a origem dos seus autores.

Gráfico 1



Fonte: Revista Convergência Lusíada (1976-1998).

A partir dos números apresentados, podemos aferir que, de fato, o maior contingente de autores que escreve para a *Convergência* possui vínculo acadêmico, sendo, em sua grande maioria, professores e pesquisadores de universidades públicas.

Mesmo dentre os autores que não possuem vínculo com alguma instituição de ensino superior, todos fazem parte de um grupo de notáveis, que traz nomes como o do embaixador Luiz Felipe Lampreia, o ex-primeiro ministro de Portugal

Mario Soares e escritores de destaque como Gastão Cruz, entre outros. Vemos assim que a revista constrói um espaço de convivência e partilha que integra os membros do Real Gabinete aos acadêmicos e notáveis.

O número nono marca duas estréias: uma, a já mencionada troca na responsabilidade pela edição e, a outra, o acréscimo de um pequeno aviso na folha de rosto do periódico *“As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores.”* Pela primeira vez o periódico ensaia uma desvinculação com a instituição que o publica. Esta retomada marca um momento singular na vida deste periódico e constitui-se num esforço para dar uma cara nova à publicação. A partir deste exemplar, o leitor é advertido de que os artigos publicados são de responsabilidade do autor, fazendo com que o periódico ganhe uma pequena autonomia em relação à instituição que o mantém. Em sua apresentação, não assinada – mas possivelmente escrita por Gomes da Costa⁶⁴, então já eleito presidente do Real Gabinete -, encontramos a seguinte abertura:

“Retorna às mãos dos leitores a “Convergência Lusíada. Volta em nova série – embora com os mesmos objetivos de sempre, que são os de difundir a Cultura e de ser mais um instrumento de ação no âmbito das relações entre os povos da lusofonia - dessa vez queremos que volte com o compromisso da regularidade.”⁶⁵

Nesta apresentação o autor fala em difundir a Cultura. Até então, o objetivo explicitado nos outros números era explicitamente o de difundir a cultura

⁶⁴ Fazemos tal afirmação com base em uma das partes desta apresentação que se refere que a revista seria um dos itens do plano de trabalho anunciado ao assumir a presidência do Real Gabinete.

⁶⁵ CONVERGÊNCIA LUSÍADA. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, v.9, nº 9, 1992, p. 7

“portuguesa”. Este novo projeto pretende também que a revista volte a ter sua periodicidade inicial – semestral –, mas não obtém sucesso e o próximo número só seria lançado efetivamente um ano depois.

Não podemos considerar os números nove e dez como representantes de uma fase, mas antes como a tentativa de dar continuidade ao periódico e, de fato, a partir do número nove a revista não sofrerá mais interrupções. Antônio Gomes da Costa ocupa o cargo que mantém até os dias atuais, de presidente da instituição, e o Centro de Estudos e a revista são dirigidos por Eduardo Artur Neves Moreira, Manuel Antônio de Castro e Gilda da Conceição Santos, todos portugueses e professores do Departamento de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Tampouco os números nove e dez trazem o perfil que a revista ganharia no número onze, cuja direção passaria exclusivamente para as mãos da professora Gilda Santos, cujo intento é realmente firmar esta publicação como um impresso acadêmico.

Estes dois exemplares não possuem seções e os artigos não estão sequer divididos por tema. O número dez abre com um apelo de Gomes da Costa, que chama a atenção para a campanha financeira que está em curso para que o Real Gabinete não seja obrigado a fechar suas portas e possa realizar seus projetos. Neste momento, estão em processo de implementação a informatização da biblioteca, a instalação de um laboratório de restauração e conservação de livros e a instauração de um Centro de Multimídia (projetos realizados com os recursos do Banco Itaú, do qual Gomes da Costa era diretor executivo). Exceto o Centro de

Multimídia que ainda não se concretizou, todos os outros projetos foram efetivados.

Neste período, um projeto mais ousado estava em vias de ser concretizado com o apoio do Liceu Literário Português e da Caixa de Socorros D. Pedro V: a implantação de um sistema de ensino à distância que, até onde sabemos, acabou sendo malogrado. Chama-nos a atenção o fato de que uma instituição como a Caixa de Socorros, que não estaria diretamente vinculada à uma política cultural, venha a apoiar este projeto.

Ao consultar o livro de Maria Beatriz Nizza da Silva sobre a Caixa de Socorros D. Pedro V⁶⁶ vimos que a estranheza inicial pelo envolvimento dessa instituição em projetos culturais acabou por ser suprimida. A autora chama-nos atenção para o patrimônio tanto imobiliário quanto artístico que pertence a esta instituição, qualificando a Caixa de Socorros não apenas como uma entidade filantrópica, mas como uma associação voltada para outros aspectos da comunidade portuguesa, sem perder de vista o seu objetivo principal de amparo aos portugueses e seus descendentes.

A partir do número onze a revista adquirirá o formato que possui até os dias de hoje, com algumas seções permanentes: “Pórtico”, que traz as palavras de abertura, escrita pelo presidente da instituição Gomes da Costa; “Memorabilia”, cujo teor versa sobre fatos comemorativos do ano da publicação; e reativa-se a seção “Noticiário”, com informações sobre cursos, palestras, livros que estão

⁶⁶ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Filantropia e Imigração: a Caixa de Socorros D. Pedro V*. Rio de Janeiro: Publicação Comemorativa do 125º Aniversário de Fundação da Real e Benemerita Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V, 1990

sendo lançados sobre a cultura portuguesa tanto em Portugal quanto no Brasil. As últimas páginas do periódico serão consagradas à relação dos autores que escreveram naquele número, bem como sua procedência.

Se antes poderia haver alguma dúvida sobre a legitimidade da circulação deste periódico no meio acadêmico, ela tende a desaparecer sob a direção da professora Gilda.

3.4. SOB OS AUSPÍCIOS DA LITERATURA

Sem dúvida, a língua portuguesa será constantemente evocada como um dos laços indissolúveis entre as nações brasileira e portuguesa. Não podemos também perder de vista o fato de o Real Gabinete ser antes de tudo, uma instituição criada e conhecida pela sua exemplar biblioteca, onde há um acervo muito significativo de obras literárias. Sendo assim, não é de se estranhar que a *Convergência*, sendo antes de tudo uma representante legítima e qualificada desta instituição também prime pela valorização da literatura em suas páginas.

Esta valorização se torna mais evidente ao percebermos a predominância de artigos escritos por autores oriundos desta área do conhecimento. Antonio Basílio justifica tal predomínio não só pela instituição que fomenta o projeto, mas também pela alta qualidade e diversidade dos estudos acadêmicos empreendidos por universidades cariocas cujo objeto central seria a literatura portuguesa.

“A revista então visava ser uma parte escrita do Real gabinete e versando sobre a cultura de língua portuguesa, tanto é que nos primeiros números se vê logo a cultura portuguesa de um modo geral, através principalmente da literatura. (...) Que era a parte mais viva, até por causa das universidades que nós temos no Rio de Janeiro. A literatura portuguesa, é o ponto, vamos dizer, de encontro mais próximo.”⁶⁷

Ainda dentro do campo literário, os artigos publicados são selecionados dentre os autores mais conhecidos nesta área e algumas pesquisas mais recentes, empreendidas por jovens pesquisadores. A *Convergência* acaba por constituir-se enquanto espaço de diálogo entre estes dois segmentos, suscitando debates acadêmicos. No dizer da professora Cleonice:

“Estou certa de que nossa área é importante [referindo-se à área de Literatura, da qual ela e a professora Gilda compartilham], e para participar de nossas atividades temos a preocupação de chamar gente nova – alunos de pós-graduação, mestrandos, doutorandos – e Gilda os está publicando, dando-lhes a oportunidade de serem publicados, conhecidos, de conviver afinal, dentro de uma revista, com os mais velhos, os mais categorizados, graduados etc”⁶⁸

A tendência em valorizar-se artigos voltados para a literatura também é apontada por Antonio Basílio:

⁶⁷ Tal declaração foi-nos concedida em entrevista cuja transcrição encontra-se no anexo 02.

⁶⁸ Tal declaração foi-nos concedida em entrevista cuja transcrição encontra-se no anexo 04.

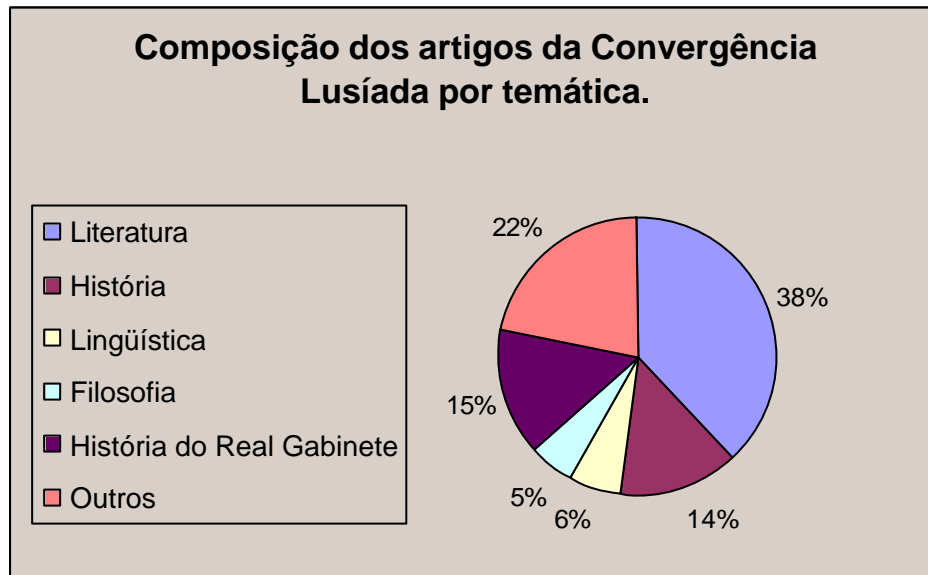
“E houve um tempo em que eu carregava com uma participação mais efetiva, na própria revista, eu carregava muito com os meus colegas de Literatura Portuguesa para a revista, seja da UFRJ, UERJ, UFF e até de algumas faculdades particulares como a PUC.”⁶⁹

A literatura é um dos grandes elos de ligação entre o projeto empreendido por esta elite letrada e a intelectualidade brasileira, por ser a língua um dos principais fatores de confluência entre Brasil e Portugal. Tampouco é por acaso que a segunda maior área de interesse da *Convergência* seja a História. Reforça-se a idéia de um passado comum, apontando para os ditos laços de irmandade e cooperação.

Com a direção de Gilda Santos, essa tendência ganha força nova. Devido à sua matriz acadêmica – letras e literatura – os artigos da área de Letras acabam sendo mais numerosos que os das demais áreas, como demonstra o gráfico a seguir.

⁶⁹ Tal declaração foi-nos concedida em entrevista cuja transcrição encontra-se no anexo 02.

Gráfico 2



Fonte: Revista Convergência Lusíada (1976-1998).

Dentre os artigos de literatura destacam-se temas como a literatura camoniana, a obra de Camilo Castelo Branco e Gregório de Matos. A partir do número quatro, os autores portugueses dividirão seu espaço com brasileiros ilustres como Graciliano Ramos, Machado de Assis e José de Alencar. Entretanto, desse universo de artigos, poucos versaram sobre a literatura portuguesa contemporânea. Mesmo a obra de Fernando Pessoa, como já mencionado, não ocupa lugar de destaque nas páginas da revista.

Nesse sentido, cremos que mesmo a escolha dos temas que irão compor o periódico é feita considerando-se o tipo de memória que se deseja preservar. Nesse ponto, entendemos que não bastaria que o autor fosse um acadêmico (o que, sem dúvida, legitima sua fala e justifica sua presença na revista), mas era

preciso que também tivesse como objeto de análise uma literatura que traduzisse o Portugal que é preservado pelo Real Gabinete, cuja principal figura no campo literário é, certamente, Luís de Camões.

Ao lado dos estudos camonianos vemos que existe uma certa preocupação em publicar-se artigos sobre o que seria o principal elo de ligação entre portugueses e brasileiros: a língua. Sendo assim, os esparsos artigos de lingüística que serão publicados (6%) versam sobretudo acerca das transformações que sofreu a língua portuguesa não só no correr dos séculos, mas também oriundas das modificações impostas pelas mudanças em esferas geográficas, mais diversas, como o Brasil ou outras ex-colônias lusas, especialmente em África.

É interessante notar que, aos poucos, os artigos sobre as antigas possessões portuguesas em África começam a se multiplicar, em especial após a visita do primeiro ministro Mário Soares ao Gabinete em 1993. A esta altura as ex-colônias já haviam consolidado sua independência, obtida na década de 70, afirmando-se como nações autônomas. Nestes artigos, o ponto central gira sempre em torno da presença portuguesa nas colônias africanas, sendo que essa presença é analisada como a marca da civilização na África. No tocante à literatura, especificamente, escreve-se sobre a evolução da literatura africana sob a influência da cultura portuguesa. Em lingüística, busca-se estudar de que forma a língua portuguesa foi assimilada pelos africanos, as modificações sofridas e as adaptações locais.

Quando a professora Gilda Santos – ela própria, uma estudiosa da vida e da obra de Jorge de Sena – passa a fazer parte da direção da revista, pouco antes

de assumi-la definitivamente, o perfil dos artigos de literatura se alteram um pouco. O caráter acadêmico é visivelmente acirrado e predominam os estudos de teoria literária nos moldes universitários, com todos os códigos deste circunscrito meio. Camões não perderá seu lugar de destaque, ao contrário. Os artigos sobre o vate se multiplicarão, pois desde o sétimo número da revista, dedicado à sua vida e obra, enfoca-se aspectos como sua “formação aristotélico tomista”⁷⁰ ou como no artigo de autoria da professora do Departamento de Letras da UFRJ, Maria Theresa Abelha Alves, intitulado “Topofilia e topocrítica na paisagem ideal da Ilha dos Amores”, que analisa a fenomenologia do espaço em *Os Lusíadas*, considerando a Ilha dos Amores como dimensão da topofilia camoniana.

Citamos esse material como exemplo do tipo de artigo que é publicado pela *Convergência*. Se em sua apresentação inicial ela compromete-se com um tipo de público específico - portugueses, estudantes e professores em geral -, podemos concluir que, para os idealizadores deste periódico, todos os portugueses deteriam os códigos necessários para a decifração deste discurso, mesmo sendo ele escrito em uma linguagem hermeticamente acadêmica. De outro modo, apenas os brasileiros que estivessem de algum modo inseridos na estrutura educacional poderiam fazê-lo.

Dessa forma, cremos que, embora tendo sido criada sob o signo da união entre portugueses e brasileiros, este periódico traça uma distinção entre essas duas nacionalidades. Nesta fala, o português ocupa o lugar de superioridade,

⁷⁰ ELIA, Silvio. A Filosofia de Camões. In CONVERGÊNCIA LUSÁDA. Rio de Janeiro: Centro Estudos do Real Gabinete Português de Leitura, v.7, n^o 7, julh./79 a dez/80. Pp. 23-30.

como se a cultura acadêmica lhe fosse inata, enquanto entre os brasileiros este conhecimento tem que ser adquirido.

4.1. EM PROL DA NEUTRALIDADE

A caracterização de alguns dos produtores e colaboradores da revista mostra que tipo de produção é engendrada por estes, bem como o discurso que é confeccionado a partir não só do Real Gabinete ou de seu Centro de Estudos, mas também dos lugares sociais de fala de cada um desses indivíduos.

Em seu trabalho, Michel de Certeau evidenciou que o lugar torna possível determinadas pesquisas ao mesmo tempo em que interdita outras. Neste sentido, considerando que o Gabinete – e por conseqüência, a *Convergência* – se afirmam no plano cultural, o discurso interdito será aquele oriundo da esfera política. Os produtores da revista crêem que ela se situa além das dissensões políticas, sendo aberta às mais variadas tendências. Desta forma, Gomes da Costa coloca que:

“As associações de raiz portuguesa no Brasil – e o Real Gabinete foi a primeira a ser criada – nunca se envolveram com a política partidária ou com as ideologias professadas aquém ou além-mar. O Real Gabinete, ao longo de sua existência, passou pela mudança do regime monárquico para o republicano; assistiu ao Estado Novo; depois ao “25 de abril- e nada mudou. Continuou a ter sócios,

*leitores, dirigentes e amigos de todas as tonalidades políticas. Recebemos escritores e intelectuais da direita e da esquerda. Pessoalmente podemos ter as nossas preferências, credos políticos, vínculos partidários. Mas as instituições, como as Pátrias, estão acima disso. Na revista temos colaborações variadas e nunca alinhamos nesta ou naquela direção, salvaguardando, sempre, como é evidente, os valores de nossos povos e da civilização cristã.*⁷¹

A fala dos outros entrevistados acaba por corroborar esta visão. Antonio Basílio é um dos informantes mais críticos, especialmente no tocante ao aspecto político. Admite, por exemplo, que a revista não é o espaço para este tipo de posicionamento, entretanto, não nega que tal aspecto acaba sendo tangenciado por ela.

“É claro que podia haver uma matéria que se tornasse perigosa, mas acho que nem se propunha uma matéria que pudesse ter uma vertente política muito acentuada, porque, em princípio, as pessoas tinham uma censura prévia a si mesmas, não adianta mandar aquilo lá que não vai ser publicado.”

*(...) Tanto que a própria literatura portuguesa mais recente, para você aproveitar, fazer alguma coisa, porque o neo-Realismo português, que é aquela fase altamente atuante, política, não havia quase artigos, e se havia era, basicamente, para falar da obra literária desvinculada da sua participação social.*⁷²

⁷¹ Tal declaração foi-nos concedida em entrevista cuja transcrição encontra-se no anexo 01.

⁷² Tal declaração foi-nos concedida em entrevista cuja transcrição encontra-se no anexo 02.

Já a professora Gilda Santos defende a total isenção da revista, mantendo-a afastada do território da política.

“Eu acho que há isenção sim. Como já disse a você, tirando essa situação meio delicada dos textos que são enviados sem que tivessem sido pedidos (o que, por vezes, me obriga ao uso não só do bom senso mas de certo “jogo de cintura”), em momento algum eu senti algum tipo de pressão. Nem para que fosse publicado algum texto como espécie de “manifesto”. Nunca houve. Nem por parte das autoridades diplomáticas aqui no Brasil. Então, creio que tenho mantido uma certa isenção, sim. Mas também não me lembro que tenha surgido algum acidente, ou incidente, ou algum evento, que particularmente merecesse um texto, um pronunciamento. Não me recordo de nada. As relações luso-brasileiras estão tão mornas não é?”⁷³

Na visão de Gomes da Costa, Antonio Basílio e Gilda Santos, a cultura encontra-se, de certa forma, acima das vertentes políticas. Basílio defende ainda a necessidade de isenção do Gabinete, pois os posicionamentos políticos dos dirigentes dessa instituição não poderiam comprometer o projeto cultural que o conforma. Segundo ele:

“[O Real Gabinete] É uma instituição que é fincadamente portuguesa e as pessoas aqui podiam ter vinculações ou vertentes políticas. Só que não se deixavam levar por isso, pela representatividade do Real gabinete, porque senão digamos que o Real gabinete pega um vice, um presidente que é altamente salazarista, então praticamente a coisa ficaria cerrada numa defesa

⁷³ Tal declaração foi-nos concedida em entrevista cuja transcrição encontra-se no anexo 03.

*do regime português. (...) então o Gabinete passaria a ser usado como pretexto. Usado não, usado para vincular idéias de um matiz ou de outro matiz, o que não seria lá muito correto, não.*⁷⁴

Sem dúvida os esforços foram mobilizados no sentido de imprimir uma neutralidade política à *Convergência*. Tomamos como exemplo deste esforço o episódio lembrado por Antônio Basílio por ocasião de uma entrevista que este realizou com Costa Ramalho, colaborador do regime salazarista e que veio para o Brasil após a Revolução dos Cravos. Basílio aponta que a posição política de Costa Ramalho era distinta da sua, o que não o impedia de admirá-lo enquanto intelectual. Desta forma, a estratégia utilizado para impedir que a entrevista extrapolasse o plano cultural foi fazer as perguntas a partir de versos dos *Lusíadas* de Luís de Camões. O emprego deste recurso é justificada por Basílio da seguinte maneira:

*“Eu não queria nem que ele tivesse pretexto para falar da política, nem eu queria também, através do meu texto, falar da minha política. Então, respeitosamente, os dois falaram da cultura portuguesa e da participação dele – ele chegou a ser professor de grego na UERJ e deu cursos na UFRJ. Veja que havia sempre um respeito institucional ao Real Gabinete Português de Leitura, em que a política partidária de cada um de seus membros, seja em artigos, seja nas próprias reuniões de diretoria, a coisa ficasse completamente apagada. Porque há mais do que isso, era a instituição que é esta, o Real Gabinete, e a revista que era veículo da instituição.”*⁷⁵

⁷⁴ Tal declaração foi-nos concedida em entrevista cuja transcrição encontra-se no anexo 02.

⁷⁵ Tal declaração foi-nos concedida em entrevista cuja transcrição encontra-se no anexo 02.

Os intelectuais brasileiros que participavam do projeto desta revista, identificavam e aceitavam este pacto tácito, muito embora reconhecessem que os ditames políticos estavam sendo escamoteados, provavelmente por não compartilhar de todas as categorias inerentes a estes mesmos portugueses, como mostra a experiência lembrada por Cleonice Berardineli. Ela conta que foi a primeira oradora convidada a discursar no Gabinete no Dia da Raça (10 de junho) após a Revolução dos Cravos.

Sendo o “10 de Junho” também a data de aniversário do poeta Luís de Camões, o orador convidado deveria discursar sobre o vate imortal, que segundo ela era *“cantado sempre como que louvou Portugal em suas conquista, levando ‘a Fé e o Império’*”.⁷⁶ Buscando não gerar conflitos entre os críticos e os defensores do novo regime estabelecido em terras portuguesas, Cleonice produziu um texto que, segundo ela, possuía dupla interpretação.

“Apresentei um Camões épico, no sentido total do termo, a cantar as glórias portuguesas, a dar o lado direito dos descobrimentos, mas também o poeta que, em seu próprio nome, lamenta sofrer, critica a pátria que ‘está metida / numa austera, apagada e vil tristeza’. Houve quem só fizesse a primeira leitura – os conservadores, que constituíam a maioria do imenso auditório – e os outros, que fizeram as duas. Daí, uma dupla e para mim, inesperada reação: eu fui cumprimentada pelas duas facções. Os

⁷⁶ Tal declaração foi-nos concedida em entrevista cuja transcrição encontra-se no anexo 04

primeiros me saudavam vivamente; os outros me levavam cravos vermelhos...foi uma emoção muito grande.”⁷⁷

Neste sentido, a abordagem culturalista mostra-se efetivamente mais propícia à este tipo de estratégia. Uma vez que os discursos podem ser interpretados de maneiras distintas dependendo da forma como ele é engendrado, é possível serem melhor adequados às conformações ditadas pelo lugar de fala.

Embora haja claramente por parte dos indivíduos entrevistados uma negação da relação entre a conjuntura política e os artigos publicados, como se a afirmação de um objeto cultural estivesse necessariamente acima dessas relações, podemos perceber uma tangenciação dos temas que se referem às relações político-econômicas entre os dois países. Tal afirmativa parece ter a anuência daqueles que estão envolvidos com esta instituição e seu periódico. De fato, o próprio Gomes da Costa reconhece que parte da comunidade portuguesa que frequenta o Real Gabinete tem claras simpatias pelo salazarismo e assume, frequentemente, um comportamento conservador.

As transformações ocorridas com a Revolução dos Cravos em 25 de Abril de 1974 atingem não apenas aos portugueses que vivem em Portugal, mas também aqueles que fixaram residência no Brasil, embora os primeiros números da revista busquem – sem sucesso – passar incólumes por esta transformação.

Tais transformações alteram não só o perfil de Portugal, mas o entendimento e a reformulação de conceitos como “revolução” e “democracia” ,

⁷⁷ Idem.

como mostra *A verdade e a mentira na Revolução de Abril*, de Alvaro Cunhal⁷⁸, publicado pelo Partido Comunista Português. Ele analisa a Revolução desde seus antecedentes até suas motivações ideológicas, pensando sobre a queda de um regime considerado autoritário e ditatorial – ao qual o autor se refere como “Salazarismo sem Salazar” – até as propostas democráticas implementadas pelo movimento revolucionário dos “capitães de abril”. Este estudo mostra a tentativa de superação das estruturas arcaicas de um Portugal ligado ao neo-colonialismo.

Outro trabalho interessante foi o de Pedro Pezarat Correia⁷⁹, *Questionar Abril*, onde o autor faz uma análise historiográfica sobre a Revolução, buscando um distanciamento entre o analista e seu objeto, o que a obra anteriormente citada esteve longe de fazer. O mesmo distanciamento é buscado por José Medeiros Ferreira⁸⁰ em *O Comportamento Político dos Militares; Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no século XX*, onde o autor traça uma trajetória das forças armadas portuguesas desde o início do século dando especial ênfase à Revolução de Abril e considerando como sua causa principal, entre outras, as lutas de descolonização na África portuguesa

Entretanto, a visão mais poética da Revolução de Abril nos é dada por um brasileiro, o jornalista Sebastião Nery⁸¹, que esteve em Lisboa para as comemorações de um ano do 25 de abril e que faz então um relato jornalístico “de

⁷⁸ CUNHAL, Alvaro. *A verdade e a Mentira na Revolução de Abril*. Lisboa: Editorial Avante, 1999.

⁷⁹ CORREIA, Pedro Pezarat. *Questionar Abril*. Lisboa: Editorial Caminho, 1994.

⁸⁰ FERREIRA, José Medeiros. *O Comportamento Político dos Militares; Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no século XX*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.

⁸¹ NERY, Sebastião. *Portugal: um salto no escuro*. RJ: Francisco Alves, 1975.

trás para a frente”, partindo da Lisboa que ele tem diante dos olhos para o dia da revolução.

Ignorar tais efervescências, que apesar de fazerem parte da história recente já possuem uma razoável bibliografia, demonstra que a cultura que é valorizada na *Convergência* é ainda àquela relacionada não a um novo Portugal, moderno e redemocratizado, com seus conflitos, erros e acertos no campo político, mas ainda uma cultura camoniana e marítima, oriunda dos Descobrimentos e das tão cantadas conquistas portuguesas.

Mas a despeito desta sobrevalorização da cultura camoniana e marítima e da busca pela dita “neutralidade”, a revista possui diversas nuances e especificidades que cremos só ganhar sentido histórico quando observadas as relações correntes entre Brasil e Portugal, em especial no momento em que essas duas nações encontram-se estremecidas diplomaticamente, o que ocorre na década de 1970, período em que o Brasil se posiciona oficialmente contra as possessões portuguesas em África. Nesta mesma década, após a deposição de Marcelo Caetano e o processo de redemocratização da República Portuguesa é que surge o primeiro número da *Convergência*, que procura ignorar tais mudanças tão significativas nas relações entre os dois países. No entanto, esta opção é, por si só, um posicionamento político.

4.2. A POLÍTICA DO SILÊNCIO

A ditadura estabelecida no governo de Salazar (1932–1968), e consolidada pelo seu sucessor Marcelo Caetano (1968-1974), impunha ao povo lusitano severas sanções, como a interdição ao direito de greve, a proibição a manifestações populares, especialmente as que diziam respeito à independência das possessões africanas, além do rigoroso serviço militar que durava, em média, quatro anos.

Como já mencionamos anteriormente, economicamente o país se encontrava em franca decadência, situação que somada à fuga do serviço militar obrigatório acabou por aumentar o número de imigrantes que deixavam Portugal em busca de uma vida melhor, oriundos especialmente do norte do país. Muitos desses imigrantes escolheram o Brasil como sua segunda pátria, por diversos motivos, dentre os quais destaca-se o fato de não haver uma barreira lingüística a ser transposta e de já existir uma comunidade portuguesa aqui estabelecida.

Ainda que no início da década de 1970, tanto no Brasil quanto em Portugal vigorassem regimes ditatoriais, não eram estreitos os laços políticos entre os dois países. Isto porque no período anterior a 1974, Portugal mantinha-se como o último império colonial do mundo ocidental a despeito das sucessivas condenações promulgadas pelas Nações Unidas, que eram apoiadas pelo Brasil, o que acabou por ocasionar um estremecimento diplomático entre as duas nações ditas irmãs. Essa situação causou sérias preocupações aos membros do Gabinete, como lembra Gomes da Costa.

“A ‘colônia’ sempre foi um êmbolo nas relações luso-brasileiras. e sofreu, como é natural, com todos os contenciosos por

*que passaram essas relações. Quando o Brasil, na ONU, mudou o seu voto em relação ao problema ultramarino português, é claro que houve uma certa insatisfação, e pressentiu-se que com a mudança aquela política sofreria, no plano internacional, um golpe importante.*⁸²

No entanto, a independência das possessões portuguesas no além-mar não diminuíram a tensão entre os dois países, uma vez que tal processo só foi possível através de uma revolução fundamentada nas idéias marxistas que punha fim aos anos do regime ditatorial.

Em 25 de abril de 1974, o episódio conhecido como Revolução dos Cravos alterou drasticamente o regime político português. Um golpe gestado entre as baixas patentes das forças armadas e que conquistou de imediato a adesão da população depôs Marcelo Caetano que, ironicamente veio refugiar-se no Brasil, como antes haviam feito muitos portugueses que fugiam da ditadura. Para a elite portuguesa que vivia no Rio de Janeiro, de maioria conservadora, a Revolução⁸³ foi vista com maus olhos, pois significava não só o fim de uma era política, mas o fim de um período histórico com a independência das possessões em África. Sobre as impressões causadas pelo episódio à colônia portuguesa no Brasil, Gomes da Costa comenta:

“As influências causadas pelo ‘25 de Abril’ no princípio assustaram. As greves selvagens, a violência, a entrega das

⁸² Tal declaração foi-nos concedida em entrevista cuja transcrição encontra-se no anexo 01.

⁸³ Para maiores dados sobre a Revolução dos Cravos ver CUNHAL, Alvaro. *A verdade e a Mentira na Revolução de Abril*. Lisboa: Editorial Avante, 1999 & CORREIA, Pedro Pizarat. *Questionar Abril*. Lisboa: Editorial Caminho, 1994

*colônias, o bota-abaixo dos primeiros meses trouxeram muitas preocupações para nossa comunidade. Mas depois, com o advento da democracia e a derrota dos que queriam impor o marxismo, tudo se foi normalizando.*⁸⁴

Entretanto, a *Convergência* prefere adotar o discurso da neutralidade, como se os laços culturais estivessem de algum modo imunes às conjunturas político-econômicas, até mesmo pelo fato de boa parte da elite da colônia portuguesa, incluindo os sócios do Real Gabinete, ser conservadora, como reconhece Gomes da Costa.

*“Noutros tempos tivemos à frente do Real Gabinete homens que foram grandes amigos de Salazar. Sousa Baptista, por exemplo, foi salvo erro, colega na Universidade de Coimbra. Sousa Cruz foi outro amigo do antigo chefe de governo. Era natural, portanto, que tivessem certas ligações com o regime. Aliás, a ‘colônia’ portuguesa, na sua maioria, era considerada ‘salazarista’, se assim podemos dizer.”*⁸⁵

O segundo número da *Convergência* é publicado quando o Real Gabinete completa cento e quarenta anos de existência. Neste mesmo momento, o governo português reforma suas datas nacionais, consagrando o 25 de abril como sua principal data comemorativa, em detrimento do tradicional 10 de junho, Dia da Raça. Na apresentação contida neste exemplar alude-se a este episódio, conferindo ao Gabinete o título de “Casa de Camões” e justificando tal alcunha por

⁸⁴ Tal declaração foi-nos concedida em entrevista cuja transcrição encontra-se no anexo 01.

⁸⁵ Tal declaração foi-nos concedida em entrevista cuja transcrição encontra-se no anexo 01.

ser esta uma associação com fins culturais, demonstrando mais uma vez sua pretensa neutralidade face às tensões políticas.

*“Com isto não é nosso propósito fixar uma posição política e ideologicamente útil, mas tão somente procurar fugir à subjetividade com que são comumente tratados diversos conceitos e valores de extraordinária relevância. Boa parte da comunidade portuguesa do Brasil recebeu com desconfiança ou repúdio o ato do Governo Português, que fixou a data nacional em 25 de abril e, através do que muitos interpretam como uma tentativa de aliciamento do emigrante, transformou o **10 de junho** (dia de Camões, dia da nacionalidade) no dia internacional das Comunidades Portuguesas. (...) Mas os maiores protestos atribuem aquela medida um caráter transitório, como passageiras seriam todas as instituições de natureza política. (...) Não aceitamos qualquer significado político para o **10 de junho**, seja de que procedência for.”⁸⁶*

Para Joaquim Costa Pereira Pinto, autor desta apresentação e então vice-presidente do Centro de Estudos, a substituição do 10 de Junho vem obnubilar o passado conquistador lusitano. Para ele, o português estaria historicamente ligado ao papel de civilizador.

“O processo de descolonização nas antigas províncias Ultramarinas da África portuguesa, tornou vaga a opção atlântica de Portugal em termos de formação de uma comunidade política e econômica Luso-Afro-Brasileira, restando apenas o fator cultural, desde que tratado realisticamente. A atual política de integração de Portugal na comunidade européia e o ressurgimento do movimento iberista, satisfaça-nos ou não , fazem parte de uma realidade que

⁸⁶ CONVERGÊNCIA. Rio de Janeiro: Centro Estudos do Real Gabinete Português de Leitura, v.2, nº 2, janeir./ junh.. 1977, p. 08.

*temos a obrigação de analisar com serenidade liberta de compromissos.*⁸⁷

A fim de inserir-se na nova ordem política que se estabelece no Portugal pós-revolucionário, o Real Gabinete, a despeito de sua tendência conservadora, procura se adequar às novas tendências com o objetivo de angariar o apoio do novo governo, ou ao menos não perder os privilégios obtidos anteriormente, como a categoria de “depósito legal”. Neste sentido, note-se que no primeiro número foi colocado em evidência a importância da iniciativa privada ao fomento das instituições culturais, enquanto que no segundo número o mesmo autor ressalta que os incentivos da esfera governamental são indispensáveis para a continuidade do trabalho de preservação e divulgação da cultura portuguesa realizado pelo Gabinete.

Sendo assim, as visitas do então primeiro-ministro português Mario Soares e, posteriormente, do presidente Ramalho Eanes, criam expectativas de que ao menos as relações culturais entre Brasil e Portugal sejam estreitadas, já que a última vez em que a instituição recebeu auxílio do governo português foi em 1935, através do Decreto 25.134, assinado em Lisboa, no qual o Real Gabinete seria contemplado com pelo menos um exemplar de cada livro impresso em Portugal. Este Decreto permanece em vigor até os dias de hoje.

Contudo, essa aproximação com o novo governo português poderia ser ameaçada pelo caráter do regime instaurado no Brasil, caso as autoridades militares brasileiras decidissem impor alguma restrição ao Real Gabinete pelo fato

⁸⁷ CONVERGÊNCIA. Rio de Janeiro: Centro Estudos do Real Gabinete Português de Leitura, v.2, nº 2, janeir./ junh.. 1977, p. 09.

dele estreitar suas relações com os revolucionários de Abril. Reconhece-se que a possibilidade de haver uma sintonia perfeita entre o governo democrático que se instalara em Portugal e o governo autoritário brasileiro – presidido então pelo General Ernesto Geisel - seria bastante reduzida.

Geisel, quarto general a assumir a presidência consecutivamente,⁸⁸ seguiu a linha autoritária de seu antecessor, Emílio Garrastazu Médici, cujo mandato foi caracterizado pelo reacionarismo e pela repressão. A censura continuava funcionando a plenos pulmões e Geisel, longe de ter sido caracterizado por um mandato prenhe de realizações, foi, sem dúvida, o presidente mais autoritário do regime militar. Entre 1974 e 1976 a repressão aos partidos de esquerda e aos movimentos oposicionistas recrudesciu e o país assistiu a uma onda de prisões, torturas, processos políticos e assassinatos de militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e Partido Comunista Brasileiro (PCB). Se no governo Geisel a máquina administrativa ficou a desejar, a manutenção do *status quo* saiu fortalecida.⁸⁹

A despeito das posturas políticas de Geisel, nos festejos dos 140 anos do Gabinete, comemorado em 1977, esta instituição recebeu a visita do primeiro-ministro Mario Soares, que, como tantos outros, era também um ex-exilado político da ditadura e havia vivido no Brasil no início da década de 70. Contudo, provavelmente para o alívio dos produtores da *Convergência*, o discurso por ele

⁸⁸ O Governo Militar teve em seu comando antes de Geisel, Humberto de Alencar Castelo Branco, que governou de 64 a 67, Artur da Costa e Silva, de 67 a 69 e Emílio Garrastazu Médici de 69 a 74.

⁸⁹ Para maiores informações sobre o Governo Geisel, ver SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Castelo a Tancredo. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1988 & HABERT, Nadine. A década de 70: Apogeu e crise da ditadura militar brasileira. Série Princípios, São Paulo; Editora Ática, 1992.

proferido nos salões do Gabinete não difere muito de um discurso vindo de um conservador, pois segundo ele:

“Devo dizer a todas as V. Ex.^{as} que o obra do Governo e do Partido que eu represento foi no sentido de valorizar a cultura portuguesa e os nossos valores tradicionais, e tivemos a coragem – no momento em que havia uma onda de demagogia, que parecia que tudo ia avassalar – de defender Camões e de defender os nossos valores tradicionais.”⁹⁰

Se no terceiro número já se apontava para uma pequena análise da conjuntura política portuguesa, no número seguinte, publicado no primeiro semestre de 1978, a abertura do periódico busca definir uma política cultural para a revista, o Centro de Estudos e o próprio Gabinete, à luz das transformações políticas ocorridas em Portugal.

A visita do chefe de estado português Ramalho Eanes ao Gabinete acabou por abalar a política do silêncio que os dirigentes desta instituição insistiam em manter quando tocava-se na questão política e nas transformações ocorridas após a Revolução.

Eanes era o primeiro presidente que representava a democracia, possuía o apoio de uma parcela dos revolucionários de Abril e assumia o poder num momento em que a política de abertura e desenvolvimento baseada na democracia era o alicerce do novo governo, ainda que os ideais marxistas da revolução já não revelassem a força do início do movimento – na época da visita de Eanes ao Brasil a Revolução dos Cravos já cumpria seu quarto aniversário.

⁹⁰ Idem. P. 191

A sua ida ao gabinete leva Joaquim Costa a abrir o quarto exemplar da *Convergência* com as seguintes palavras: “A *muitos* causará estranheza ocuparmo-nos, em uma revista cultural de um fato eminentemente político, como é o caso da visita ao Brasil do Chefe de Estado português.”⁹¹

Segue-se a este comentário uma longa explanação sobre o fato de que a política está intimamente ligada à natureza humana, sendo então impossível dissociar-se dela em qualquer sentido. Segundo ele:

*“Em primeiro lugar, é bom lembrar, que a política, em sentido amplo, acha-se incorporada à natureza humana e encontra-se presente em todos os setores da vida social. A própria abstenção da participação política encobre quase sempre uma atitude política.”*⁹²

Parece-nos que o desejo deste autor seria colocar o Gabinete não como uma instituição formada e fomentada por conservadores, mas sim por indivíduos que buscam manter os laços culturais entre Brasil e Portugal independente do regime que esteja vigorando tanto em um quanto no outro. Busca-se o discurso da generalidade - onde cultura não seria mais sinônimo de refinamento nem estaria vinculada aos interesses de uma elite.

4.3. ENTRE A RETÓRICA E A PRÁTICA

⁹¹ CONVERGÊNCIA. Rio de Janeiro: Centro Estudos do Real Gabinete Português de Leitura, v.4, n^o 4, janeir./ junh. 1978, 169p. P. 07

⁹² CONVERGÊNCIA. Rio de Janeiro: Centro Estudos do Real Gabinete Português de Leitura, v.4, n^o 4, janeir./ junh. 1978. p. 7

Por conta das divergências políticas entre Brasil e Portugal, que impede ambos de estabelecerem oficialmente uma política de intercâmbio cultural, Joaquim Costa, então vice-presidente do Centro de Estudos, crê que a alternativa seria uma *“reaproximação equilibrada (não tutelar) e criteriosa entre o Estado português e os portugueses do Brasil.”*⁹³

Esta fala está em sintonia com aquilo que se apresenta na própria instância do estado português – secretariado para as comunidades portuguesas – departamento governamental criado na década de 90, responsável pelas políticas relativas à imigração e às comunidades portuguesas, representa também, as organizações não governamentais de portugueses no estrangeiro. O que se almeja é que o governo português estabeleça metas que contemplem as comunidades portuguesas residentes no exterior a fim de que estas, através das instituições culturais, possam promover a divulgação da tradição lusa.

Entende-se, porém, que para as políticas culturais se estabelecerem efetivamente entre Brasil e Portugal é necessário que os intelectuais portugueses abandonem a “visão preconceituosa” e a “atitude de hostilidade ou indiferença” que assumem nas questões que dizem respeito ao Brasil e aos portugueses aqui radicados. Somente o abandono desta postura e o reconhecimento da importância do Real Gabinete permitiria que ele continuasse se colocando como o guardião da cultura portuguesa em além-mar.

⁹³ CONVERGÊNCIA. Rio de Janeiro: Centro Estudos do Real Gabinete Português de Leitura, v.4, nº 4, janeir./ junh. 1978. P. 08

Nessa forma de ver o mundo, os intelectuais estão no centro da ação, e tudo o mais gira em torno de suas aspirações e impulsos. Nesse sentido, a revista acaba por apelar para que, através dessa intelectualidade portuguesa seja estabelecida uma política cultural bem marcada para as comunidades portuguesas do estrangeiro, já que as desgastadas relações políticas entre os dois países não permitiriam esse vínculo.

Ainda que os ditos laços fraternos sejam cultivados apenas no campo cultural, o reconhecimento do papel desempenhado pelo Real Gabinete por parte das autoridades oficiais lusas é indispensável, na medida em que esta instituição se pretende representante legítima da elite portuguesa, capaz de dialogar com os centros de poder independente de suas tendências político-partidárias.

Isso fica evidente no quinto número da revista, publicado em 1978, onde ainda se aborda a visita do presidente Eanes ao Gabinete. O comentário de abertura ficou a cargo de Vitorino Figueiredo de Almeida Campos, segundo vice-presidente do Real Gabinete, e consistiu no discurso que ele proferiu por ocasião da visita de Ramalho Eanes ao Gabinete em 25 de maio de 1978.

Na sessão solene em homenagem ao chefe de estado português, a fim de que o novo regime reconhecesse a importância da instituição, o orador louva as qualidades do Real Gabinete e sua singularidade em escala mundial, como também justifica o atraso na industrialização de Portugal em comparação com as outras nações européias pela “opção” em conquistar e colonizar novas terras, espalhando o idioma português pelo mundo e estabelecendo núcleos de povoamento que acabaram por se tornar elemento essencial das futuras nações, como o Brasil.

O sexto número é aberto com as considerações de José Oscar Saraiva Marinho, diretor adjunto do Centro de Estudos que, seguindo as pegadas de Vitorino Campos, não escreve especialmente para a revista, mas reformula um texto sobre o idioma português e o fortalecimento das relações luso-afro-brasileiras que originalmente tinha a forma de uma palestra proferida no Rotary Club do Rio de Janeiro em outubro de 1979. Após esse número, há uma interrupção na publicação da *Convergência*. Tal fato é justificado por Gomes da Costa em virtude das dificuldades financeiras pelas quais o Gabinete atravessava neste período, apesar dos esforços empreendidos no sentido de mobilizar o apoio tanto da iniciativa privada quanto da pública. Ele aponta que: *“Durante muitos anos foi difícil editar a revista, como dissemos. E olhe que a comunidade portuguesa naquela altura era maior e tinha posições mais fortes no comércio e na indústria.”*⁹⁴

O oitavo número foi publicado excepcionalmente em comemoração aos 150 anos do Real Gabinete e quem coordena os textos deste número é o próprio Antônio Gomes da Costa, atual presidente do Gabinete, mas que neste momento ocupava o cargo de vice-presidente executivo da secretaria. Talvez seja este o exemplar que melhor tenha cumprido um dos objetivos da publicação: trazer assuntos sobre a cultura portuguesa.

Na verdade, todo este número trata do aniversário da instituição, de sua história e da importância da cultura portuguesa para a formação de uma cultura brasileira. Para tanto, pede-se a contribuição não só de intelectuais brasileiros e

⁹⁴ Tal declaração foi-nos concedida em entrevista cuja transcrição encontra-se no anexo 01.

portugueses, mas também de figuras políticas como Maria Teresa Gouveia, secretária de estado de cultura de Portugal, que redige um pequeno texto referindo-se à importância da diáspora lusitana. Nas palavras de Maria Teresa Gouveia:

“Permanecemos pela cultura. Todas as criações da nossa emigração são importantes e Portugal revê-se e engrandece-se em tudo o que, longe dela, o português constrói e realiza. Porém aquilo que verdadeiramente mantém vivo e perene o sentimento de uma nação, que continua, é, sem dúvida, a presença da cultura. É ela que desenha e revela a natureza de nossa identidade e sem ela muito difícil seria comunicar a nós próprios e aos outros, aquilo que somos. Essa intuição fecunda tiveram-na os fundadores do Real Gabinete, que sabiam estar nessa instituição, erguida com seu esforço e sacrifício, o retrato e o alimento de seu país de origem. Também é preciso salientar que iguais sentimentos e igual determinação tiveram seus continuadores que há tanto tempo souberam fazer daquela Casa um instrumento vivo da cultura portuguesa no Brasil.”⁹⁵

Artigos como esse vem ao encontro do discurso proferido pelos produtores da revista, para os quais as mudanças nos regimes políticos, por mais que afetem o conjunto social, não podem ofuscar as glórias do passado português, nem tampouco a importância do Real Gabinete.

Os problemas relacionados à postura política e à tradição cultural valorizada nas páginas da *Convergência*, volta a tona no número que inaugura o que consideramos como a segunda fase da revista.

⁹⁵ *Convergência Lusíada*. Volume 5. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, s/d

No número nono da *Convergência*, lançado no ano de 1992, foi publicada uma carta de autoria de Marcelo Caetano. Deposto pela Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974, Caetano exila-se no Brasil, mais precisamente no Rio de Janeiro, onde vem a falecer em 1980. A carta, que data deste período de exílio, foi escrita em 1977, embora só tenha sido publicada em 1992, e continha uma crítica bastante severa a alguns aspectos da publicação.

Caetano condena não a iniciativa, mas a forma da publicação, que buscava estimular os novos talentos em detrimento dos antigos mitos. A crítica de Caetano não procede. Os artigos que versam sobre Camões, Eça de Queirós, a história do Descobrimento são infinitamente mais numerosos do que os que trazem como objeto Fernando Pessoa ou Jorge de Sena. E não há nenhum artigo que trate da Revolução dos Cravos ou de qualquer outro objeto ligado à história contemporânea portuguesa

O fato desta carta só ser publicada quinze anos após ser redigida mostra-nos uma tentativa de dissociação da política portuguesa. Se esta tivesse sido publicada na época de sua redação, que correspondia ao primeiro número do periódico, poderia por em risco a legitimidade e o reconhecimento desta revista para uma comunidade portuguesa fundamentalmente conservadora, que ainda não havia absorvido o impacto das mudanças promovidas pela Revolução dos Cravos. Afinal, Caetano representava não só o Portugal conservador, mas detinha também o estatuto de intelectual, tendo sido, a exemplo de Salazar, um dos grandes juristas de sua época.

Por outro lado, a divulgação da missiva de Caetano, alarmado com a relação de escritores modernos presentes na seção “Escritores da Atualidade”, cuja seleção é considerada por ele de uma “escandalosa parcialidade” num período em que a

democracia e o liberalismo se consolidavam em Portugal, também demonstra que o Real Gabinete, apesar da pecha de conservador, no fundo estaria em concordância com as novas tendências políticas de Portugal.

De fato, embora tenha seções dedicadas a atualidades e noticiários, na maior parte dos números, o contexto político apenas tangência as páginas da *Convergência Lusíada*. Para que as questões políticas não atravessassem o projeto dos membros do Gabinete, é preciso não divergir do sistema político vigente – tanto em Portugal como no Brasil – pois qualquer sombra de atrito pode ameaçar os frágeis laços que se colocam sob uma perspectiva cultural.

Sobre o problema da natureza dos vínculos que unem Brasil e Portugal, destacamos o excelente ensaio de José Calvert Magalhães, *Relance Histórico das Relações Diplomáticas luso – brasileiras*,⁹⁶ cujas informações precisas, foi-nos de grande valia.

José Calvert lança mão da sinceridade lusitana ao fazer uma afirmação que acabou por ser o fio condutor deste segmento do nosso trabalho. Segundo ele:

*“Assumi-se que a convergência luso-brasileira, de tão natural, estava imune aos avatares da política. Não estava. A comunidade cultural evidentemente manteve-se. A comunidade de afecto, evidentemente também. Mas as relações políticas e econômicas não assumiram uma dimensão compatível.”*⁹⁷

⁹⁶ MAGALHÃES, José Calvert. *Relance Histórico das Relações Diplomáticas luso - brasileiras*. Lisboa: Quetzal Editores, 1997.

⁹⁷ I MAGALHÃES, José Calvert. *Relance Histórico das Relações Diplomáticas luso - brasileiras*. Op. Cit. p. 08.

Uma posição que é reiterada por José Barbosa em sua obra *As relações luso - brasileiras: A imigração e a "desnacionalização" do Brasil*⁹⁸, que evoca um suposto sentimento de união que independe da conjuntura política e econômica.. Este autor afirma que:

“A nossa América consiste principalmente no Brasil. Nem podia deixar de ser assim. A raça e a língua são fatores decisivos na escolha do destino.

*Nenhuma raça revela maior resistência do que a nossa, nenhuma é mais sofredora e tenaz.”*⁹⁹

Podemos concluir então, que a construção de uma identidade partilhada por brasileiros e portugueses mantêm-se apenas no que concerne ao espaço cultural, já que as outras relações ofereciam um campo minado. Essa postura é justificada pelas palavras de Gomes da Costa, que afirma que:

*“A política nunca teve repercussões profundas em nossos programas de trabalho. As atividades de Real Gabinete estão voltadas para os valores permanentes, estão acima das diferenças partidárias ou das controvérsias dos políticos. O nosso partido é sempre Portugal e o Brasil.”*¹⁰⁰

Nesta fala temos a afirmação de que os únicos laços indissolúveis que unem o Brasil a Portugal encontram-se efetivamente no campo da cultura. As

⁹⁸ BARBOSA, José. *As relações luso - brasileiras: A imigração e a "desnacionalização" do Brasil*. Lisboa: Edição de José Barbosa, 1909

⁹⁹ *Idem.* p.06

¹⁰⁰ Tal declaração foi-nos concedida em entrevista cuja transcrição encontra-se no anexo 01.

configurações políticas são transitórias, mas o legado cultural é permanente. Este discurso evidencia a necessidade desses portugueses, membros do Gabinete em recuperar os valores deste legado, tornando-o visível e indissolúvel, imune às vulnerabilidades da política.

5.1. NO BRASIL COMO EM PORTUGAL

Dentre os argumentos que levaram à criação do Real Gabinete está, sem dúvida, o intuito de buscar construir uma identidade comum entre portugueses e brasileiros. Como visto até aqui, esta identidade foi tecida a partir do plano cultural, já que as dimensões político-econômicas não ofereceriam terreno seguro para este projeto.

A primeira sede do Real Gabinete foi no número 20 da antiga Rua Direita (hoje, Primeiro de Março), casa do advogado Antônio José Coelho Louzada. Segundo Albino de Souza Cruz - renomado empresário e sócio do Real Gabinete, que viria a tornar-se seu Presidente:

*“O extremado amor que os portugueses votam ao Brasil, que eles consideram um prolongamento de sua **Pátria**, onde encontram o mesmo afeto de suas famílias, carinho igual ao dos lares que deixam na outra costa do Atlântico, muitas vezes para sempre; esse entranhado amor, essa carinhosa afeição, e, juntamente, o sentimento religioso que com o sangue nos é transmitido a cada instante pelas ligações delicadas e puras da família, tudo isso é eternizado pelo idioma opulento e formoso,*

*suave e forte, que nossos pais nos ensinaram, para que as nossas almas pudessem melhor sentir as alegrias e desventuras comuns, para sorrir ou para chorar com eles.*¹⁰¹

As palavras de Albino Souza Cruz ilustram uma das características mais marcantes desta Instituição: o fato desta apontar sempre para a existência de uma “irmandade” entre portugueses e brasileiros, ao mesmo tempo em que se constitui como um relicário da cultura lusitana. Referindo-se ao Brasil como um prolongamento das terras portuguesas ele estará não só justificando a presença portuguesa e o próprio processo de imigração, que será convertido em um processo migratório, visto que é realizado dentro de uma “mesma Pátria”, como também estará ignorando as tensões sociais e os interesses econômicos, apelando para o caráter ideológico da imigração.

Logo após sua fundação, o Real Gabinete se colocaria como um ponto de encontro e referência da intelectualidade lusitana no Brasil do período. A inauguração do atual prédio na Rua Luís da Camões, em 1887, consolida a idéia do centro de permanência e reprodução cultural, fortalecendo uma dada herança do passado da colônia portuguesa. Tal herança consiste na imagem do Portugal glorioso e conquistador do período da Expansão Ibérica. Não por acaso, as imagens marinhas estarão sempre presentes iconograficamente, desde a fachada até os adornos do interior do prédio.

No estatuto do Real Gabinete elaborado em 1841, coloca-se como objetivo da recém fundada instituição luso-brasileira promover a instrução. Segundo o

¹⁰¹ TAVARES, Antônio R. (org.) *Fundamentos e actualidades do Real Gabinete Português de Leitura. Edição Comemorativa dos 170 anos do Real Gabinete.* RJ; Ed. do Real Gabinete, 1977. p.27. O grifo é nosso.

comentário que consta do primeiro número da *Convergência*, “A Missão do Real Gabinete Português de Leitura”, escrito pelo vice-presidente da biblioteca Augusto Camossa Saldanha, nos primeiros anos de funcionamento a biblioteca mantinha-se aberta não só durante a semana, mas também nos domingos, feriados e dias santos, em um horário reduzido a fim de contemplar aqueles que não poderiam frequentá-la durante a semana.

Optou-se por permitir o empréstimo de livros aos sócios e subscritores e, de acordo com as estatísticas de 1873, saíram do acervo sob a forma de empréstimo cerca de 37.367 volumes, quando o número de pessoas apto a realizar tais empréstimos mal passava de 4.000. Entretanto, tais dados citados por Saldanha são por ele interpretados como parte do sacrifício que esses indivíduos faziam no intuito de sua ilustração. A leitura não era vista como forma de lazer, segundo Saldanha, que coloca que “*Não podemos deixar de pensar nas milhares de horas roubadas ao descanso e ao sono desses homens abnegados que a leitura de todos esses livros representa.*”¹⁰².

Saldanha chama a atenção também para o fato de que, em 1873, o estatuto é reformado de modo a delinear com maior clareza o objetivo desta instituição, ampliando-o para não apenas promover o saber através da organização de uma biblioteca onde primassem os livros de ciências, literatura e artes, mas estabelecer uma outra estratégia para atingir esse fim. São então criados os cursos de instrução primária e secundária, assim como os de utilidade moral e prática, que

¹⁰² TAVARES, Antônio R. (org.) *Fundamentos e actualidades do Real Gabinete Português de Leitura. Edição Comemorativa dos 170 anos do Real Gabinete.* RJ; Ed. do Real Gabinete, 1977 p. 14

deveriam ser ministrados através de preleções e conferências literárias e científicas gratuitas, abertas a indivíduos de todas as nacionalidades.

A partir do que seria o papel histórico, Antonio Rodrigues Tavares, - que quando da publicação do primeiro exemplar da *Convergência* ocupava o cargo de presidente do Gabinete - refere-se ao binômio Centro de Estudos/Biblioteca como fazendo parte de um meio de instrução e cultura, no qual o indivíduo pode inserir-se da forma como desejar¹⁰³. Neste sentido, ele acaba por referir-se a esta estrutura como um exemplo do que seria uma universidade popular. O propósito dos gabinetes seria então - como ressalta Manuela Domingos¹⁰⁴ - o de instrução pública. Daí a idéia da universidade popular, cujo objetivo de instrução pública seria cumprido através de cursos de extensão ministrado por professores reconhecidos em suas áreas de atuação, tendo o suporte da biblioteca como instrumento primeiro do processo educativo.

Na apresentação do primeiro número, Joaquim Costa Pereira Pinto remete-se à construção de uma identidade cultural alicerçada no que seria não um “ritualismo saudosista”, mas um respeito às tradições buscando, a partir destas, uma renovação permanente, permeável ao que este chama de “contribuições exóticas”, já que o saber não admite fronteiras. Essas contribuições exóticas são qualificadas como qualquer outra permeabilidade cultural que não de origem lusa, pois a cultura portuguesa seria a responsável pelo elemento branco civilizador que daria origem à cultura brasileira.

¹⁰³ TAVARES, António Rodrigues(org.) *Fundamentos E Actualidades Do Real Gabinete Português De Leitura*. - Edição Comemorativa dos 170 anos do Real Gabinete. Rio de Janeiro: Ed. do Real Gabinete, 1979

¹⁰⁴ DOMINGOS, Manuela D. *Estudos de Sociologia da Cultura: livros e leitores no século XIX*. Lisboa: Instituto Português de Ensino a Distância; 1985

Embora o discurso predominante seja o da irmandade entre brasileiros e portugueses, a realidade não parece confirmar esta intenção. Até a década de 90 do século XX apenas portugueses podiam fazer parte de sua diretoria, como mostra o artigo do professor Francisco Luiz Borges da Silveira, publicado no número inaugural e intitulado “O que somos, o que fomos e quanto valem”, onde consta que:

“O Real Gabinete Português de Leitura é uma sociedade civil de objetivos culturais, cujo quadro social é constituído por portugueses de ambos os sexos, distinguidos em cinco categorias: Contribuintes, Remidos, Benfeitores, Grandes Benfeitores, Beneméritos e Grandes Beneméritos. Sem distinção de sexo, cor e credos políticos e religiosos, pessoas idôneas, de qualquer nacionalidade, poderão ligar-se à instituição, como Cooperadores ou Honorários.”¹⁰⁵

Luiz Forjaz Trigueiros, Sócio Efetivo da Academia de Ciências de Lisboa, em artigo intitulado “Presença viva”, publicado no oitavo número, edição comemorativa dos 150 anos do Real Gabinete, imprime um valor tal a esta Instituição, que a coloca como exemplo de valorização da cultura portuguesa, que deveria ser seguido não só no Brasil, mas também em Portugal, onde esta parece estar sendo sufocada pelos ares de modernidade que sopram por este país.

“E quase poderia sugerir que sendo hoje, afinal, tantos e tantos portugueses uma espécie de emigrantes na sua própria Pátria ou porque foram obrigados a deixar as suas vilas e aldeias

¹⁰⁵ SILVEIRA, Francisco L. Borges. “O que somos, o que fomos e quanto valem”. Op. Cit. p.167

*para trabalhar nas grandes metrópoles, ou porque – pela idade, pela formação ou pelos gostos – se sentem afastados da sua **pátria ideal** embora vivendo dentro de suas fronteiras; e ainda pensando nas circunstâncias de planejada internacionalização dos costumes, da educação e dos gostos e que mais tarde ou mais cedo virá a afetar a individualidade do português quase poderia sugerir, ia dizendo, que se criassem aqui mesmo em Portugal vários Gabinetes Portugueses de Leitura à imagem e semelhança do vosso onde esses portugueses, convivendo uns com os outros, reencontrassem o seu Portugal sonhado ou esquecido... os 150 anos do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro seriam bem o admirável modelo.”¹⁰⁶*

O propósito do Gabinete, segundo Antonio Rodrigues Tavares, seu presidente em 1977, seria o de *“preencher o vazio institucional que sentia a intelectualidade lusitana no Rio Janeiro.”*¹⁰⁷ Para essa elite intelectualizada e economicamente favorecida, o Brasil acaba por se tornar uma nova possibilidade de ventura, pois remete ao Portugal desbravador dos mares e oceanos, que possuía prestígio na Europa, reconhecido mundialmente como o grande descobridor.

Interessante notar que esta construção atinge não só aos portugueses, mas efetivamente também aos brasileiros com os quais buscam-se travar relações. Os intelectuais brasileiros também louvam o caráter institucional do Gabinete, bem como seus objetivos. Dentre os muitos discursos laudatórios encontrados nas páginas da *Convergência* destacamos a oratória pertence a um destes brasileiros,

¹⁰⁶ CONVERGÊNCIA LUSÍADA. Rio de Janeiro: Centro Estudos do Real Gabinete Português de Leitura, v.8, nº 8, 1981. p 24. O grifo é nosso.

¹⁰⁷ Antonio Rodrigues Tavares. Op. Cit. Supra n.10 p.14

o arquiteto e pesquisador Carlos Francisco Moura, no artigo intitulado “Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro Resumo Cronoiconográfico”:

*“Do alto de seus 150 anos de existência, o Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro ostenta títulos indisputáveis que lhe foram conferidos pela tradição, entre eles, **Instituição-Mãe** e **Alma Máter** das Associações Portuguesas do Brasil, **Catedral da Cultura Portuguesa do Brasil, Sacrário da Luso-Brasilidade.**”¹⁰⁸*

De fato, nas páginas da *Convergência* acabamos por encontrar as indicações para a construção de uma identidade partilhada. É nessa partilha de interesses e no estabelecimento de uma identidade cultural comum aos dois países que está a base para a construção de uma noção de identidade portuguesa em terras brasileiras.

5.2. TECENDO PARTILHAS

Apesar do discurso de uma cultura e identidade partilhadas, a elite portuguesa deseja manter-se diferente da sociedade que a acolheu. Ela ambiciona o *status* de duplo cidadão por crer que sem ele não está definitivamente incorporada ao Brasil; concomitantemente, almeja esta mesma incorporação de modo parcial, por entender que cabe a ela o papel de “civilizar”.

¹⁰⁸ CONVERGÊNCIA LUSÍADA. Rio de Janeiro: Centro Estudos do Real Gabinete Português de Leitura, v.8, nº 8, 1981, p. 79

Acreditamos que os membros do Real Gabinete buscam o reconhecimento de duplo cidadão – já que o grupo ao qual nos referimos não deseja perder a categoria de “cidadão português”, mas procura incorporar o *status* de “cidadão brasileiro” - no sentido de partilhar de um determinado espaço social, o espaço da intelectualidade na mesma igualdade de condições que possuem os brasileiros. Essa igualdade de condições torna-se possível conferindo ao imigrante português o *status* de cidadão.

Dessa forma, é preciso apontar que essa partilha de identidades entre portugueses e brasileiros é construída no campo cultural e acadêmico, não sobrevivendo se deslocada para a esfera de influência de outros campos, como o da política e da economia. Como aponta Joaquim Costa Pereira Pinto, em seu artigo “140 anos da Casa de Camões”, escrito em 1977, ao afirmar que:

*“Neste momento de capital importância para todos os portugueses, quando tantos se repetem e se desgastam em querelas desprovidas de sentido, queremos apenas lembrar que esta é, por princípio e definição, a **Casa de Camões**, e, como tal, o mais significativo e duradouro patrimônio legado pelo imigrante português a este País.”¹⁰⁹*

Neste caso, a dupla cidadania provoca na verdade um fenômeno interessante, porque o duplo cidadão não deseja ser absolutamente igual, pois procura preservar suas tradições, mas se crê culturalmente diferente e superior pois traz em si o signo da civilização européia.

¹⁰⁹ CONVERGÊNCIA. Rio de Janeiro: Centro Estudos do Real Gabinete Português de Leitura, v.2, nº 2, janeir./ junh. 1977. p. 7

Posto isso, gostaríamos de pensar a questão do estabelecimento de um conceito de cidadania. Este conceito, referindo-se aos portugueses membros de tal instituição – que vêem como certa e natural a existência dessa “diferenciação” – pode ser visualizado através da estrutura formada pelo Real Gabinete, no sentido de buscar uma formação e conformação de uma determinada identidade lusitana em terras brasileiras.

Ainda enxergando o Brasil sob o viés da Expansão Marítima, a comunidade portuguesa julga ter direito aqui a esta dupla cidadania tendo em vista considerações como a unidade lingüística, a partilha de um passado comum entre metrópole–colônia e a existência de supostos laços de união e fraternidade entre as duas nações. Estes elementos constituiriam a grandeza portuguesa em nosso país, “grandeza” esta que é lembrada por Vitorino Figueiredo de Almeida Campos, segundo vice-presidente do Real Gabinete Português de Leitura, em discurso proferido na sessão solene realizada por esta instituição em homenagem ao então Presidente da Republica Portuguesa General Antônio dos Santos Ramalho Eanes:

“Grandeza incalculável que haveria de levar-nos à justa revalorização do quanto foi acertada e oportuna essa decisiva opção quinhentista que fez com que não nos deixássemos ficar agarrados somente ao pequeno torrão pátrio, reconhecidamente carente de recursos naturais suficientes para um forte destino industrial. Carência e gesto que, atrasando-nos (sic), inevitavelmente de outras próximas nações da Europa, no campo da indústria, permitiram-nos, porém, a posse da imensa riqueza da extensão do nosso idioma, em que jamais essas outras nações nos

*poderão igualar: esta riqueza não constituída de terras, nem de bens materiais (...)*¹⁰

Neste sentido, o processo colonizador acaba por ser recuperado considerando o plano de partilhas e o enriquecimento cultural inerente ao sistema colonial. Assim, Gilda Santos aponta para esta perspectiva na medida em que menciona outras dinâmicas de colonização em que este viés cultural seria predominante.

*“É preciso levar em conta as mais variadas relações. Se você pensar em termos absolutos, me aponte um povo que colonizou e não foi colonizado, por vezes, ao mesmo tempo... Temos ai agora, por exemplo, essa grande onda de valorização do Zumbi, e dos negros. Muito bem, os negros, coitadinhos, pobrezinhos, vieram escravos etc. etc., já sabemos... Mas acontece que eles trouxeram uma série de dados culturais que nós brasileiros incorporamos (veja como estou assumindo a brasileirice...). E isso não é uma forma de colonização?”*¹¹

Como na historiografia brasileira tradicional, temos aqui o mito das “três raças” - branco, negro e índio -, valorizado sobretudo durante o Estado Novo Vargasista. Clássicos como “Casa Grande & Senzala” de Gilberto Freyre fundamentam esta perspectiva. Recuperando esta visão, o Real Gabinete e, por extensão, a *Convergência* reinterpretam seu significado localizando o português

¹⁰ CONVERGÊNCIA. Rio de Janeiro: Centro Estudos do Real Gabinete Português de Leitura, v.5, nº 5, julh./ dez. 1978. p. 8

¹¹ Tal declaração foi-nos concedida em entrevista cuja transcrição encontra-se no anexo 03.

como responsável pelo fator “branco”, de todos os elementos a contribuição mais legítima, pois traz em si o signo da civilização européia.

O terceiro número da revista vem a ratificar tal postura ao afirmar em sua apresentação que:

“A Herança colonial na constituição dos estratos superiores da sociedade brasileira explica o peso (cultural, econômico e até político) que a colônia portuguesa teve na vida nacional durante a Monarquia e a República das oligarquias rurais. A história do nosso Real Gabinete e as de todas as instituições portuguesas mais antigas dão-nos testemunho disto.”¹¹²

Cabe aqui recuperar que quando pensamos o estabelecimento de uma cidadania lusitana no Rio de Janeiro, é preciso esclarecer o que entendemos como cidadania para o objeto em questão.

Considerando o trabalho de Roberto da Matta, *A casa e a rua*, temos que o conceito de cidadania possuiria um caráter de igualdade social, pois segundo este autor, *“O papel social de indivíduo (e de cidadão) é uma identidade social de caráter nivelador e igualitário.”¹¹³* Perspectiva que partilhamos, uma vez que podemos observar nas estratégias mobilizadas por esta elite, através da *Convergência*, a construção do discurso de partilha cultural, que permitirá um suposto nivelamento de condições sociais entre portugueses e brasileiros.

¹¹² CONVERGÊNCIA. Rio de Janeiro: Centro Estudos do Real Gabinete Português de Leitura, v.3, nº 3, julh./ dez. 1977, p.9

¹¹³ DA MATTA, Roberto. *A casa e a rua*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. Pp.76

Em “Virtus in Médio”, artigo não publicado de José Murilo de Carvalho, o autor aponta para uma visão comunitária de cidadania. Nesta visão, o importante para o cidadão não é tão somente a consciência de que usufrui de direitos dentro da sociedade, mas o sentimento de pertença a uma comunidade, o compartilhar de uma identidade.¹¹⁴

No caso em tela, tal consciência é ainda mais complexa, pois esta elite circula por duas comunidades diferentes - a portuguesa e a “nacional” - e entende possuir os direitos de cidadão tanto em Portugal quanto no Brasil, posto que a obtenção desta prerrogativa é prevista em lei. Entretanto, ela não ocupa o mesmo lugar social no interior de cada grupo: para o conjunto da comunidade portuguesa, se apresenta como uma elite intelectual, e para os “nacionais” se quer posicionar como o civilizador europeu, sendo que esta posição tem que estar sendo a todo tempo reafirmada, quer na construção de lugares de memória, quer na escrita encontrada na *Convergência*.

Por sua vez, Elisa Reis aponta para uma teoria sociológica da cidadania que enxerga o próprio conceito como de identidade compartilhada.¹¹⁵ Entendemos que um conceito de cidadania, pensando em termos de identidade, não pode ser compreendido sem o articularmos com o estabelecimento de um conceito de nação.

Ora, entendemos que para uma comunidade estrangeira ser aceita e incorporada é necessário, antes de tudo, que ela esteja nivelada aos naturais.

¹¹⁴ CARVALHO, José Murilo de. *Virtus in Media*. Texto não publicado. 1998

¹¹⁵ REIS, Elisa. Cidadania: história, teoria e utopia. In: PANDOLFI, Dulce e CARVALHO, José Murilo. (orgs.) *Cidadania, Justiça e Violência*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

Esta visão, compartilhada pela elite portuguesa, que implementa e coordena não só a publicação, mas a própria instituição fundadora, não é exclusiva da comunidade lusa.

Os direitos de igualdade e cidadania reivindicados por esta comunidade encontram eco na Assembléia Constituinte que elaborou a Constituição Brasileira de 1946, a qual permite que um português seja naturalizado brasileiro ao fim de um ano de residência ininterrupta neste país, ao passo que para outros estrangeiros o prazo para naturalização é de cinco anos.¹¹⁶

Entretanto, foi motivo de queixas da comunidade portuguesa no Brasil a não reciprocidade da Constituição Portuguesa no que diz respeito aos brasileiros. Pelo contrário, a criação, em 1999, de um órgão consultivo do governo português para assuntos ligados à cultura, sociedade e política portuguesa em terras brasileiras provocou inúmeros protestos por parte dos portugueses residentes no Brasil, pois excluía os brasileiros de tomarem parte nas votações e deliberações deste conselho, mesmo um brasileiro que pertencesse à elite nacional como o empresário Antonio Ermínio de Moraes, então presidente da Beneficência Portuguesa de São Paulo.

O máximo que a Constituição Portuguesa admite a esse respeito consiste em um artigo elaborado em 1976 que prevê a manutenção de laços especiais de amizade e cooperação entre os países de língua portuguesa.¹¹⁷

¹¹⁶ De fato, de acordo com a Constituição Brasileira de 1946, Capítulo 1, Art. 129, Parágrafo IV, "São brasileiros os naturalizados pela forma que a lei estabelecer, exigidas aos portugueses apenas residência no país por um ano ininterrupto, idoneidade moral e sanidade física."

¹¹⁷ De acordo com a Constituição Portuguesa de 1976, Capítulo 1, artigo 7º parágrafo III, "Portugal reconhece o direito dos povos à insurreição contra todas as formas de opressão, nomeadamente

Tal fato em muito preocupou a elite portuguesa do Rio de Janeiro, pois receava ter cassados seus privilégios de cidadãos naturalizados no Brasil, haja vista o pouco esforço do governo português em legalizar os imigrantes brasileiros em Portugal. Para este núcleo da comunidade portuguesa, perder a cidadania não é só perder os direitos civis, é também perder o direito de pertença. Os portugueses voltariam a ser estrangeiros em terras brasileiras, o que seria então inadmissível.

Esta não é uma preocupação vã, como podemos aferir na redação da Constituição Brasileira promulgada em 05 de outubro de 1988, que de fato acrescenta: *“Aos portugueses com residência permanente no País, **se houver reciprocidade em favor dos brasileiros**, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro nato, salvo os casos previstos nesta Constituição.”*¹¹⁸ Sendo necessário aos imigrantes de outros países de língua portuguesa um ano de residência ininterrupta e idoneidade moral, e aos estrangeiros oriundos dos demais países trinta anos de residência ininterrupta e nenhuma condenação penal.

A mudança na legislação aponta para um acirramento das normas de concessão de cidadania, desnaturalizando a tão propagada irmandade entre Brasil e Portugal, já que prevê a necessidade de uma reciprocidade para a obtenção dos direitos civis.

Assim, podemos perceber que a dupla cidadania só se concretiza no plano das partilhas culturais. De fato, temos que devido ao não estabelecimento de uma

contra o colonialismo e o imperialismo , e manterá laços especiais de amizade e cooperação com os países de língua portuguesa.”

¹¹⁸ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, capítulo 3, Artigo 12º, Item II, Alínea b, Parágrafo único. O grifo é nosso.

política relativa aos imigrantes brasileiros, a trajetória das relações Brasil-Portugal adicionou à sua história uma inacreditável “Guerra dos Boticões”, por conta de problemas trabalhistas encontrados por dentistas brasileiros residentes em Portugal

5.3. CONSOLIDANDO A ‘GREI LUSÍADA’

Essas turbações na superfície - que se quer límpida - do lago das partilhas culturais acaba por não passar à margem das páginas da *Convergência*, muito embora ela rechaçasse, como vimos, o viés político em seu projeto.

Na abertura do terceiro número, o vice-presidente Joaquim Costa Pereira Pinto mostra que para além das partilhas étnico-culturais, a postura dos Estados não dá conta da criação de uma identidade comum:

“(...) certas afinidades étnico-culturais criam a ilusão de uma perfeita identidade entre os dois povos, que só existe na retórica vazia dos pronunciamentos oficiais. O que temos de sólido e duradouro são elementos estruturais e, portanto, espontâneos – tudo o mais é figuração.”¹¹⁹

Pereira Pinto questiona justamente a existência desses laços tão caros aos discursos oficiais unindo Brasil e Portugal. Entretanto, a história mostra que as trajetórias dessas duas nações caminham juntas até determinado ponto. O sete de

¹¹⁹ CONVERGÊNCIA. Rio de Janeiro: Centro Estudos do Real Gabinete Português de Leitura, v.3, nº 3, julh./ dez. 1977. p. 8

setembro de 1822 que marca a Proclamação da República brasileira assinala também o momento de rompimento com a metrópole portuguesa. Desde então, estas relações se descompassaram. Os portugueses seguiram sendo a mais numerosa colônia de imigrantes no Brasil, mas não eram mais os velhos conquistadores, e sim “o outro”, adquirindo o status de estrangeiro.

As novas construções nacionais empreendidas pelo estado republicano acabam por acirrar esta distinção na medida em que procura forjar uma identidade nacional intrinsecamente brasileira. Nesta perspectiva, o português é visto como o elemento de ligação com o passado colonial. E os vínculos mantidos entre Brasil e Portugal seriam um legado que se procura escamotear através de novas políticas que valorizem uma cultura dita nacional, como por exemplo, o incentivo das oligarquias paulistas à arte, patrocinando a Semana de Arte Moderna em 1922.

Ainda hoje, os vestígios dessa construção nacional e o estigma colonial ligado aos portugueses permanece no imaginário cultural dos brasileiros, como aponta Gilda Santos:

“Agora, nos ‘500 anos’, eu coletei muitos comentários que apareceram em revistas e jornais. Mas, de uma maneira geral, as críticas mais agudas, mais severas, repousavam sobre desinformação – eu não sei se você reparou nisso. Foi constante aquela velha história do ‘Ah, e se a gente tivesse sido colonizado pelos ingleses...”¹²⁰

¹²⁰ Tal declaração foi-nos concedida em entrevista cuja transcrição encontra-se no anexo 03. Aqui Gilda Santos refere-se aos 500 do descobrimento do Brasil comemorados no ano 2000 e que mereceu uma edição especial da revista *Convergência Lusíada* sub-intitulada “Enlaces e Desenlaces”.

Gilda alude a uma visão comumente difundida, a de que o nosso passado colonial seria responsável pelas mazelas contemporâneas da nação brasileira. Neste sentido, caberia ao grupo de letrados do Gabinete desfazer esta imagem parcial, valorizando a pluralidade cultural possibilitada pelo processo colonizador português, que acaba por gerar uma cultura brasileira rica e multifacetada. Entretanto, na tentativa de reconstruir uma visão da colonização portuguesa, é o elemento branco que será valorizada, em detrimento das outras influências sofridas pela cultura brasileira.

Segundo Antonio Gomes da Costa, presidente do Real Gabinete, as outras culturas é que são “alienígenas”, e portanto prejudiciais ao Brasil. Segundo ele, “Com a invasão de novos estilos de vida e de novos costumes, apagaram-se legados tradicionais da família e da grei lusíada.”¹²¹ O português é parte legítima do Brasil; possivelmente, nesta visão, muito mais que o africano, o índio, o japonês ou o italiano.

Não seria possível pensar o estabelecimento de uma dupla cidadania lusitana no Brasil sem examinar a formação de uma consciência nacional no que se refere aos imigrantes, pois como anteriormente colocado, cremos que o conceito de cidadania está intimamente ligado ao de identidade.

Nas palavras de Maria Teresa Gouveia, então Secretária de Estado de Cultura de Portugal em 1978, são as criações dos imigrantes que mantêm vivo o

¹²¹ COSTA Antonio Gomes da. *O Homem Português e o Brasil*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1998. p. 57

sentimento de nação, mas o que revela a verdadeira identidade portuguesa é a presença de sua cultura.¹²²

Para nortear nossas pesquisas sobre a história diplomática recente de Portugal e a importância desta para a formação de um conceito de dupla cidadania, recorreremos sobretudo aos estudos de Benedict Anderson e Eric Hobsbawm.

Anderson, em sua obra *Nação e Consciência Nacional* faz uma análise da formação e construção do chamado sentimento nacional. A partir desta perspectiva, o autor busca perceber o nascimento e desenvolvimento desta consciência. Na verdade, ao cunhar ele próprio o termo *nation-ness* para pensar o nacionalismo, ele propõe que vejamos além dos horizontes do que nos é colocado, procurando visualizar a elaboração do dito “elemento nacional” não só pelo viés político, mas também pelo cultural.

O trabalho de Anderson busca avaliar a importância da língua impressa na constituição de um sentimento de união e posteriormente tradição, que seria o embrião de uma consciência nacional. Segundo ele:

"Essas línguas impressas lançaram as bases para a consciência nacional de três modos diferentes. Antes de mais nada, criaram campos unificados de intercâmbio e comunicação abaixo do latim e acima das línguas vulgares faladas. Os falantes da enorme variedade de línguas francesas, inglesas ou espanholas, que podiam achar difícil, ou até mesmo impossível compreender-se reciprocamente em conversas, tornaram-se capazes de

¹²² *Convergência* Lusíada. Volume 5. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, s/d

compreender-se via imprensa e papel. No correr do processo, tornaram-se gradativamente conscientes das centenas de milhares, até mesmo milhões, de pessoas existentes em seu determinado campo lingüístico e, ao mesmo tempo, que apenas essas centenas de milhares, ou milhões, a ele pertenciam. Esses co-leitores, a que estavam ligados pela imprensa, formavam, em sua visível invisibilidade secular e peculiar, o embrião da comunidade nacionalmente imaginada."¹²³

Se, como diz Benedict Anderson, "*A mágica do nacionalismo consiste em transformar o acaso em destino.*"¹²⁴, cremos que poucas instituições foram tão felizes em fazê-lo como o Real Gabinete. Na verdade, a mágica consiste em um mero "jogo de espelhos" onde se vê tão somente uma face do truque. Entretanto, não há como duvidar que a construção é bem urdida.

Procura-se aglutinar, no sentido proposto por Anderson, esta comunidade portuguesa imaginada, pois um segmento formado por grupos extremamente distintos só adquire uniformidade no plano ideológico. Neste sentido, a dupla cidadania seria fundamental para criar este aspecto de coesão necessário à afirmação e fortalecimento da própria comunidade. Ser um duplo cidadão implica não só em ser, teoricamente, igual a seus pares, mas é também um nivelador social da sociedade em que esta comunidade está inserida. Sendo assim, o indivíduo português – seja ele um marinheiro ou um empresário – estaria no mesmo patamar social, pois compartilham uma identidade comum entre si e com os brasileiros: a identidade cultural.

¹²³ ANDERSON, Benedict. Nação e Consciência Nacional. p. 53-54

¹²⁴ Idem. p. 20

Daí a concessão, a partir de 1953 de Bolsas de Estudo que promoveriam o intercâmbio acadêmico e cultural entre Brasil e Portugal. Entretanto tal projeto de intercâmbio acaba por não ir adiante em vista dos poucos recursos capitalizados para este fim. Embora jamais tenha sido implementado, os esforços nele concentrados acabaram por direcionar-se a uma alternativa a este que fizesse jus ao tipo de memória que se pretendia preservar. Tal alternativa assumiu a forma de cursos de extensão, realizados pelo Centro de Estudos em parceria com diversas universidades brasileiras e portuguesas. Esses cursos tinham como público alvo – como não poderia deixar de ser – estudantes universitários.

Podemos perceber então, a consolidação de uma tradição inventada, seguindo o conceito de Hobsbawm em *A Invenção das Tradições*, que começa a ser implementada quando alguns portugueses fundam uma Associação Cultural que acabará se tornando uma referência intelectual no *locus* onde se estabelece até o momento em que esta Associação ganha voz. As estratégias mobilizadas pela elite pressupõem a institucionalização de práticas de natureza simbólica que vão definir a imagem de um instrumento de fala que contemple, quer o imigrante português detentor de posses, o desprivilegiado, ou a intelectualidade brasileira.

Gomes da Costa corrobora esta visão uniformizador do gabinete quando declara que:

“Algumas associações, no início, restringiam a condição de sócio aos portugueses. Era o caso dos ‘Gabinetes de Leitura’, dentro da filosofia de que aos portugueses cabia manter a

*instituição e oferecê-la, através dos serviços que prestava, aos brasileiros*¹²⁵

É preciso pensar em que base é estabelecida essa oferta. Cremos que esta se situaria entre a manutenção de um legado através da consolidação de um lugar de memória e o papel de civilizador imposto pela origem europeia e pela herança colonial.

Neste sentido, podemos dizer que, ao tentar estabelecer um espaço de convivência e diálogo com determinado segmento da sociedade brasileira – os letrados - , através da *Convergência Lusíada*, o grupo mantenedor da instituição e da revista logra sucesso. De fato, a Real Gabinete é considerado a maior realização portuguesa no Brasil, sua fachada e interior ocupam inúmeros guias turísticos sobre a cidade do Rio de Janeiro e sobre o Brasil. A revista reúne nomes de membros de Gabinete, mas também de reconhecido intelectuais brasileiros como Gilberto Velho e homens de projeção como Luis Felipe Lampreia.

As relações entre Brasil e Portugal não são mais as mesmas dos tempos coloniais. No mundo contemporâneo, é preciso mais do que laços fraternos e justificativas históricas para manter coesa e aceita uma comunidade. No caso da comunidade portuguesa no Rio de Janeiro, procura-se por parte de uma elite lusa o estabelecimento de um novo português, o duplo cidadão.

Ao estabelecer esta nova categoria, o imigrante já não é o que deixou sua terra, mas o que veio habitar uma contigüidade de seu país de origem. O Brasil não seria uma terra estrangeira, mas uma continuação de Portugal. O imigrante

¹²⁵ Tal declaração foi-nos concedida em entrevista cuja transcrição encontra-se no anexo 01.

português é “cidadão brasileiro”, o que lhe dá prerrogativas diferentes dos outros grupos imigrantes radicados no país.

A comunidade portuguesa sempre se enxergou de forma diferente no Brasil, não como um grupo estrangeiro inserido em uma sociedade de padrões diferentes, mas como um segmento dentro da sociedade que estabelece estes padrões. Entretanto, para que estes padrões tenham legitimidade não podem ser elaborados por uma camada que permanece à margem da sociedade. Para manter seu caráter elitista, a comunidade portuguesa precisa ser incorporada, ela precisa compartilhar sua identidade não no plano político, que está fora de suas possibilidades, mas no plano que ela julga lhe caber – o plano cultural.

A partir do que foi exposto, cremos ter podido mostrar que a elite que constitui o Real Gabinete procura deslocar o status do português como imigrante – e portanto, o “outro” – para imprimir a este o caráter de civilizador, representando um papel de inconfundível preponderância na formação de uma cultura e nacionalidade dita brasileira, apagando assim a figura histórica do trabalhador braçal.

Essa elite, composta por imigrantes bem-sucedidos e em sua maioria letrados, se coloca como o grupo que possuiria legitimidade para levar adiante o que consideram como função primordial do Real Gabinete, ou seja, promover a cultura e civilizar o Brasil, estabelecendo como referência a herança expansionista portuguesa.

Este projeto ganha voz a partir de 1976, com a publicação da *Convergência Lusíada*, cujo discurso constrói a imagem do imigrante português onde este deixa de ser o chamado “burro-sem-rabo”, pobre e sem estudos, para adquirir contornos intelectuais, sendo apresentado como signo da Europa, o representante legítimo do Velho Mundo no Brasil.

O que tentamos mostrar neste trabalho foi como se constrói a imagem do imigrante português no projeto cultural empreendido pela elite que gere o Real Gabinete, utilizando como veículo a revista Convergência Lusíada. Nas páginas desse periódico, se procura mostrar que português alcançou seus objetivos nas terras brasileiras, conseguindo status e estabilidade social, o que permite associar sua imagem ao intelectual, e não ao camponês.

O grupo que institui e fomenta o projeto da revista imprime a esta suas próprias características: portugueses, letrados e bem sucedidos. Abre-se então um diálogo com aqueles que podem reforçar a imagem construída por estes indivíduos, os intelectuais brasileiros, com quem estes portugueses buscam construir parilhas e estabelecer identidades.

Mesmo que estes portugueses tenham sido imigrantes, não possuem as mesmas características daqueles que foram perseguidos pelos nacionais nos primeiros tempos da república. No Brasil, continuaram seus estudos, adquiriram projeção, ocupando cargos nas áreas de educação, no comércio e na economia do país. Tornaram-se figuras iminentes da sociedade brasileira, sem contudo perder sua identidade portuguesa.

Mas não é a identidade compartilhada por tantos outros portugueses, que mesmo bem sucedidos, não se tornaram afeitos ao mundo das letras. Entretanto, na conformação do Real Gabinete, na sua valorização pelo saber oriundo dos livros, na constituição de sua biblioteca, na instituição de seu Centro de Estudos e, finalmente, na publicação de sua revista, não há clivagens entre os portugueses letrados e aqueles que não o são. Neste espaço, é a comunidade que adquire o

estatuto de civilizador e europeu, e não apenas uma pequena parcela dessa comunidade.

Contudo, ao mesmo tempo em que o discurso desses letrados abrange toda a comunidade portuguesa numa tentativa de uniformização, ele é fragmentado. Na medida em que valoriza apenas um aspecto das relações Brasil – Portugal: o aspecto cultural.

Essa estratégia de valorização do plano cultural, e em particular do saber acadêmico, pode ser visualizada já no *mailing* da publicação, que contempla as maiores universidades brasileiras, as mais importantes de Portugal e outras instituições de caráter cultural, como o Instituto Camões, bem como os membros do Real Gabinete, professores universitários e intelectuais. A idéia que perpassa essa escolha, sustentável ou não, seria que todo o grupo considerado como “receptor natural” da revista se encontra apto a compreender seu discurso, dado que compartilham os mesmos códigos de entendimento. Ignora-se, portanto, as diferenças intrínsecas entre os membros que compõem os quadros do Real Gabinete e os intelectuais *stricto sensu*.

O elemento fundamental para o estabelecimento desses vínculos entre os diversos segmentos aos quais se destina a revista seria a tradição portuguesa, cujos vestígios são encontrados na formação cultural brasileira. A inegável importância do legado luso, como o idioma e o passado colonial, se constituem em argumentos importantes para se tecer essa idéia de laços indissolúveis entre Brasil e Portugal. Nesse sentido, não é de surpreender que a maior parte dos artigos da revista versem sobre temas ligados à Literatura e História, diretriz mantida desde sua fundação e reforçada com a nomeação da professora Gilda

Santos como diretora do Centro de Estudos, responsável pela publicação da *CO*nvergência.

Na medida em que o comércio e as relações políticas não possuem o peso e o significado de outrora, os elos que nos unem em pleno século XX são de fato a língua, o passado colonial, o império cristão e as marcas da civilização européia.

Além disso, a cultura parece-nos ser o campo profícuo para a criação e exaltação do português pioneiro, desbravador. Quando essa construção esbarra no campo da política, acaba por não se sustentar, mostrando claramente sua fragilidade.

O português que hoje vive no Brasil em nada se assemelha à idéia do português camoniano, marítimo, colonizador dos tempos coloniais. O antigo e glorioso Império português se tornou uma nação economicamente devastada, começando sua recuperação em finais do século XX. Nesse ínterim, viu sua antiga e mais próspera possessão evidenciar o vazio da idéia de que as duas nações estariam ligadas por elos indissolúveis, quando o Brasil se posiciona contra a política neo-colonialista portuguesa.

Sendo assim, busca-se mostrar que ao menos no plano cultural, a despeito das conjunturas políticas, pode-se verificar a existência e a força dos laços de irmandade que uniam Brasil e Portugal.

Tendo passado por inúmeras transformações conjunturais no correr dos anos, o Gabinete assiste à ascensão e derrubada do Império Português no Brasil, sobrevive à Proclamação da República, à Era Vargas e à ditadura militar. Entretanto, essas alterações deixam marcas na Instituição, quer seja nos seus

pronunciamentos, na escolha de artigos voltados para temas mais marcadamente “culturais”, ou nos interditos.

Procurando manter-se longe das retóricas políticas e das transformações do sistema governamental, o Gabinete e a *Convergência* colocam-se como símbolos de uma permanência, já que os estados se sucedem uns aos outros e os ditames da política são fluídos e passageiros. Cremos, entretanto, que escamotear a arena política, buscar sobrepor-se aos refluxos estatais através do discurso estritamente cultural, já se constituiu em uma posição marcadamente política.

Ademais, evitar que as questões políticas perpassem as páginas da revista não impede a incidência de conflitos. Isto porque tentar imprimir a toda comunidade portuguesa residente no Brasil o estatuto de letrado implica em estabelecer uma uniformidade que só existe no plano da retórica.

Essa não uniformização se revela na própria conformação da identidade lusa no Brasil. Considerando-se que eles desejam manter as categorias apreendidas em Portugal, sob o estatuto de elite letrada, eles acabam se integrando à sociedade brasileira de maneira parcial, já que mantêm a raiz lusitana. Ainda que eles acreditem que o Brasil é uma extensão de seu país de origem, os cidadãos portugueses e brasileiros não compartilham a mesma identidade. Os laços de fato existem, mas não perpassam por todas as esferas almejadas pelos produtores da revista, fazendo com que a *Convergência* seja uma construção forjada para cobrir essas lacunas, valorizando as partilhas em detrimento das divergências.

Como numa história de H. G. Wells, esse grupo de portugueses deseja voltar ao passado conquistador, pois o presente não mais oferece a eles as

mesmas categorias sociais de que dispunham no século XVI. Portugal não é mais o gigante ibérico dos tempos coloniais. A *Convergência Lusíada* seria então essa “máquina do tempo” que permitiria a esse grupo criar e manter sua imagem de pioneiro e de intelectual. Na aurora do novo milênio, ainda podemos encontrar uma lufada de conservadorismo ou uma brisa marinha, na Rua Luís de Camões sem número.

7.1. FONTES

CONVERGÊNCIA. Rio de Janeiro: Centro Estudos do Real Gabinete Português de Leitura, v.1, nº 1, julh./ dez. 1976, 199p.

CONVERGÊNCIA. Rio de Janeiro: Centro Estudos do Real Gabinete Português de Leitura, v.2, nº 2, janeir./ junh. 1977, 222p.

CONVERGÊNCIA. Rio de Janeiro: Centro Estudos do Real Gabinete Português de Leitura, v.3, nº 3, julh./ dez. 1977, 255p.

CONVERGÊNCIA. Rio de Janeiro: Centro Estudos do Real Gabinete Português de Leitura, v.4, nº 4, janeir./ junh. 1978, 169p.

CONVERGÊNCIA. Rio de Janeiro: Centro Estudos do Real Gabinete Português de Leitura, v.5, nº 5, julh./ dez. 1978, 199p.

CONVERGÊNCIA LUSÍADA. Rio de Janeiro: Centro Estudos do Real Gabinete Português de Leitura, v.6, nº 6, janeir./ junh. 1979, 182p.

CONVERGÊNCIA LUSÍADA. Rio de Janeiro: Centro Estudos do Real Gabinete Português de Leitura, v.7, nº 7, julh./79 a dez/80, 214p.

CONVERGÊNCIA LUSÍADA. Rio de Janeiro: Centro Estudos do Real Gabinete Português de Leitura, v.8, nº 8, 1987, 143p.

CONVERGÊNCIA LUSÍADA. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, v.9, nº 9, 1992, 132p.

CONVERGÊNCIA LUSÍADA. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, v.10, nº 10, 1993, 157p.

CONVERGÊNCIA LUSÍADA. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, v.11, nº 11, 1994, 158p.

CONVERGÊNCIA LUSÍADA. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, v.12, nº 12, 1995, 279p.

CONVERGÊNCIA LUSÍADA. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, v.13, nº 13, 1996, 230p.

CONVERGÊNCIA LUSÍADA. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, v.14, nº 14, 1997, 256p.

CONVERGÊNCIA LUSÍADA. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, v.15, nº 15, 1998, 223p.

7.2. TESES

DIAS, Vanessa Tavares. "Memórias da casa, um estudo sobre mulheres imigrantes portuguesas no Rio de Janeiro". RJ: UFRJ/Departamento de Antropologia, 1998.

SILVA, Maria Manuela Ramos Sousa e. "*A ambição e horror à farda*" ou *A saga dos imigrantes portugueses no Brasil segundo a "Gazeta Lusitana" (1883-1889)*. SP: USP/Departamento de História, 1991.

7.3. ARTIGOS

CARVALHO, José Murilo de. "Virtus in medio". Texto não publicado. 1998.

CERTEAU, Michel de. "A operação histórica." IN: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. *História: Novos Problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

- DUBY, Georges. "História social e ideologias das sociedades". IN: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. *História: Novos Problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- GINZBURG, Carlo. "Représentation: Le mot, L'idée, La chose". IN: *ANNALES: Économies Sociétés Civilisation*. Paris: Novembre – Decembre 1991 n^o 6
- REIS, Elisa. "Cidadania: história, teoria e utopia". In: PANDOLFI, Dulce e CARVALHO, José Murilo. (orgs.) *Cidadania, Justiça e Violência*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- TRINDADE, Maria Beatriz Rocha. Reflexos Culturais da Imigração Portuguesa para o Brasil. In: CONGRESSO EURO BRASILEIRO SOBRE IMIGRAÇÃO, 1985, São Paulo. *Anais do 1º Congresso Euro Brasileiro Sobre imigração*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1985.

7.4. OBRAS DE REFERÊNCIA

- ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- ANDRADE, Antônio Alberto Banha de. *Primórdios da colonização portuguesa no Brasil*. São Paulo: IBRASA, 1997.
- ANDREAZZA, Maria Luiza. *O paraíso das delícias: um estudo da imigração ucraniana*. Curitiba: Aos Quatro ventos, 1999.
- BARBOSA, José. *As relações luso - brasileiras: A imigração e a "desnacionalização" do Brasil*. Lisboa: Edição de José Barbosa, 1909.
- BERTAUX, Daniel & THOMPSON, Paul. *Between Generations: Family models, myths and memories*. United States: Oxford University Press, 1993. Vol. 2.
- BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Portugal: Europa – América, 1976.
- BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: Edunb, 1997.
- _____. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

- BOURDIEU, Pierre. *As Regras da Arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____, *Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- _____, *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- _____, *Razões Práticas: Sobre a Teoria da Ação*. Campinas: Papyrus Editora, 1997.
- BURKE, Peter. *A escrita da História*. São Paulo: Unesp, 1992.
- CAMPOS, Arnaldo. *Breve História do Livro*. Porto Alegre: Mercado Aberto/Instituto Nacional do Livro, 1994.
- CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.
- CAVALLO, Guglielmo & CHARTIER, Roger. *História da Leitura no Mundo Ocidental*. São Paulo: Ed. Ática, 1998.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- _____, *A Cultura no Plural*. São Paulo: Papyrus, 1995
- CHARTIER, Roger. *História cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1989.
- _____, *A ordem dos Livros*. Brasília: Ed. UNB, 1994
- CORREIA, Pedro Pizarat. *Questionar Abril*. Lisboa: Editorial Caminho, 1994.
- COSTA, Antonio Gomes da. *O Homem Português e o Brasil*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1998
- COSTA, Licurgo & VIDAL, Bernardo. *História e Evolução da Imprensa Brasileira*. Rio de Janeiro: Editado pela Comissão organizadora da representação brasileira à exposição dos centenário de Portugal, 1940.
- CUNHAL, Alvaro. *A verdade e a Mentira na Revolução de Abril*. Lisboa: Editorial Avante, 1999.
- DA MATTA, Roberto. *A Casa e a Rua*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- DOMINGOS, Manuela D. *Estudos de Sociologia da Cultura: livros e leitores no século XIX*. Lisboa: Instituto Português de Ensino a Distância; 1985.
- EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo: Unesp, 1997

- FEBVRE, Lucien & MARTIN, Henri-Jean. *O aparecimento do livro*. São Paulo: UNESP, 1992
- FERREIRA, José Medeiros. *O Comportamento Político dos Militares; Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no século XX*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.
- FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.) *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1995
- _____, *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1998
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1933.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989
- GOMES, Angela de Castro (org). *Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.
- HABERT, Nadine. *A década de 70: Apogeu e crise da ditadura militar brasileira*. Série Princípios, São Paulo: Editora Ática, 1992.
- HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil e sua História*. São Paulo: Edusp, 1985.
- HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HUNT, Lynn. *A nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- LABARRE, Albert. *História do Livro*. São Paulo: Cultrix, 1981
- LAMB, Roberto Edgar. *Uma Jornada Civilizadora: imigração, conflito social e segurança pública na Província do Paraná 1867 a 1882*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997.
- LOURENÇO, Eduardo. *O labirinto da saudade*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992
- _____, *Mitologia da Saudade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- MACHADO, Cacilda da Silva. *De uma família migrante: sociabilidade e laços de parentesco*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.
- MAGALHÃES, José Calvert. *Relance Histórico das Relações Diplomáticas luso - brasileiras*. Lisboa: Quetzal Editores, 1997.

- MARTIN - BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações. Comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- MARTINS, A A de Barros. *Esboço Histórico do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Comércio, 1913.
- MATTOSO, José (Dir) & FERREIRA, José Medeiros. *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995. Vol. 8
- MELLO, José Barboza. *Síntese histórica do livro*. Rio de Janeiro: Leitura, 1972
- MOORE Jr, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- NATALIN, Sérgio Odilon. *Imigrantes de origem germânica no Brasil – ciclos matrimoniais e etnicidade*. Curitiba: Aos Quatro ventos 2001.
- NERY, Sebastião. *Portugal: um salto no escuro*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- NORA, Pierre. *Les lieux de la mémoire*. Paris: Editions Gallimard, 1984
- PERELMAN, C. & OUBRECHTS – TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes; 1996
- REBOUL, O. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes; 1998
- RIBEIRO, Gladys Sabina. *“Mata galegos : os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha”* São Paulo: Brasiliense, 1990
- SARAIVA, José Hermano. *Brève histoire de Portugal*. Génève: Editions Minerva, 1979.
- SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração, ou Os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- SENA, Jorge de. Régio, Casais. *A “Presença” e outros afins*. Brasília: Brasília Editora; 1977.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Documentos para a História da imigração portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Federação das Associações Portuguesas e luso-brasileiras, Ed. Nórdica, 1992

- _____, *Filantropia e Imigração: a Caixa de Socorros D. Pedro V.* Rio de Janeiro: Publicação Comemorativa do 125º Aniversário de Fundação da Real e benemérita Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V, 1990.
- SITTON, Thad & DAVIS JR., O. L. *Historia Oral : Um guia para professores y (otras personas)*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1988.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes; 1983.
- TABORDA, Humberto. *História do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro (1º Centenário – 1837 – 1937)* Rio de Janeiro: Editora do Real Gabinete, 1940.
- TAVARES, Antônio Rodrigues (org.) *Fundamentos E Actualidades Do Real Gabinete Português De Leitura.- Edição Comemorativa dos 170 anos do Real Gabinete*. Rio de Janeiro: Ed. do Real Gabinete, 1979.
- TENGARRINHA, José (org.) *História de Portugal*. São Paulo e Lisboa: EDUSC, UNESP e Instituto Camões, 2000.
- THOMPSON, John B. *Studies in the Theory of Ideology*. Cambridge: Polity Press, 1990.
- _____, *A voz do passado*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- VERDASCA, José. *Raízes da Nação Brasileira; os portugueses no Brasil*. São Paulo: Ibrasa, 1997.
- ZIZEK, Slavoj (org.). *Um Mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)